

Os Jesuítas Portugueses em África: A sua ação no quadro da Organização não-governamental Leigos para o Desenvolvimento

Filipa Marques Ventura

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e
Cooperação orientada pela Professora Doutora Helena Carlota Ribeiro Vilaça

Membros do Júri

Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Luís Carlos Correia Ferreira do Amaral
Faculdade de Letras – Universidade Porto

Professora Doutora Helena Carlota Ribeiro Vilaça
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: Valores

Índice

Resumo	3
Abstract	4
Introdução	5
Parte I: A História dos jesuítas portugueses em Portugal e no mundo	9
1. As origens da Companhia de Jesus até ao final do Século XIX	9
2. Os fenómenos do século XX	17
2.1 <i>Do laicismo da 1ª República à reconciliação com o Estado Novo</i>	17
2.2 <i>Revolução Democrática, Descolonização, Integração Europeia</i>	25
Parte II: A Missão dos Leigos para o Desenvolvimento na Atualidade	35
1. O seu contributo para a Cooperação e Desenvolvimento	38
2. A sua ação em espaços lusófonos	47
2.1 <i>S. Tomé e Príncipe</i>	47
2.2 <i>Angola</i>	62
2.3 <i>Moçambique</i>	73
3. As adversidades e desafios dos voluntários missionários	81
Conclusão	88
Anexos	91
Bibliografia	93

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das percentagens de fontes de receitas em 2011	91
Gráfico 2 - Distribuição das percentagens de fontes de receitas em 2012	91
Gráfico 3 - Distribuição de percentagens de fontes de receitas em 2013	92
Gráfico 4 - Distribuição de percentagens de fontes de receitas em 2014	92

Índice de Tabelas

Tabela 1- Distribuição do número de Jesuítas do séc. XVI ao XVIII	9
Tabela 2 – Localização dos Colégios Jesuítas em Portugal do Séc. XVI ao XVII	10
Tabela 3 - Distribuição do número de Missionários Jesuítas do Séc. XVI ao XVIII	11
Tabela 4 - Localizações de novos colégios de Jesuítas no Séc. XIX	15
Tabela 5 - Localização de novas fundações de Jesuítas nos finais do Séc. XIX	16

Resumo

No âmbito das relações internacionais, este trabalho pretendeu, abordar a cooperação e solidariedade, transfronteiriças, protagonizadas pela Organização Não-Governamental Para O Desenvolvimento (ONGD) “Os Leigos para o Desenvolvimento”, sem nunca perder de vista a influência que a Companhia de Jesus teve nessa organização.

A ONGD encetou campanhas em territórios como S. Tomé, Angola e Moçambique, deixando as marcas de algum desenvolvimento, nessas zonas de extrema carência social e humanitária. Na trajetória da atividade desenvolvida pela ONGD, a influência Inaciana, mostra-se transversal, a toda a sua existência.

Esteve também, subjacente às pretensões deste trabalho, relevar a importância da cooperação internacional, no apoio aos povos mais carenciados, facto este, que por si, só, justifica a escolha deste tema.

Palavras-chave: Leigos para o Desenvolvimento, ONG, Jesuítas, Desenvolvimento, Cooperação.

Abstract

Within the scope of international relations, this study intends to address the cross-border cooperation and solidarity, led by the Non-Governmental Development Organization (NGDO) “Os Leigos para o Desenvolvimento” (Lay People for Development) while keeping sight of the influence that Companhia de Jesus (Society of Jesus) has had in the former.

The NGDO has initiated campaigns in territories such as, São Tomé, Angola and Mozambique, leaving the marks of some development in these areas of great social and humanitarian need.

The Ignatian influence trajectory is shown throughout the entire existence of the activity developed by the NGDO.

It was also underlying the intentions of this work, the reveal of the importance of the international cooperation in supporting the most needy, a fact which by itself, alone, justifies the choice of this topic.

Keywords: Lay for development, NGO, Jesuits, Development, Cooperation

Introdução

O presente estudo pretende dar corpo a uma reflexão sobre a realidade que envolve o fenómeno de uma organização não-governamental associada à Igreja Católica, com especial incidência na ação interventiva dos Leigos para o Desenvolvimento em África sem perder de vista uma análise da sua natureza associativa, através da espiritualidade inaciana, bem presente na Companhia de Jesus.

Numa primeira fase deste trabalho, pretende-se contextualizar a ação jesuíta desde a sua origem, de forma a perceber as várias transformações sociais, económicas e políticas, que viriam a resultar no aparecimento da referida organização. Evidentemente, os Leigos para o Desenvolvimento, como uma organização não-governamental, não podem ser considerados jesuítas, mas o fator da espiritualidade inaciana presente nesta ONG conduziu à curiosidade de tentar relacionar estas duas entidades distintas. Desta forma, para um contexto geral, utilizam-se obras abrangentes, como a História de Portugal de Oliveira Marques, onde se retêm as ideias principais referentes às transformações históricas. No entanto, para aprofundar o caso específico dos jesuítas analisam-se alguns dicionários temáticos de história religiosa, a revista *brotéria* com artigos interessantes para a idade contemporânea, e ainda, monografias como as de Pierre Zaccone, como a História dos Jesuítas que contribui para uma observação detalhada de todo um período instável, que estes religiosos vão ultrapassando. É durante este primeiro capítulo que se tentam perceber e conhecer os principais ideais da Companhia de Jesus, e os principais fenómenos históricos, como a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, onde aparecem alguns trabalhos dedicados à análise destes marcos históricos. Na historiografia contemporânea existem imensos artigos e monografias, referentes às transformações do Estado Português da primeira à segunda república, particularmente, quando se assiste a um afastamento claro da Igreja para com o Estado, e em seguida, com a entrada de Salazar para o governo, uma aproximação da Igreja Católica com a república portuguesa, durante este período, existindo imensas publicações dedicadas ao estudo da laicização do Estado, e também da fase em que se realiza o acordo missionário e a concordata, lembrando a disponibilidade destes mesmos documentos no *website* do Vaticano. Em seguida, após a revolução de 25 de Abril, a descolonização e a integração europeia, reflete-se sobre a influência destes três fenómenos na Igreja Católica e nas organizações não-governamentais, devido às

transformações constantes do mundo, onde começavam a nascer valores fundamentais na sociedade, que determinam o aparecimento destas infraestruturas da cooperação para o desenvolvimento. Deste modo, aparecem monografias de autores como Nuno Severiano Teixeira e Ricardo de Oliveira, onde estes aprofundam a situação da revolução democrática e conseqüentemente a situação das colónias portuguesas, apontando para os vários fatores determinantes da decisão da descolonização, e iniciando a fase da integração europeia. Na verdade, a fase da integração europeia é um período que não se consegue datar com alguma facilidade devido à particularidade de ser uma fase transitória, com alguma duração. Desta forma, integro, neste capítulo, alguns fenómenos e infraestruturas que apesar de não se relacionarem diretamente, influenciam em todo o panorama de ação dos Leigos para o Desenvolvimento. Assim, analisa-se detalhadamente a globalização, como um processo de longa duração mas que influencia o dia-a-dia de qualquer pessoa, atualmente, e como é uma fase do sistema capitalista, importa mencionar as repercussões que este fenómeno tem na área da Cooperação Internacional, na vertente económica, os autores David Held e Carlos Pimenta, destacando-se nesta perspetiva. Posteriormente a esta análise, segue a especificidade do FMI, como uma organização que determina muitas decisões de ajuda financeira para países em situações difíceis e por esse mesmo motivo influencia em todo a área da cooperação, as referências para este estudo são principalmente o seu *website*, e ainda, as ideologias que estavam associadas à criação desta estrutura, como a ideologia de Keynes, um dos seus fundadores, que acreditava na essencialidade desta organização para prevenir outra grande depressão que afetou, não só os países com maiores dificuldades, como se espalhou pelas grandes potências mundiais ameaçando as políticas económicas em vigor. A União Europeia, promove as políticas de cooperação para o desenvolvimento que os Leigos para o Desenvolvimento têm de respeitar, analisando trabalhos realizados pelo departamento responsável pelo Desenvolvimento e ajuda humanitária da UE. Na parte que faz referência à intervenção da ONU, organização das Nações Unidas, utiliza-se a carta da sua fundação para tentar perceber qual era o objetivo concreto desta organização e de que modo se enquadrava na área do desenvolvimento, utilizando o seu *website* como fonte primária.

Na segunda parte do trabalho, procuro analisar as áreas de intervenção dos Leigos para o Desenvolvimento, analisando individualmente os países africanos onde estes intervêm. As fontes utilizadas estão todas disponíveis no *website* da ONGD,

através do qual foi possível um estudo detalhado e contínuo, analisando todas as vertentes características desta organização e as parcerias com a Companhia de Jesus e outras entidades locais. Importa mencionar que a quantidade das fontes para cada país nem sempre foram as mesmas, encontrando países com mais informação devido ao número de missões e conseqüentemente, os projetos realizados. Este estudo, foi elaborado na base dos relatórios de atividades anuais disponibilizados pela organização, particularmente, no estudo detalhado de 2010 a 2014, analisando e comparando com o plano de atividades de 2011 a 2015. Ainda nesta perspectiva, é essencial, referir que esta organização também trabalhou em Timor-Leste, contudo, como a informação era bastante reduzida, e apenas se encontrava a missão de Díli em funcionamento até à data de 2012, optei por não referenciar nesta abordagem, devido ao estudo da mesma não se enquadrar na planificação anteriormente referida, o que poderia influenciar as conclusões posteriormente retiradas. Na parte dedicada aos voluntários assiste-se a uma aproximação com a espiritualidade inaciana, encontrando-se fontes primárias do *website* dos Leigos, assim como dos Jesuítas portugueses. Neste último ponto, segue-se a análise, desde a formação, a vivência até o acolhimento dos voluntários, expondo as várias dificuldades que encontram nos diferentes períodos, sendo de destacar a importância do livro *Vidas de Missão de Maria Inês e Catarina Batista*, onde encontramos um estudo realizado a pedido dos Leigos, elaborado através de entrevistas e inquéritos aos principais agentes desta ONGD.

Neste estudo, pretende-se refletir sobre as relações que identificam os Leigos para o Desenvolvimento, como uma organização associada à Companhia de Jesus, tentando perceber qual é a parceria entre estas entidades e se os próprios valores e conceitos de viver em missão, estão interligados. De facto, importa compreender, se o aspeto missionário dos Leigos para o Desenvolvimento, encontra algum sentido na Companhia de Jesus, se a sua ação incide sobre as mesmas áreas e se encontram na sua espiritualidade, a essência dos jesuítas. Será a identidade da Companhia de Jesus um reflexo, ou uma base, nos princípios e valores destes Leigos para o Desenvolvimento? Atente-se que, não é objetivo deste trabalho, fazer uma análise comparativa à ação dos jesuítas, com os Leigos para o Desenvolvimento, devido às especificidades das referidas instituições, no entanto, encontra-se o estudo da aproximação destas duas organizações, vincando a importância que a Companhia de Jesus reflete, sobre, os Leigos para o Desenvolvimento.

Em suma, será o objeto deste estudo, posteriormente a uma profunda contextualização, analisar toda a ação interventiva dos Leigos para o desenvolvimento em função da Companhia de Jesus, tentando absorver todas os aspetos que podem, relacioná-los com uma instituição católica, percebendo qual a importância deste fator espiritual, nas áreas onde atuam, e ainda, qual o apoio que os jesuítas disponibilizam aos Leigos para o Desenvolvimento, de modo a refletir na relação que estes estabelecem.

Parte I: A História dos jesuítas portugueses em Portugal e no mundo

1. As origens da Companhia de Jesus até ao final do Século XIX

Ao longo de toda a historiografia religiosa, a participação dos jesuítas em Portugal foi bastante significativa mas, muito irregular, devido aos contextos históricos associados. Procuraram instalar-se em Portugal e por toda a Europa desde a época moderna e, de uma forma muito particular, mantiveram sempre as suas ideologias que marcaram a História da religião em Portugal.

Esta instituição de caráter religioso foi inicialmente denominada por a companhia de Jesus, como parte interveniente da Igreja Católica, fundada por Sto. Inácio de Loiola e seus companheiros em 1540. No entanto, a História dos Jesuítas em Portugal teve início no reinado de D. João III, que reconheceu que este, seria um grupo de clérigos capazes de converter a Índia, identificando esta ordem com um forte caráter missionário, que será relevante em todo este trabalho. Foi no ano de 1553, que foi inaugurado o primeiro Colégio no qual os jesuítas deram aulas públicas, nomeadamente, o colégio de Santo Antão e em 1559, fundada a Universidade de Évora pelo Cardeal D. Henrique que foi entregue à companhia de Jesus. O surgimento desta instituição integra-se no movimento da Contra-Reforma Católica, organizando-se de forma a constituir uma espécie de milícia de combatentes do catolicismo que, tanto visava expandir o catolicismo pelo mundo, como reavivar os princípios da igreja católica contra o crescimento da reforma protestante, nomeadamente, através do ensino e da pregação.¹ Com o decorrer do tempo, a ação pedagógica dos jesuítas foi-se espalhando pelo país inteiro, como podemos observar na tabela nº1.

Tabela 1- Distribuição do número de Jesuítas do séc. XVI ao XVIII²

Respetivo ano	Nº de Jesuítas
1560	400
1603	620
1615	622
1639	639
1709	770
1749	861
1759	789

¹ GARCIA, José Manuel – *Dicionário Essencial de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2000, pg. 165

² AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. 3, pg. 22

Os jesuítas portugueses, chegaram a dirigir cerca de trinta estabelecimentos de ensino, que funcionavam como a única rede escolar orgânica e estável do país, sendo um ensino gratuito e aberto a todas as classes. Embora este interesse pela educação tenha sido uma prioridade para os jesuítas ao longo de toda a sua história, é importante referir a rápida expansão e sucesso desta ordem religiosa que trazia consigo ideais, que interessavam, tanto a Igreja Católica, como a monarquia em vigor, como demonstra a tabela nº2.

Tabela 2 – Localização dos Colégios Jesuítas em Portugal do Séc. XVII ao XVII³

Respetivo ano	Localização dos Colégios
1553	Lisboa
1560	Braga
1561	Bragança
1570	Funchal
1570	Angra
1591	Ponta Delgada
1599	Faro
1605	Portalegre
1621	Santarém
1630	Porto
1644	Elvas
1652	Faial
1655	Setúbal
1660	Portimão
1670	Beja

Esta tabela, é importante para se perceber a rapidez da instalação destes colégios e a sua expansão por todo o país, aumentando a sua significância e expandindo os seus conhecimentos por todos. Efetivamente, a abordagem que estes religiosos trazem para o seculo XVI é bastante produtiva e inovadora, alcançando várias regiões num mundo novo, que em pleno seculo XVI é descoberto e aproveitado. Contudo, os jesuítas não estavam só ligados à educação mas também realizavam a catequização entregando-se aos ministérios sacerdotais e obras de caridade. Introduzem votos de castidade, pobreza, obediência própria dos religiosos e ainda se comprometem “a aceitar as missões apostólicas que o sumo pontífice entender confiar-lhes, em qualquer parte do mundo”⁴. Deste modo, o aspeto missionário foi sempre prioritário para toda a Companhia de Jesus. Desde 1542, estes missionários desembarcam em Goa, percorrendo várias regiões

³ AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário (...)*, pg. 22

⁴ AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário (...)*, pg. 21

da Índia, chegando até ao Japão e à China. Além disso, a necessidade de evangelização no Oriente originou sucessivas ondas de missionários e conduziu à diversificação das regiões alcançadas, tais como Macau em 1565, Peru e Bengala em 1598, na Cochinchina em 1615, Camboja em 1616, Tibete em 1624, Tonquim e Sião em 1626, e finalmente, no Laos em 1642. Relativamente a África, os jesuítas estiveram no Congo em 1547, Angola em 1560, Moçambique em 1607⁵ e em 1604 iniciaram a missão de Cabo Verde, e, posteriormente à Guiné e Serra Leoa. De uma forma genérica, os números são bastante relevantes e trazem conclusões bastante interessantes, como se pode verificar a seguir, no quadro nº 3.

Tabela 3 - Distribuição do número de Missionários Jesuítas do Séc. XVI ao XVIII⁶

Respetivo Séc.	Nº de Missionários
XVI	75
XVII	190
XVIII	96

A relevância desta tabela, é a relação dos contextos e adaptações históricas que foram submetidas aos jesuítas. De uma certa forma, percebemos que, para estes homens existiam duas coisas fundamentais, a educação e a atividade missionária. Todavia, a educação jesuíta, era detentora de algumas características especiais, especificamente, o seu sistema de ensino, que seguia os princípios indicados pela *Ratio studiorum*, o documento base da pedagogia jesuíta. Apesar de ser bastante flexível, para que fosse adaptado a diferentes lugares, pessoas e tempos era também bastante rigorosa e planeada com cuidado. No que diz respeito à missionação, o aparecimento desta instituição religiosa, coincide com o início do colonialismo, quando as perspetivas de expansão territorial europeia atingem o seu auge. Devido a este fator, os jesuítas integram-se plenamente na estrutura missionária do padroado, acompanhando sempre a mentalidade da época, através da qual, o apoio das autoridades civis mantinha o caminho mais seguro e eficaz para a cristianização. No entanto, os problemas encontrados ao longo destas missões, variam, desde a enorme capacidade de adaptação que teriam que ter, inclusive os costumes locais, até aos conhecimentos técnicos, que muitas vezes forçaram estes clérigos, a ter que aprender a falar a língua destes povos,

⁵ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Oriental (1660-1820)*. (Coord. Maria de Jesus Lopes). Lisboa: Editorial Estampa, 2006, 1ªed, vol. V, tomo 2, pg. 327

⁶ AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário (...)*, pg. 22

originando frequentemente a elaboração de dicionários que ajudaram futuros missionários. Na verdade, as cartas escritas pelos missionários, são evidências de uma grande variedade de temas abordados, tais como, “a mentalidade e os métodos missionários, as intervenções da Santa Sé e dos seus representantes, as dificuldades na conversação, a admissibilidade dos autóctones à ordenação, a problemática da escravatura, o financiamento da atividade missionária, as relações com a Coroa, os conflitos com as autoridades e a população, bem como as rivalidades com outras ordens religiosas”.⁷ Note-se que, estas informações, poderão surgir como elementos de comparação à atualidade, porque a existência desta instituição religiosa requer uma adaptação máxima de todos os tempos e até mesmo de conceitos, o que reforçará as conclusões posteriores a serem retiradas. É importante referir que à medida que os séculos vão avançando, esta ordem adapta-se, mas não perde a sua estrutura base, nem os seus ideais, apenas os molda de acordo com as novas realidades e tudo acabará por funcionar bastante bem.

Relativamente à evolução desta instituição, como já foi referido anteriormente, surgiram ocasiões menos favoráveis, onde esta ordem religiosa foi alvo de ataques diretos devido ao conflito de interesses entre a monarquia e a Igreja. Logo, poderemos assistir a fases em que os jesuítas promoveram os interesses monárquicos, como no século XVI, e alturas em que a própria instituição constituía um obstáculo aos interesses régios. De uma forma geral, podemos dizer que do século XVI até finais do século XVIII, ocorreram muitos acontecimentos que influenciaram toda a abordagem religiosa, que até então dificilmente poderia ser contestada. Nos finais do século XVI, principalmente, na Inglaterra, aparecem ideais absolutistas em concordância com a reforma protestante, que reivindicava ao rei um poder absoluto sobre o seu território e a sua população. Inicialmente com Henrique VIII, que durante o seu reinado se declara como chefe supremo da igreja anglicana separando-se da igreja católica. Na França o absolutismo chega mais forte com o monarca Luís XIV, marcado essencialmente pela sua excessiva centralização régia. Naturalmente, esta teoria absolutista de nada favorecia a Igreja Católica, muito pelo contrário, retirava poderes efetivos até mesmo ao chefe da religião católica. Em concordância com estes factos, existiam correntes de pensamento como o renascimento, onde se começou a dar algum destaque nas artes, e mais tarde, o iluminismo, que transforma como prioridade as ciências e o conhecimento

⁷ AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário (...)*, pg. 26

científico em prol da religião, que nada contribuíram para o aumento da atividade religiosa. Contudo, o papel da Igreja continuava ativo e com bastante influência, mas as mentalidades e a evolução dos Estados foram pondo algumas características da Igreja Católica em causa. Claramente que em Portugal, o aspeto mais conhecido relativamente aos jesuítas, protagonizado pelo Conde de Oeiras, mais conhecido por Marques de Pombal, através da expulsão da Companhia de Jesus em 1759. Este acontecimento foi marcante, não só pela sua duração, como também, pela sua amplitude. Foi um processo longo que ganhou uma projeção europeia.⁸ Existem vários conceitos que interferem com todo o processo relativo à expulsão dos jesuítas, tal como o pensamento regalista de Sebastião José de Carvalho e Melo. De certa forma, este regalismo pombalino reforçado com algumas reformas do Estado português tornam-se partes de um mesmo processo político que se fez sentir através do desagrado do poder temporal que era conferido à Igreja e da sua disciplina, tal como era praticada, resultando no carácter inseparável da política e da religião.⁹ Especificamente, no caso dos jesuítas, Marques de Pombal apontava duas questões essenciais, que a seu ver não teriam justificação, como o trabalho missionário no Brasil, ao qual recebeu bastantes queixas tanto de governadores como de bispos, e igualmente no campo missionário que estes exerciam nas capitânias do Norte. Além disso, é igualmente importante referir que durante o século XVIII iniciaram-se as revoluções liberais, e o aprofundamento deste liberalismo punha em causa a monarquia, principalmente, a monarquia centralizadora ou com traços de absolutismo, como foi o caso do reinado de D. José I. Em contrapartida, apesar da Companhia de Jesus ter sido expulsa em nome da modernização das correntes iluministas era este conjunto de homens que mais tentava receber as ideias iluministas.¹⁰ Segundo Pierre Zaccone, a perspetiva de Marquês de Pombal era que “o clero invadira todo o paiz, devorando-o como a uma presa, - o marquez de Pombal arrancou-lh’o das garras ! Finalmente os jesuítas estavam em toda a parte, ocupavam todos os logares imperando em todos os negocios , - o marquez de pombal travou com elles uma lucha desapiedada, e venceu os !”.¹¹ Todavia, este sentimento não era só da parte do ministro português, por toda a Europa perduravam sentimentos negativos em relação à

⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, 2ª ed., vol. VI, pg. 48

⁹ CASTRO, Zília Osório de – Antecedentes do Regalismo pombalino: O padre José Clemente. In *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Vol. I, pg. 323

¹⁰ DOMINGUES, Beatriz Helena – As repercussões da expulsão dos Jesuítas nos movimentos independentistas nas Américas Espanhola e Portuguesa. In *Anais eletrónicos do V Encontro da ANPHLAC. Belo Horizonte: 2000*, pg. 3

¹¹ ZACCONE, Pierre – *História dos Jesuítas*. Lisboa: Empreza Liberal, 1901, pg. 212

Companhia de Jesus, pois quase detinham o monopólio do ensino, promovendo assim um dos mais sérios problemas para o ministro de Portugal. A campanha antijesuítica montada por Pombal foi baseada na resistência dos inicianos perante o tratado de Madrid de 1750, entre Portugal e Espanha que continha a delimitação das fronteiras na América do Sul; a oposição no Brasil às leis que regulavam a administração dos índios; o exercício da atividade comercial proibidas a religiosos; a decadência dos jesuítas portugueses; a difamação do rei no estrangeiro; e por fim, a participação (moral) no atentado a D. José I e também a revolta popular no Porto em 1757. É ainda neste ano que a perseguição se inicia, no entanto, apenas em 1759 é feito o primeiro prisioneiro e dá-se o princípio da apropriação dos bens da companhia para coroa portuguesa, prolongando-se, em conjunto com as cortes francesas, até alcançar em 1773 do papa Clemente XIV, a extinção e a apropriação dos bens da Companhia de Jesus em todo o mundo. Atente-se que é nesta perspectiva que existe grande diferença de números do século XVII para o século XVIII como demonstra a tabela nº3 em cima representada. Com o decorrer dos anos, o papa Pio VII, em 1814, pela bula *sollicitudo omnium ecclesiarum* restaurou a companhia de Jesus, contudo, Portugal atravessava uma enorme instabilidade política devido às invasões napoleónicas que forçaram o rei e a sua corte a abandonar Portugal e a ir para o Brasil com a ajuda da aliança inglesa. A ausência do monarca deu origem a que os ingleses se apropriassem do controlo de Portugal, nomeadamente o comandante William Beresford. Este comandante militar britânico foi responsável por estabelecer a ordem, contudo, os interesses do povo português eram quase sempre a sua última prioridade. O descontentamento português deu origem a uma revolta, especificamente, a revolução liberal no Porto em 1820, através da qual os portugueses exigiam ao monarca ausente que regressasse a Portugal. Estas transformações e revoluções que marcaram o século XIX impossibilitaram a presença dos jesuítas, de tal forma que mesmo depois do papa Pio VII ter restaurado a espiritualidade inaciana, o governo português que se encontrava no Rio de Janeiro, comunicou para Roma que não reconheceria o documento pontifício. A alteração desta resolução veio acontecer no reinado de D. Miguel, após a constituição portuguesa de 1822 e da carta constitucional de 1826. Através da primeira constituição política da monarquia portuguesa, o clero e a nobreza não seriam detentores de quaisquer poderes, contudo, a religião católica era a única religião da Nação Portuguesa. Evidentemente que esta constituição de 1822 procurava reduzir o centralismo régio e separava os poderes, para que estes não se centrassem na figura do monarca.

Após várias convulsões políticas e civis, foi criada a carta constitucional de 1826 onde o rei de uma forma menos radical, procura ceder aos interesses de ambos os partidos. Estas tentativas de unificar os partidos liberais com os absolutistas foram insuficientes e dessa forma, Portugal avançou durante este período com uma forte instabilidade política que originaria uma difícil presença dos jesuítas. Note-se que a ausência dos jesuítas não ficou apenas marcada em Portugal, mas também em toda a Europa. No entanto, existiu um período em que estes inicianos retornaram a Portugal, mas a sua ação ficou marcada pelo seu empenho na assistência aos feridos da guerra civil e às vítimas da epidemia de cólera ocorrida em 1833. Sob o ponto de vista legal, é de referir, que a autorização para o regresso dos jesuítas a Portugal foi concedida oficialmente a 10 de julho de 1829 e, mais tarde em 1832, foi restabelecida oficialmente a companhia de Jesus.¹² O protagonista do regresso da Companhia a Portugal foi o português Carlos João Rademaker entrando para os Jesuítas em Itália, na província do Piemonte, em 1846. Apesar de a perseguição em 1848 ter forçado o noviciado a dispersar-se, Rademaker veio para Portugal, onde foi ordenado sacerdote em 1848. Em seguida, no ano de 1857 entrou em contato com os jesuítas espanhóis, terminando oficialmente o seu noviciado e pronunciou os primeiros votos, sendo convidado pelos superiores a trabalhar na restauração da província portuguesa. Nessa perspectiva, deu início ao colégio de Campolide, com a colaboração de novos elementos e rapidamente se constituiu oficialmente a Missão Portuguesa que teve como primeiro superior o padre Francisco Xavier. De facto, existiam 44 religiosos em Portugal e depressa se encarregaram de expandir o número de colégios, como poderemos observar na tabela seguinte.

Tabela 4 - Localizações de novos colégios de Jesuítas no Séc. XIX¹³

Ano	Localidade
1864	Lisboa
1870	Porto
1871	Coimbra e Covilhã
1875	Braga
1878	Setúbal
1879	Castelo Branco

¹² MARQUES, H. A. De Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – Portugal e a Instauração do Liberalismo. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, vol. IX, pg.

¹³ AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário (...)*, pg. 28

No princípio do ano de 1880, a missão abrangia nove casas independentes, com 137 jesuítas, entre os quais, 49 eram sacerdotes, 38 irmãos e 50 estudantes. Seguidamente concluiu-se que Portugal reuniria as condições necessárias para se restaurar a província portuguesa da Companhia de Jesus, o que veio a acontecer nesse mesmo ano. No contexto missionário, é importante referir que, no que se refere à missão na Zambézia, esta, mostrou-se bastante exigente e difícil, tendo sido enviados, 118 jesuítas, entre 1880 e 1910, dos quais, 41, acabaram mesmo por falecer. Passados alguns anos, foram abertas algumas novas residências, de acordo com a tabela nº 5.

Tabela 5 - Localização de novas residências de Jesuítas nos finais do Séc. XIX¹⁴

Ano	Localidade
1893	Setúbal
1896	Angra do Heroísmo
1898	Viana do Castelo
1903	Póvoa de Varzim

Em suma, durante quase 400 anos, estes religiosos conseguiram marcar a diferença, através das suas metodologias exigentes na educação, da sua assistência aos mais carenciados e em práticas de cooperação e desenvolvimento que têm apoiado populações em todo o mundo.

¹⁴ AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário (...)*, pg. 28

2. Os fenómenos do século XX

2.1 Do laicismo da 1ª República à reconciliação com o Estado Novo

A companhia de Jesus durante o século XX foi alvo de grandes mudanças que acompanharam um mundo novo, em transição. Foi durante este período que se desenvolveram grandes transformações ao nível social, económico, religioso e político.

Para se compreender na totalidade a importância destas transformações será necessária uma abordagem sistemática dos acontecimentos históricos tanto em Portugal como na Europa e nas colónias africanas. Na verdade, Portugal foi vítima de grandes instabilidades políticas, atravessando um período de mudanças políticas radicais, especificamente, mudanças de regimes, que contribuíram para grandes alterações em aspetos religiosos. De facto, nos inícios do século XX, através da legislação do conselho de ministros, no qual participava Hintze Ribeiro, foi aprovada uma lei que satisfazia os desejos dos partidários da existência das ordens, que na prática, aceitava o regresso das mesmas desde que se dedicassem apenas a atividades educacionais e caritativas. Durante os últimos anos da monarquia assistiu-se a uma secularização da sociedade. Foi neste contexto que, apareceram entre nós as concepções do catolicismo liberal. É evidente que o anticlericalismo republicano e socialista reivindicava, a liberdade de pensamento, a consciência da separação do religioso do profano, a independência absoluta do Estado das Igrejas, a recusa da ingerência da cúria romana e das ordens religiosas na nossa sociedade.

Através do início do republicanismo, assiste-se à publicação de numerosas leis em matéria religiosa, com a finalidade de concretizar os ideais republicanos sustentados nos últimos trinta anos de Monarquia Constitucional. Certamente, esta legislação conduzia a uma refundação do Estado, traduzindo o projeto elitista dos livres-pensadores que não deixava colidir o sentimento religioso das comunidades, fortemente marcadas pelo ruralismo, analfabetismo, e por um clero numeroso e reacionário. A República Portuguesa rompeu com a Monarquia com a finalidade de se reassumir, na sua plenitude, o princípio nacional (regressando às Constituições de 1822 e 1838), como também na secularização do seu fundamento e do próprio Estado. Pelo contrário, não se pode afirmar que este republicanismo tenha mantido a mesma ideologia relativamente à religião de Estado, já que esta medida revolucionária introduziu uma rutura, não só em

face da tradição, mas também, perante as disposições do período do constitucionalismo português oitocentista que tinha considerado a Igreja Católica Apostólica Romana como a religião do país.¹⁵

Efetivamente, em 1910, Portugal abandona a monarquia e instala-se a república, contudo, até a aprovação da nova constituição, que iria ser promulgada em 1911, instalou-se um governo provisório, e ainda, sobre decreto-lei de 8 Outubro de 1910, ocorre a expulsão dos jesuítas e a extinção de todas as ordens religiosas¹⁶. Existiram imensas reformas, no entanto, a principal legislação que nos revela dados interessantes sobre a vida religiosa portuguesa foi a Lei da separação da Igreja e do Estado. Segundo essa legislação, especificamente, o artigo número 2¹⁷, o Estado Português afirma com força de lei que a religião católica apostólica romana deixa de ser a religião do Estado e todas as igrejas ou confissões religiosas são autorizadas, como legítimas agremiações particulares, desde que não ofendam a moral pública nem os princípios do direito político português. Este artigo fornece dados importantes sobre a mentalidade daqueles que se mantinham a frente deste novo regime, e das novas alterações que acabariam por se consolidar mais tarde. A separação do Estado das igrejas, não se pode dissociar de alguns marcos históricos, como o antijesuitismo e o anticlericalismo que imergiam na época pombalina. Desde 1880, assistiu-se, no país, a uma intensa propaganda republicana, socialista e anarquista que ambicionava a laicidade do Estado, da cultura e das consciências.¹⁸ Dado o controlo moral da Igreja sobre as populações, os republicanos refletiam sobre a conveniência de uma “limpeza de ordem moral”¹⁹, como referiu Afonso Costa, o que integraria uma nova expulsão dos jesuítas, contra a influência que, nos últimos anos da monarquia, estes voltaram a desempenhar, promovendo, além disso, um novo ordenamento para a atividade eclesiástica. Certamente, que a separação do Estado das Igrejas era uma prioridade para a república. De certa forma, da mesma maneira que a monarquia dava agora oportunidade à

¹⁵ CATROGA, Fernando – O Republicanismo Português (Cultura, História e Política). In *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III série, vol. 11, 2010, pg. 102

¹⁶ Decreto Lei, 8 de Outubro, Expulsão dos Jesuítas e extinção de todas as ordens religiosas. Diário do Governo, nº4, de 10-X-1910, pp. 17-18 [Consult. em: 02.03.2015] Disponível em: <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/09/lei-1911-pt.pdf>

¹⁷ 21 de Abril, do Ministério da Justiça, Lei da Separação do Estado das Igrejas. Diário do Governo: no 92 [Consult. 03.03.2015]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1911/04/09200.pdf>

¹⁸ NETO, Vítor - Centenário da República: A primeira república e a religião. In *Revista Seara Nova*. 2010, nº:1713. [Consult. 03.03.2015] Disponível em: <http://www.searanova.publ.pt/pt/1713/dossier/162/Centenário-da-República-A-primeira-república-portuguesa-e-a-religião.htm>].

¹⁹ COSTA, Afonso – Discursos Parlamentares, 1911-1914. Lisboa: Livraria Bertrand (compilação, prefácio, e notas de A. H. Oliveira Marques), 1976.

república, também a religião teria que dar lugar à ciência e ao positivismo. Ainda assim, foi possível verificar-se através da pormenorização da legislação, a finalidade da mesma, significa isto que, a respetiva lei assegura tanto a liberdade de consciência, como a liberdade de culto, numa sociedade marcada pela promiscuidade entre o Estado e a Igreja, como um facto institucional, consolidado no regalismo adotado pelo liberalismo. Como consequência desta lei da Separação do Estado das Igrejas foi o esvaziamento do poder da mesma.

O Estado recupera assim, o furor anticongreganista, expropriando à Igreja Católica os seus bens disponíveis para a sua componente secular, tornando-a vulnerável. Além disso, recupera ainda os dispositivos regalistas que permitiram fiscalizar e intervir, bem como a tradição do beneplácito para tentar controlar o potencial de comunicação da Igreja.²⁰ A gestão da vida religiosa era entregue às associações culturais, passando o culto público a ser livre, contudo, só poderia ser praticado durante o dia. As procissões, o toque dos sinos e a colocação de emblemas sobre as fachadas dos monumentos ou dos edifícios eram objeto de restrições na ordem pública. A propriedade da Igreja era nacionalizada, os seminários foram reduzidos a cinco, e os cursos submetidos a diversas reformas, sempre sujeitos à vigilância do Estado. Na verdade, os cultos foram remetidos para o interior dos templos e estaria interdito a todos os sacerdotes de todas confissões, aos seminaristas e a todos os eclesiásticos, o uso, fora das igrejas, com intuito de laicizar o espaço público. Desta forma, a lei laicizava o Estado, funcionarizava o clero, confiscando a propriedade da Igreja, retirando-lhe também a sua personalidade jurídica, confiando a administração do culto aos cidadãos laicos. Na realidade, a constituição de 1911 veio legitimar a separação, rompendo com os textos anteriores. Assim, davam-se por terminadas as relações perigosas entre a política e a religião, limitando esta última, apenas à esfera da vida privada. Consequentemente, o catolicismo perde a sua influência política, cultural e simbólica, originando uma oposição do episcopado e do baixo clero.

Existiram três questões essenciais que a Igreja Católica se recusou a aceitar, começando pela expropriação da propriedade eclesiástica, seguido da entrega da gestão do culto às associações culturais constituídas por maçons e ateus, e por fim, as pensões ao baixo clero as quais o funcionarizavam. Após a revolução de 5 de Outubro de 1910, os bispos reuniram-se em Lisboa e decidiram publicar um manifesto, o qual apenas

²⁰ ALVES, Jorge Fernandes – Liberdade de consciência, liberdade de cultos: o papel da lei da separação do Estado das Igrejas. In *CEM: Cultura, Espaço & Memória*. Porto: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, n°3, 2012, pg. 28.

seria difundido no final de Fevereiro de 1911. Naturalmente, o episcopado entendia que era um dever católico acatar as novas instituições, naquilo que não contrariava a sua consciência. Nesta perspetiva, claramente que se opuseram ao projeto de laicização que teria o intuito de acabar com a religião. Além disso, contrapunham-se ainda à perseguição da Igreja, criticando a filosofia legitimadora do novo regime (o positivismo) e acusavam a república de ser anticatólica. Deste modo, identificavam a irreligiosidade como uma atitude antissocial, antinacional e antipatriótica. Em resposta a este manifesto, Afonso Costa decide recusar a aprovação do mesmo, resultando em alguns desacatos da parte de alguns bispos, nomeadamente, o bispo do Porto, que mais tarde é intimado a ir até Lisboa. Consequentemente, entre 1912 a 1914, todos os prelados foram afastados das suas dioceses, causando um aprofundamento nas discórdias entre a república e a Igreja, e entre muitos clérigos e leigos. Indiscutivelmente, o episcopado deu provas de coesão contra a política de laicização da república contrariamente ao baixo clero. Relativamente às associações culturais, assistiu-se a uma repugnância das populações católicas em relação às novas normas jurídicas. Entre 1911 e 1918 foram criadas 255 corporações encarregadas ao culto, o que curiosamente são valores bastante diminutos, quando comparados com as 3921 paróquias anteriormente existentes. Evidentemente que os bispos condenavam estas corporações, e tentavam apelar a todos os religiosos que resistissem à sua formação. Embora todo este clima indicasse uma rutura total das relações do Estado com a Santa Sé, foi possível amenizar esta situação através de alguns fenómenos de índole teofânica, como aparições ou milagres em Fátima. Todo este clima de crise, instabilidade política juntamente com a presença de Portugal na primeira guerra mundial facilitou a presença de comportamentos místicos e sobrenaturais. Em seguida, a 8 de Agosto de 1917 foi fundado o Centro Católico Português, apoiado pelos bispos e dirigida, a partir de 1919, por António Lino Neto. Em consequência destes acontecimentos ocorre a revisão da Lei de Separação, durante o consulado de Sidónio Pais, assistindo-se a uma aproximação entre Portugal e a Santa Sé que culminou no restabelecimento das relações diplomáticas entre ambas as soberanias.²¹

O regime de separação instaurado na lei republicana de 1911, e interpretada pela política religiosa dos seus primeiros governos alterou-se posteriormente com o novo regime autoritário, designado por Estado Novo. Na verdade, este regime perdurou

²¹ NETO, Vítor – Centenário (...)

durante 41 anos, sem interrupção, numa fase em que toda a Europa se encontrava devastada pela primeira guerra mundial. Note-se que, estes ideais políticos autoritários prevalecem por toda a Europa, mais marcantes, na Itália com o fascismo de Mussolini, o nazismo Alemão de Adolf Hitler, o franquismo espanhol de Francisco Franco, entre muitos outros países que adotaram estes sistemas como solução aos graves problemas encontrados na política liberalista. Relativamente à designação de Estado Novo, pode-se dizer que foi criada sobretudo por razões ideológicas e propagandísticas, embora, também existem referências a este período como o salazarismo, a grande ditadura militar. Certamente que durante esta fase é possível constatar-se uma aproximação do Estado à Igreja Católica, e desta forma, é inconcebível ignorar a evolução histórica nesse sentido. A Igreja não só promoveu a ascensão de Salazar, como também consolidou este novo regime, a tal ponto, que muitos historiadores referem que o salazarismo sem a igreja seria impensável. Desta forma, é indispensável a análise destas relações que até então estavam fragilizadas pelos movimentos republicanos liberalistas. Em Portugal, vigorou um regime concordatário de separação, que traduzia os equilíbrios políticos que estão na base do regime saído de 28 de Maio de 1926. Deste modo, compatibilizou-se o regime de separação com o regime concordata. Este regime de separação respeita a liberdade religiosa, no sentido em que rejeita qualquer intromissão do poder político na vida da Igreja, contudo, também recusa qualquer tentativa clericalista de ingerência na vida política. A constituição de 1933 veio corporizar essa crescente influência católica, quer na conceção e defesa do modelo de corporativismo, quer na conceção e organização política do Estado. Na realidade, a Igreja via assim, não só, abolidos e eliminados muitos dos fatores de perseguição e limitação da sua ação, como via restauradas muitas das suas aspirações. Este progressivo entendimento e colaboração originaria em 1940 a sua mais alta expressão, através das comemorações dos centenários e com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário.²² Analisando os vários artigos constituintes da Concordata com a Santa Sé, é possível confirmar e legitimar as várias conclusões anteriores, verificando que neste presente documento se encontram detalhes específicos sobre os direitos e deveres das relações católicas com o governo presente. Este documento inicia-se com a entrega da personalidade jurídica pela mesma entidade, que anteriormente lhe tinha negado, garantindo a liberdade da Igreja no exercício da sua autoridade, especificando, que esta

²² MARQUES, H. A. De Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, vol. XII, pg. 211-212

deveria de ser conferida apenas na esfera da sua autoridade, exercendo atos de ordem e jurisdição sem qualquer impedimento. Poderia ainda organizar-se livremente sobre as normas do direito canónico, e constituir associações e organizações, embora o Estado tivesse que reconhecer previamente a personalidade jurídica das mesmas. Estas organizações poderiam eventualmente adquirir bens e dispor dos mesmos, porém, estas seriam submetidas a fiscalizações da Autoridade Eclesiástica. Eram ainda detentores do direito de cobrar quaisquer importâncias aos fiéis, destinadas à realização dos seus fins. Ainda teriam o direito do retorno dos bens, que teriam sido apropriados nos governos anteriores, exceto aqueles que são considerados como monumentos nacionais, ou imóveis de interesse público. No entanto, estes bens seriam protegidos pelo Estado mas poderiam ser retirados em casos muito particulares, como em casos de necessidade urgente. Ainda assim, a Igreja Católica, estava agora isenta de impostos, tendo que notificar o Estado caso houvesse alterações nas nomeações dos cargos eclesiásticos mais elevados, impondo a obrigatoriedade destes mesmos cargos serem ocupados por pessoas de nacionalidade portuguesa. A Santa Sé encontrava-se agora protegida pelo Governo Português. Note-se que, existiu de facto a reconciliação entre o Estado e a Igreja, mas foi apenas uma aproximação, no sentido em que o Estado passava a fiscalizar todos os parâmetros políticos e económicos deixando só os aspetos sociais e religiosos encarregues totalmente ao Vaticano. Relativamente ao acordo missionário é necessário dar ênfase às políticas coloniais da ditadura Salazarista. É notável que todo este acordo se baseia numa delegação de poderes locais dentro das colónias, conferindo às respetivas autoridades eclesiásticas as condições necessárias para que houvesse sucesso na manutenção das mesmas. Evidencia-se o artigo número 6, onde são automaticamente criadas três dioceses em Angola, com sede em Luanda, Nova Lisboa e Silva Porto; três em Moçambique com sede em Lourenço Marques, Beira e Nampula; uma em timor, com sede em Díli²³. Contudo, importa referir o comportamento singular que Portugal teve durante a descolonização, não no contexto em que Portugal se recusa a deixar as suas colónias africanas, mas sim na sua capacidade em mante-las o máximo possível. No ano de 1961, depois de Portugal se ter recusado a abdicar das suas colónias ocorreu uma sangrenta insurreição no Noroeste de Angola e uma agressão militar da Índia, de modo que 36% do orçamento português era gasto com o exército, ocupado em

²³ *Inter Sanctam sedem et Rempublicam Lusitanam Sollemnes Conventiones* [Consult. 05.03.2015]. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html

defender Angola, Moçambique e a Guiné contra as guerras independentistas. Inicialmente, a descolonização foi em Portugal, sobretudo uma questão de pressão externa. Repare-se que em Portugal, o único partido que aceitava a separação das colónias era o clandestino PCP. Deste modo, era notável que a política ultramarina portuguesa, que assegurava a opção de defender as colónias, tinha as suas vantagens políticas para o governo. Apesar dos portugueses beneficiarem das ligações coloniais que obtiveram um lugar importante na economia portuguesa, também se pode verificar uma prosperidade que atraiu novos investimentos nas colónias, como a criação de novos portos, estradas, caminho-de-ferro e carreiras aéreas. Na verdade a relação que Portugal exercia com as suas colónias era uma relação quase “simbiótica”, onde existia uma cooperação com a finalidade do desenvolvimento mútuo. O PIB angolano, entre 1963 e 1973, cresceu a uma taxa média anual de 7%, além de se ter tornado um produtor de petróleo. No caso de Moçambique o desenvolvimento não foi tão acentuado devido ao bloqueio inglês á Rodésia, que afetou o movimento portuário. Na perspetiva Salazarista, se Portugal rompesse os laços políticos consequentemente romperiam todos os outros. Em 1951, o império colonial deu origem ao Ultramar e as colónias passaram a ser províncias. Ainda assim, o governo sentiu-se autorizado a definir Portugal como uma nação intercontinental e multirracional, onde as forças armadas portuguesas reforçadas no âmbito da Nato, determinaram o sucesso das mesmas. Os americanos que pareciam determinados em expulsar os portugueses de África foram obrigados a rever as suas políticas devido à importância da sua base nos Açores. No entanto, em termos militares e diplomáticos foi a Alemanha e a França que apoiaram Portugal. Perante a contínua rejeição do governo português em negociar a independência, os colonos optaram pela guerra. A Guiné foi a zona mais afetada por este clima beligerante, onde a PIDE mantinha uma forte influência. Embora inicialmente se esperasse a benevolência americana, como no caso de Moçambique, acabaram por se tornar cada vez mais dependentes dos Estados Comunistas, o que facilitou a contrapropaganda portuguesa. O exército português tentou obter a simpatia da população contribuindo para a melhoria do seu bem-estar. Na Guiné entre 1969 e 1974 o exército construiu 196 escolas, 630 diques, 313 alojamentos. Na realidade, a guerra tornou-se um fator de transformação social.²⁴

²⁴ RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno; SOUSA, Bernardo – III Parte – Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI). In *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, vol. 8, pgs. 17-22.

Num clima pós-guerra, os governantes portugueses descobriram que o ponto de vista do primeiro plano de fomento estava inadequado às novas realidades. Deste modo, o plano que concebia a industrialização da perspectiva da substituição de importações deu lugar à inserção do país no comércio internacional. Em 1948, Portugal integrou a Organização Económica de Cooperação Europeia, criada no quadro do plano Marshall, um programa que visava a recuperação europeia, devido à destruição causada pela segunda guerra mundial. Os membros da Organização Económica da Comunidade Europeia (OECE) discutiram entre si se a cooperação deveria consistir em políticas comuns, ou apenas no princípio do comércio livre. A primeira via foi aberta pelos seis países que em 1957 criaram a Comunidade Económica Europeia (CEE); a segunda foi aberta pelos sete países que em 1960 fundaram a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), entre os quais, Portugal foi um dos seus fundadores. Esta associação não observava as ajudas técnicas e financeiras da CEE, mas concedeu a Portugal as condições necessárias para explorar as vantagens do comércio livre sem as suas desvantagens, abrindo mercados ricos e simultaneamente dava a oportunidade de proteger os seus mercados.

Em suma, durante a primeira república portuguesa, observou-se um clima de afastamento entre o Estado e a Igreja, o que se modificou com a entrada da ditadura, através da qual foi possível delimitar os poderes religiosos apenas às suas esferas não permitindo nunca a sua intervenção no que diz respeito aos assuntos políticos do governo, conseguindo amenizar a situação que durante alguns séculos tinha vindo a deteriorar-se.

2.2 Revolução Democrática, Descolonização, Integração Europeia

Após a ditadura militar ter terminado, Portugal atravessa a Revolução Democrática desencadeando inúmeros acontecimentos que interferem com toda a História religiosa e consequentemente com o percurso da Companhia de Jesus. Depois do 25 de Abril abrir portas para os ideais republicanos entrarem em vigor, a descolonização foi imediata devido aos condicionalismos internos e externos, interferindo na sua própria integração europeia.

Com o decorrer dos eventos da segunda república, ocorre em Portugal a revolução dos cravos, mais conhecida como a famosa revolução de 25 de Abril, que promove acontecimentos importantes para o estudo da Companhia de Jesus, devido aos ideais incutidos nesta revolução e às suas consequências. Com o descontentamento da população face ao novo regime da segunda república, e através dos vários indicadores políticos e sociais que se foram estudando, era quase previsível a necessidade de uma revolução que viesse dar continuidade aos ideais que se foram intensificando desde o início da idade Moderna. No entanto, como já foi referido anteriormente, existiu uma rutura destes mesmos ideais quando Portugal avança para uma ditadura militar onde basicamente a ideia de liberdade, no seu sentido mais amplo, não passa apenas de uma ideia. Aproveitando-se deste desagrado por parte da população, a revolução instala-se e abre as portas para o processo de democratização afetando não só a política interna como também a política externa portuguesa. A democracia em Portugal não só define um modelo novo de sociedade e novas instituições políticas como também um novo modelo de inserção internacional do país. Para se poder compreender todo este processo de democratização, é necessário primeiro refletir sobre as suas consequências na medida em que influenciaram as suas políticas externas e também as condicionantes históricas e geopolíticas que integraram Portugal nos modelos de inserção internacional. Inicialmente, as políticas externas portuguesas alteraram-se no que diz respeito ao seu império colonial africano, tendo que abandonar as suas colónias por completo. Na verdade, o processo de transição que se inicia em 25 de Abril de 1974 vêm determinar uma redefinição profunda da política externa portuguesa de acordo com o espírito do programa do Movimento das Forças Armadas, que se traduzia, sinteticamente, pela

fórmula: “democratização, descolonização, desenvolvimento”.²⁵ Ainda em 1974, o Estado Português deu início às negociações com a finalidade de descolonizar, constituindo o primeiro grande desafio relativamente à política externa. Do ponto de vista político, estas ideologias dividiam-se na defesa de duas posições fundamentais. Por um lado, defendiam que a autodeterminação não significava, necessariamente, a independência e batalhavam pela soberania portuguesa até à existência de um referendo que decidisse o destino dos territórios coloniais. Por outro lado, defendiam a identidade entre a autodeterminação e independência, lutando pela transferência imediata de poderes para os movimentos libertadores, enquanto legítimos representantes dos povos coloniais.²⁶ Com efeito, a segunda posição venceu, através de um processo complexo de alguma importância no que diz respeito à política interna. Simultaneamente a esta decisão ocorre um cessar-fogo, iniciando as primeiras negociações diplomáticas. A consequência deste processo para muitas das colónias foi devastador, como foi o caso particular de Angola. Na realidade, as relações pós-coloniais entre Angola e Portugal não começaram nada bem, dois anos depois da revolução já teriam abandonado este país mais de 400 mil colonos, perdurando uma guerra civil que teve a duração de 27 anos, deixando o país numa situação desastrosa. No caso específico de Moçambique, a guerra teve menos duração mas ambas estavam inseridas, não só num contexto de antigas colónias, como também, no âmbito da guerra fria.²⁷

Na verdade, os modelos de inserção internacional do país, e a sua integração europeia, baseiam-se nas condicionantes geopolíticas e nas constantes históricas. Deste modo, existem vários fenómenos e até mesmo acontecimentos que são importantes de referir, na medida em que fazem parte integrante deste estudo para se compreender de que forma algumas estruturas se comportam e até mesmo se formaram na base da cooperação internacional. Note-se que, esta referência pode não incidir sobre o fator religioso como foi o principal destaque até então, mas essencialmente, sobre o aspeto social, económico e político que de uma forma geral se tornam indissociáveis e imprescindíveis para este estudo. Deste modo, estudaremos durante a parte da integração europeia, o fenómeno da Globalização, e o nascimento das infraestruturas que hoje são responsáveis por toda a Cooperação Internacional, tal como o FMI (que

²⁵ TEIXEIRA, Nuno Severiano – O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. In *Relações Internacionais – Instituto Português das Relações Internacionais*. Vol I, Nº1, Março, 2004, pag.9

²⁶ TEIXEIRA, Nuno Severiano – (...), pg.9-10

²⁷ DE OLIVEIRA, Ricardo Soares – Sobre as relações entre Portugal e Angola ao fim de trinta anos. In *Relações Internacionais – Instituto Português de Relações Internacionais*. Nº 8, Dezembro, 2005, pg. 8

pressupõe o estudo da Grande depressão para se compreender o objetivo da sua criação), a ONU e a UE.

O fenómeno da Globalização é relevante para o estudo das Relações Internacionais e Cooperação, tanto na sua definição como nos seus efeitos. Relativamente à sua caracterização enquanto fenómeno, pressupunha uma definição do capitalismo mundial, pois a globalização não é nada mais do que uma das suas fases históricas. Em grande parte, é um trabalho que ainda se encontra por fazer, contudo, de um ponto de vista ideológico a Globalização assenta no processo técnico que impõe inevitavelmente a mundialização. No que diz respeito à afirmação do progresso tecnológico impor inevitavelmente a mundialização, é facilmente explicada através da força social que a ciência possui atualmente, podendo mesmo referir que o progresso tecnológico pode influenciar em casos de vida ou de morte. A produção destas tecnologias tende a concentrar-se em alguns países e empresas. Desta forma, a sua difusão faz-se à escala mundial, impondo de uma forma generalizada a adoção de certas tecnologias, com os correspondentes procedimentos económicos, sociais, culturais e políticos, fomentando novas relações internacionais, frequentemente, num contexto de trocas desiguais. Note-se que, não é o progresso técnico que produz impactos no relacionamento humano, mas sim, a forma como se tem desenvolvido este mesmo progresso. O relacionamento humano gerado é desigual, assimétrico e contraditório. Transmite a desigualdade porque este não se manifesta com a mesma intensidade e da mesma forma em todo o lado. Assimétrico porque a posição ativa pertence apenas a alguns, deixando à grande massa dos restantes absorver os conteúdos apresentados, e entrar nas dinâmicas capitalistas da sociedade de consumo. Contraditória porque ao mesmo tempo que gera situações de relacionamento humano também gera o contrário, como no caso das redes informáticas que facilita a comunicação ao ponto de não ter que existir contacto pessoal. Na verdade, “o relacionamento universal gera o isolamento universal”²⁸. No caso de alguns países africanos, estas desigualdades são fatores que os próprios missionários procuram combater, através de esforços contínuos com o intuito de promover desenvolvimento dentro das comunidades, reforçando atividades que excluam o isolamento, como criar grupos comunitários que sejam capazes de ser autónomos. Por outro lado, na atualidade, verifica-se que toda a sociedade se subordina

²⁸ PIMENTA, Carlos – *Globalização – produção, capital fictício e redistribuição*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004, pg. 82

à economia, de uma forma simplista conseguindo-se averiguar este fator, nas coisas mais básicas do dia-a-dia. Contrariamente ao que aparenta ser esta realidade, os mercados e capitais estão inseridos na sociedade e não o contrário, no entanto, assiste-se claramente a uma redução do fator social em função do económico. São diversos os fatores que comprovam que as ciências económicas comandam a vida, e ainda, reduzem esta à sua dimensão, tal como a teoria económica neoclássica, como suporte do neoliberalismo. Durante todo o século XX, observam-se grandes transformações mundiais, onde a economia passa a ter uma aplicação universal, podendo referir-se a esta, como a mãe de todas as ciências sociais. No caso de Karl Marx, que de uma forma sucinta, afirma que o sistema capitalista preocupa-se em demasia com o fator económico que conseqüentemente acaba por subestimar o fator social. As repercussões deste sistema são preocupantes, uma vez que o imperialismo económico conduz ao aprofundamento da desigualdade económica. Através deste imperialismo económico nasce a preocupação com as desigualdades causadas por estes desequilíbrios, e o continente africano foi um dos mais afetados por estas desigualdades. Neste sentido, as organizações internacionais e as ONGD procuram elaborar políticas de ação interventiva com a finalidade de resolver alguns problemas consequentes destas transformações e mundializações associadas ao processo da globalização. Atualmente pode concluir-se que a economia se autorregula e se uniformiza, através da suposta capacidade dos mercados resolverem todas as situações económicas, podendo dizer-se que o mercado se apresenta como autossuficiente. De facto, encontramos nas sociedades contemporâneas pessoas com fome, países subdesenvolvidos, desemprego, e mesmo os setores mais modernos, passam por processos de crise. Com efeito, essas situações acontecem porque o Estado não respeita a “verdade” dos mercados. Evidentemente que o sistema capitalista através das suas múltiplas formas de funcionamento (englobando desde o desenvolvimento tecnológico à intervenção do Estado e a reprodução de ideologia) reproduz-se. Contudo, esta reprodução é feita através do aprofundamento das desigualdades, do desvio de contradições, e com resolução de umas através do desaparecimento de outras. Logo, é a conceção de mercado que está em causa, é a relação entre produção e troca, que tem que ser resolvido, é o conceito de “equilíbrio” que tem de ser criticado. Segundo David Held, as transformações do comércio global tem impactos sobre o desenvolvimento das economias nacionais, mas particularmente,

na capacidade do governo manter a prosperidade económica do país.²⁹ Note-se que, a palavra desigualdade surge com bastante frequência. Em todas as vertentes da globalização, e as áreas, à qual incide diretamente, como uma fase do sistema capitalista, percebe-se que aprofunda os desequilíbrios de toda a ordem, agravando os trabalhos aos agentes da cooperação, que pretendem exatamente promover um desenvolvimento sustentável, contínuo, nos países mais afetados pelas consequências deste processo.

Em seguida, importa referir como nasce uma das maiores infraestruturas da economia internacional e da própria cooperação entre países, nomeadamente, o FMI. Esta instituição nasce através do desenvolvimento da grande depressão, que numa perspetiva económica, acentua as fragilidades de um sistema capitalista. Este acontecimento mundial será importante para toda a evolução dos sistemas contemporâneos de cooperação. Na verdade, a grande depressão foi a maior recessão de todos os tempos e caracterizou-se como uma falha nas políticas económicas em vigor. Foi uma crise de superprodução que depressa culminou no *crash* da Bolsa, no entanto, são as ideologias políticas e económicas do capitalismo que importa discutir. Na fase de recuperação, designada por o *New Deal*, apareceram uma série de medidas que ajudaram os EUA a conseguir ultrapassar esta recessão económica. Nesta recuperação vai ser possível encontrar-se duas realidades distintas, mas complementares para a compreensão de como se conseguiu resolver uma crise, que consequentemente afeta os aspetos sociais, nomeadamente o bem-estar de uma comunidade. Por um lado, encontramos a visão monetarista, tipicamente americana ou capitalista e por outro lado, a visão *keynesiana*, que incide mais sobre o fator social e não tanto económico-financeiro. A principal tese da visão monetarista é a de que a Grande Depressão foi provocada pelos erros de atuação do Banco Central Norte-Americano que através do combate à especulação na Bolsa de Nova Iorque, com uma elevação da Taxa de Desconto, que acabou por transformar, o que seria uma simples recessão, numa grave depressão. Contrariamente, á posição monetarista, existe a posição *Keynesiana*, formada por John Maynard Keynes, um dos fundadores do FMI, que acreditava que para se superar uma crise, ou uma recessão, as políticas monetárias por si só não atingiriam a finalidade que pretendiam. De certa forma, isto pode ser explicado quando atualmente

²⁹ HELD, David; MCGREW, Anthony G.; GOLDBLATT, David; PERRATON, Jonathan – *Global Transformations. Politics, economics and Culture*. Cambridge: Polity Press, 2000.

um país se encontra em crise e existe uma preocupação exagerada para os problemas da inflação e não tanto, para os problemas sociais, como o desemprego e as ajudas sociais que o Estado deve dispor, e é neste ponto que a visão Keynesiana se diferencia das visões monetaristas, ou como se chamam hoje, os fundamentalistas do mercado.³⁰ Esta problemática é fundamental em qualquer crise, e certamente que na Grande Depressão, especificamente, na fase da recuperação, os ideais keynesianos prevaleceram e ajudaram bastante, não só no crescimento económico, mas também na melhoria de condições de vida para a maior parte da população. O primeiro presidente que esteve presente na recuperação foi o presidente Hoover, que acreditava que o Estado não funcionava tão bem, e dessa forma deveria apostar-se nas privatizações para aliviar as funções estatais para que estas se pudessem preocupar com o “fundamental”. Contrariamente a Hoover, Roosevelt, é um presidente que aparece na História dos Estados Unidos, no único momento em que o Estado interveio diretamente na Economia do país. Reforçando o papel intervencionista do Estado conseguiu promover programas de assistência, criação de postos de trabalho e ajuda na agricultura, onde atuam maioritariamente os missionários nos países africanos, que procuram garantir a sustentabilidade de pequenos projetos, influenciando positivamente na vida diária das populações. A forte ideia de que o mercado seria perfeito e capaz de se autossustentar, perdeu-se iniciando uma série de medidas, como os estímulos à poupança e ao investimento, o lançamento de obras públicas e a planificação indicativa. No entanto, o maior acontecimento foi no aspeto social, já que nunca os Estados Unidos tinham estado tão próximos de um socialismo, principalmente em alguns estratos socioprofissionais adquirindo os trabalhadores, maior intervenção social e política. Na verdade, a palavra estabilidade, a que se refere o FMI, pressupunha equilíbrio, que é algo que não acontece atualmente relativamente à circulação de bens e capitais. Esta infraestrutura económica foi uma necessidade num mundo globalizado e é essencial para este estudo, no sentido em que foi necessário um ajustamento das políticas internas e externas de um país, não só económicas, como também se deu grande relevância aos aspetos sociais, evidenciando a importância para todos os Estados do apoio social que vai ser a base de toda a Cooperação Internacional e posteriormente um componente crucial para todo o Desenvolvimento.

³⁰ STIGLITZ, Joseph E. – *Globalização a Grande desilusão*. (trad. Maria Filomena Duarte; pref. António Simão Lopes). Lisboa: Terramar, 2002, pg. 244

Posteriormente ao estudo do FMI aparece a análise da maior infraestrutura de cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente, a organização das Nações Unidas, que foi criada numa situação de pós-guerra, em 1945. Atualmente é composta por 193 Estados Membros, onde a sua missão e objetivos são guiados pelos propósitos e princípios contidos na sua carta de fundação. Numa visão global devido aos poderes conferidos na sua carta e o seu caráter internacional único, as Nações Unidas, podem adotar medidas sobre as questões que confrontam a humanidade no século XXI, como a paz e a segurança, as alterações climáticas, o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, o desarmamento, o terrorismo, a ajuda humanitária e emergências de saúde, a igualdade de género, a governação e também a produção de alimentos. Ainda assim, a ONU também fornece um fórum para os seus membros, para expressar seus pontos de vista na Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social, e outros órgãos e comités. De facto, ao permitir o diálogo entre seus membros, e por hospedar as negociações, a Organização tornou-se um mecanismo para que os governos possam encontrar áreas de acordo e resolver problemas em conjunto. Analisando a referida Carta que confere os poderes a ONU, podemos concluir que os objetivos da mesma consistem em manter a paz e a segurança internacional, e para esse fim, tomar medidas coletivas e eficazes para prevenir ameaças à paz e para a supressão de atos de agressão por meios pacíficos, em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, ajuste ou solucione as controvérsias internacionais ou as situações que possam conduzir ao distúrbio da paz. É importante também, desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, tomando outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal. Contudo, para conseguir a cooperação internacional, que se destaca como um dos principais objetivos desta organização e um dos mais importantes para este estudo, terá que resolver os problemas internacionais, de caráter económico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de sexo, raça, língua ou religião. Na realidade, esta organização internacional é destinada a ser um centro onde se harmoniza a ação das nações para a obtenção desses objetivos em comum. Para que estes objetivos sejam realizados, a organização e os estados membros terão que seguir de acordo com alguns princípios. Estas regras são essencialmente para impedir que as nações entrem em estado de beligerância, no sentido em que promovem medidas para encontrar sempre uma solução pacífica por meios pacíficos. Na verdade, a ONU, é

baseada no princípio da igualdade de todos os seus membros, e estes, com a finalidade de assegurar todos os benefícios e direitos da sua adesão, deverão cumprir as obrigações por eles assumidas, onde resolverão as suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de tal maneira, que a paz, a justiça e a segurança internacional não sejam ameaçadas. Todos os membros devem respeitar as suas relações internacionais, não interferindo com ameaça ou uso de força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou de qualquer outra forma incompatível com os propósitos das Nações Unidas. Está assente nas obrigações dos Estados membros que deverão dar assistência, sempre que esta for solicitada, da parte da ONU, caso recusem, esta deverá agir de modo preventivo ou até mesmo coercitivo. A organização deve assegurar que os Estados, que não são membros, ajam de acordo com estes princípios para que seja garantida a manutenção da paz e da segurança internacional. No entanto, nada na Carta refere que esta organização internacional deva interferir nos assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigar membros a submeterem estes assuntos a uma solução.³¹ Note-se que, na perspetiva da Cooperação Internacional, esta organização é a base de todas as outras que mais tarde se fundaram, com princípios, que conseqüentemente correspondem aos das Nações Unidas. Juntamente com a ONU, nasce a cooperação mundial, a preocupação dos Estados com os aspetos sociais de toda a sociedade e a responsabilidade em ajudar aqueles que mais precisam.

Finalmente, ainda nesta perspetiva generalizada, existem outras instituições de igual ou maior importância para uma avaliação da Cooperação Internacional, tal como, a União Europeia. A UE foi fundada com o objetivo de transformar a Europa, devastada da 2ª guerra mundial, numa civilização pacífica. Com efeito, os europeus queriam assegurar-se que a vaga de destruição da Europa nunca mais se repetiria, logo no período pós-guerra, a Europa foi dividida entre o Leste e Oeste e assistiu-se ao início da guerra fria, que durou 40 anos. Em seguida, as nações da Europa criaram o Conselho da Europa em 1949, tratando-se do primeiro passo para uma cooperação, que seis desses países desejavam aprofundar. Com o decorrer dos anos, esta estrutura consolidou-se, e deste modo, especificou-se tematicamente, relevando que poderia agir sobre assuntos como a agricultura, pescas e produtos alimentares, empresas, cultura e educação,

³¹ Charter of the United Nations and Statute of the international court of justice. Chapter I: purposes and principles [Consult. em: 15.03.2015] Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter1.shtml>.

assuntos aduaneiros e fiscais, economia e finanças, desenvolvimento e ajuda humanitária, emprego e assuntos sociais, alargamento e assuntos externos, ambiente e energia, instituições da EU, saúde, justiça e direito dos cidadãos, regiões e desenvolvimento local, ciência e tecnologia, e finalmente, sobre os transportes e viagens. No entanto, o que importa realmente salientar é a sua vertente responsável pelo desenvolvimento e ajuda humanitária. De facto, esta organização assume-se como o principal doador do planeta para a ajuda pública ao desenvolvimento, disponibilizando em 2012, 55,2 mil milhões de euros, dentro dos quais 13,5 mil milhões foram concedidos através da Comissão Europeia. Na realidade, um dos objetivos da UE seria ajudar os países em desenvolvimento a recuperar do seu atraso, e deste modo, simultaneamente desempenhava uma manifestação de solidariedade e uma forma de tornar o mundo mais seguro e próspero. Através da sua posição ímpar, esta organização deveria conseguir atuar em domínios onde a ação de um país isolado não consegue fazer tanta diferença. À sua extensa experiência, atribui-se como uma infraestrutura de ampla credibilidade e neutralidade relativamente aos direitos humanos, observação eleitoral, governação e resolução de crises, realizando programas com duração de vários anos que pretendem mobilizar uma ajuda duradoura e previsível, sendo que estes serão aspetos essenciais para assegurar o desenvolvimento sustentável de um país. Inicialmente a cooperação para o desenvolvimento faz parte do processo de integração europeia. Na medida em que, o tratado de Roma, em 1957, já previa a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento para prestar assistência às colónias e territórios ultramarinos. Após o processo de descolonização ter iniciado, os Estados-Membros decidiram partilhar parte dos custos do apoio às antigas colónias depois da independência das mesmas. Esta política deu origem, no ano 2000, à assinatura do ambicioso Acordo de Cotonu entre a União Europeia e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Era objetivo deste acordo, unir esforços para erradicar a pobreza e ajudar estes países a integrarem-se na economia mundial. De seguida, neste mesmo ano, a UE compromete-se a apoiar a finalidade de desenvolvimento do milénio estabelecidos pela ONU com o intuito de reduzir a pobreza extrema, até 2015. As políticas de cooperação para o desenvolvimento foram reforçadas pelo Tratado de Lisboa, que apontava claramente para o mesmo objetivo, a erradicação da pobreza, sendo que estes objetivos teriam que ser respeitados sempre que a União aplicasse políticas que pudessem afetar os países em

desenvolvimento. “Isso significa que a política de desenvolvimento é uma política por direito próprio”³²

Atente-se que, não serão estas as únicas infraestruturas responsáveis pela Cooperação Internacional, no entanto, estas seriam as que detinham mais responsabilidade na promoção de um desenvolvimento sustentável, na redução de pobreza e principalmente na melhoria das condições de vida de uma ou várias populações. Importa ainda referir o papel do Banco Central e outras entidades às quais a ONU e a UE delegam poderes para agir consoante as suas próprias políticas. De facto, é notável que as organizações ou infraestruturas responsáveis pela cooperação para o desenvolvimento, exercem uma forte influência sobre os vários aspetos, que podem ou devem considerar-se importantes para a resolução dos problemas atuais, contudo, todo o panorama mundial em que vivemos, hoje em dia, complica os modos de resolução. Os conflitos políticos, económicos, religiosos e até mesmo sociais, tornam esta luta constante, cada vez mais difícil. Na verdade, o que acontece é que os projetos, objetivos e missões das mesmas, são bloqueados por fatores internos e externos, pelas conjunturas político-económicas, que muitas vezes, beneficiam destas desigualdades, como o próprio sistema capitalista que aprofunda as mesmas. Logo, apesar de todos os esforços para resolver problemas locais e específicos de uma determinada região, na minha perspetiva, enquanto existir uma mundialização e uma globalização generalizada, estas situações dificilmente serão resolvidas. Em suma, como Andris Piebalgs³³ afirma, todos sabem que dispomos dos recursos tecnológicos, financeiros e materiais necessários para eliminar a pobreza extrema do nosso planeta até 2030, não havendo desculpa para isso não acontecer.

³² Compreender as políticas da União Europeia: Desenvolvimento e cooperação. Comissão Europeia-Direção Geral da Comunicação (dir.). Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014, pg. 3. [Consult. em 15.03.2015] Disponível em:

http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/pt/development_cooperation_pt.pdf

³³ Comissário Europeu para o Desenvolvimento

Parte II: A Missão dos Leigos para o Desenvolvimento na Atualidade

Através do estudo das organizações estruturais responsáveis pelo suporte dos mecanismos de cooperação internacional, consegue-se obter as bases para uma análise rigorosa dos desenvolvimentos que tentam promover nos determinados países. No entanto torna-se essencial uma breve referência à distinção entre a Companhia de Jesus com a organização que posteriormente vai ser estudada, nomeadamente, os Leigos para o Desenvolvimento.

Como já foi referido anteriormente, os jesuítas sempre foram vinculados com uma forte característica missionária, procurando integrar-se no meio das cidades mais povoadas, com o objetivo de atuarem para o maior número de pessoas e consequentemente para as zonas mais problemáticas. Ainda assim, formam um grupo de religiosos com características bastante rigorosas, com uma ideologia bastante vinculada e inflexível, dividida em quatro linhas transversais:

➤ A vida Espiritual

O Jesuíta é, como Inácio de Loiola, aquele que descobriu a dimensão do amor de Deus na sua vida, reconhecendo o amor de Jesus, entregando a sua vida aos outros através da Companhia de Jesus. O cuidado que este terá de alimentar a sua ligação com Deus é uma das principais características em toda a formação. Contrariamente a uma profissão, a essência de um jesuíta é a necessidade que este tem em manter a sua ligação pessoal com Jesus. Em primeiro lugar, existe um exame de consciência, a meio e ao final do dia, para perceber a presença de Deus durante o dia, seguido da oração, onde dedica este tempo ao Senhor. Ainda assim, praticam os exercícios espirituais anuais, onde se avalia e cresce neste modo inaciano.³⁴

➤ Os Estudos

Segundo Inácio de Loiola era necessário uma grande formação, não para valorização pessoal mas para poderem servir melhor os outros, através do máximo conhecimento possível. Com efeito, preparam estes religiosos em diversas áreas, como a psicologia, a sociologia, a biologia, neurociências, entre muitas outras. Existem

³⁴ Vocações [Consul. em: 05.06.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/A-VIDA-ESPIRITUAL-85.aspx>

portanto muitos jesuítas que se dedicam exclusivamente aos estudos, com a finalidade em conhecer todas as facetas do mundo, para perceberem melhor a “casa de Deus”.³⁵

➤ O Apostolado

A oração e os estudos mostravam-se insuficientes, se não existir uma aproximação das pessoas e dos problemas reais, apostando no contacto direto entre os jesuítas e as comunidades. Maioritariamente, estes apostolados dedicam-se ao acesso a localidades com a pobreza extrema, pois estes, não são só os “preferidos de Deus”, devido às suas maiores carências, como também são aquelas pessoas que demonstram a maior capacidade para as maiores qualidades do Homem, como a generosidade, a alegria simples, e a confiança genuína em Deus.³⁶

➤ A Comunidade

Para todos os efeitos, ao constituir-se “corpo para a Missão”, estes procuram atuar como companheiros, ou verdadeira comunidade de apóstolos, prometendo obediência, união e espírito de equipa, uma vez que o próprio Inácio de Loiola dispensava aqueles que na sua opinião não teriam capacidade de superar o individualismo, acreditando sempre na essencialidade da existência de um vínculo de união que apenas fortificaria as missões futuras.³⁷

Relativamente à formação destes religiosos pode-se dizer que assume a característica mais inerente à Companhia de Jesus, a extrema exigência e a maior rigorosidade possível. Deste modo, averiguam-se as várias fases distintas, que podem variar consoante as linhas de ação prioritárias das Províncias, no entanto é uma formação com a duração de vários anos, através de seis etapas diversas:

- O Noviciado
- O Juniorado
- O Magistério
- A Teologia
- A Terceira Provação

³⁵ Os Estudos. [Consult. em: 05.06.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/OS-ESTUDOS-86.aspx>

³⁶ O Apostolado. [Consult. em: 05.06.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/O-APOSTOLADO-87.aspx>

³⁷ A comunidade. [Consult. em: 05.06.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/A-COMUNIDADE-88.aspx>

➤ Os Irmãos Jesuítas

Durante estas fases existe uma aproximação do jesuíta com Deus, mantendo sempre os estudos com igual prioridade nas diversas áreas, seguindo para o trabalho em campo, partindo em missões nas quais terá de viver numa comunidade jesuíta com objetivos bem definidos. Após os anos que terá de ficar em missão, retoma ao estudo, no entanto, mais aprofundado nas áreas da teologia, Direito Canônico, Pedagogia, e outros que poderão ser considerados essenciais. Quando atinge a etapa da terceira provação, já poderá ter chegado aos doze anos de formação, contudo, ainda terá de retomar a sua formação na área das Constituições e o estudo da vida de St. Inácio de Loiola. Após a terceira provação ter sido concluída, regressa novamente ao ativo aguardando que lhe sejam concedidos os “últimos votos”, que são essencialmente o resultado da sua incorporação na Companhia de Jesus e incluem o quarto voto de “disponibilidade especial” ao papa.³⁸

É evidente que a comparação de uma instituição religiosa com uma organização não-governamental para o Desenvolvimento é no mínimo inalcançável, porque são instituições com características completamente distintas. No entanto, é curioso analisar o que as aproxima e o porquê de as aproximar, numa fase em que a Cooperação Internacional é cada vez mais mencionada e debatida. Questionar a importância do aspeto missionário na Companhia de Jesus acompanhando a importância das missões que os Leigos para o Desenvolvimento promovem é essencial. A própria definição de conceitos, quando nos referenciamos a “Missão” poderá evidenciar algumas distinções, mas certamente que encontraremos denominadores comuns. A própria palavra jesuíta pressupõe alguém que pertença à Companhia de Jesus, fundada por St. Inácio, deste modo não se faz referência aos Leigos para o Desenvolvimento como jesuítas, mas indica-se como inacianos, devido aos ideais claramente inacianos, não tão rigorosos, mas sempre presentes na sua essência.

³⁸ As Etapas. [Consult. em: 05.06.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/Etapas-89.aspx>

1. O seu contributo para a Cooperação e Desenvolvimento

A História da associação Leigos para o Desenvolvimento começou formalmente em Lisboa, especificamente, a 11 de Abril de 1986. Contudo, os ideais desta organização nasceram muito antes, através do Padre António Vaz Pinto, em 1984 quando parte para Lisboa e funda, a atual sede da organização, o Centro Universitário Padre António Vieira (CUPAV). Juntamente com um conjunto de pessoas que partilhavam as mesmas perspetivas, e após várias reuniões nascem os ideais que futuramente esta associação vincará. Os pilares que a fundamentavam baseavam-se na perspetiva cristã e comunitária, e inicia-se a seleção de locais para a Missão. Durante 28 anos de História, os Leigos para o desenvolvimento partilharam de sofrimento, fracasso, mas essencialmente, da tentativa e da alegria de partilhar, com a coragem de recomeçar muitas obras e muitas vidas potenciadas pela sua ação. Esta ONGD é uma associação sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica e canónica, através do governo português, e conseqüentemente do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Em 1995, o Ministério dos Negócios Estrangeiros reconheceu-lhe o estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública. Na sua historiografia, esta organização não-governamental, teve a sua primeira missão em S. Tomé e Príncipe, seguindo para o Malawi, entre 1991 e 1994, a convite do *Jesuit Refugee Service* (JRS), estando nos campos refugiados moçambicanos reforçando desse modo as populações deslocadas pela guerra. No ano de 1992 dois missionários leigos para o desenvolvimento viajaram para uma primeira missão em Angola, especificamente no Uíge, no entanto, acabou por encerrar, passado um ano, devido à guerra civil. Deste modo, só depois de quatro anos é que regressaram a Angola, desta vez, numa missão em Benguela, tendo apenas em 2003 retomado a missão no Uíge. Uma vez terminada a guerra civil em Moçambique os Leigos para o Desenvolvimento instalaram-se nas províncias de Tete e do Niassa, colaborando na reabilitação das missões de Lifidzi, onde permanecem durante seis anos.³⁹

Esta organização é uma associação católica e uma obra de inspiração inaciana, que partilha com os jesuítas princípios e uma missão comum. Atualmente, esta ONGD entra em projetos de desenvolvimento em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, atuando preferencialmente nas áreas da formação e educação formal, e ainda na

³⁹ Leigos para o Desenvolvimento – *História*. [Consult. em: 20.06.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/sobre-nos/historia.html>.

dinamização e organização comunitária, empreendedorismo e empregabilidade, capacitação de agentes locais, promoção do voluntariado e pastoral. No entanto, esta atuação, só é possível, através de jovens voluntários que permanecem no terreno no período mínimo de um ano, privilegiando a relação, o conhecimento local e a simplicidade de meios, promovendo assim, a possibilidade do autodesenvolvimento das comunidades. Para além do tempo de missão e dos projetos e serviços desenvolvidos, esta associação representa para os seus voluntários e beneficiários, uma escola de vivência intercultural, de respeito e valorização das diferentes culturas e da participação ética.

Relativamente à visão da missão que estes procuram obter, os leigos para o desenvolvimento assumem como missão, promover o desenvolvimento integral e integrado, de pessoas e comunidades, de países em desenvolvimento, com a finalidade da sua capacitação e autonomização, através do testemunho e intervenção dos voluntários missionários qualificados. Esta qualificação tem como base os valores da própria organização. Estes valores são essencialmente a sua identidade cristã, pois assumem-se como uma organização católica que fundamenta a sua intervenção nos valores cristãos e fomenta a dignidade humana. Os seus agentes de desenvolvimento são enviados como leigos missionários, à luz de um discernimento e um acompanhamento assente na espiritualidade inaciana. Através do seu espírito de serviço e desenvolvimento, adotam, como sua missão, um combate à desigualdade, à pobreza e à exclusão social, identificando-se à especificidade do clero regular jesuíta. Colocam-se ao serviço do desenvolvimento que procura a autonomização, capacitação e *empowerment* das pessoas, grupos e organizações locais, por acreditar realmente nas suas capacidades, talentos e criatividade. Dentro do seu espírito de gratuidade e simplicidade os Leigos para o Desenvolvimento tornam-se mais próximos das pessoas e comunidades onde intervêm. Os recursos são disponibilizados num espírito de simplicidade e pobreza cristã, tendo em vista, o contexto socioeconómico em que vão viver. Deste modo, os principais agentes de desenvolvimento são voluntários que se dedicam a tempo inteiro. De facto, as características essenciais para o estilo de vida próprio dos Leigos para o Desenvolvimento assentam na partilha e na vida comunitária, promovendo um modelo de desenvolvimento em que a solidariedade se fundamenta no princípio da coresponsabilização e coesão social, com a capacidade de construir a comunidade, valorizando a diferença entre indivíduos, culturas e religiões. Estes valores

não valeriam de nada sem os seus fundamentais princípios, que seguem a natureza estratégica e metodológica que caracterizam a sua intervenção, ao abrigo do conceito de desenvolvimento local e participativo. A abordagem de base territorial é substancial para a sua intervenção, contudo, devem ter em conta a especificidade do território e da comunidade numa aproximação, valorizando aspetos como identidade comum, solidariedade na ação e coesão social. Através da sua perspetiva integrada, assumem a pessoa, os grupos e os territórios na sua complexidade, procurando relativizar a visão setorial e valorizar a abordagem holística. Privilegiam uma atuação de forma conjunta, partilhada em rede, tendo, como base, estratégias colaborativas e de cooperação. Na sua participação procuram capacitar e promover autonomias, comprometendo-se a fomentar esta participação como um exercício de cidadania e um processo de ativação e interação de capacidades e oportunidades. Ainda assim, pretendem estimular a criatividade e a inovação, quebrando ciclos de dependência, de baixa autoestima e de impacto ambiental. Implementam projetos e respostas sociais e educativas, onde pretendem desde o início definir uma estratégia de viabilidade financeira, técnica, ambiental, procedimental e de coordenação. Apesar de procurarem mudanças sociais, esta intervenção deve ser equacionada através do tempo necessário à capacitação dos atores locais, tentando ser independente dos ciclos irregulares de financiamento, e do ritmo de rotação dos agentes do desenvolvimento. Porém, para atingir os resultados, impactos e qualidade de intervenção pretendidos, importa considerar a monitorização das avaliações e autoavaliações, internas e externas. A sua forma de abordagem, combina a ação e reflexão crítica, podendo retirar aprendizagens a partir dos processos, dos sucessos e dos erros e sistematizando experiências com o intuito de produzir e disseminar o conhecimento.⁴⁰ Contudo, nenhuma das missões efetuadas por estes missionários seria possível sem a participação de parceiros de implementação, sem os principais doadores e financiadores (consultar anexos), e sem as redes a que estes estão associados.

Relativamente às parcerias para o desenvolvimento, esta organização, dispõe de várias ajudas nos locais onde realiza as suas missões, tais como Associações de Moradores, Centros de Emprego, Câmaras, Dioceses, Direções Distritais, Escolas de Formação, Escolas Primárias, Institutos Médicos, Fundações, Paróquias, Seminários e

⁴⁰ Leigos para o Desenvolvimento – Missão. [Consult. em: 22.06.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/sobre-nos/missao.html>

Universidades. Na verdade sem a ajuda destas associações o sucesso das suas missões estaria fortemente comprometido devido às pressões financeiras e económicas que muitas vezes dificultam o desenvolvimento das missões por conta própria. No que diz respeito aos principais financiadores, destaca-se a empresa da Coca-Cola, o Camões Instituto da Cooperação e da Língua, a Embaixada Australiana em Portugal, as Páginas Amarelas em Moçambique e a Fundação Calouste Gulbenkian. Sem estas entidades, o poderio desta organização era muito diminuto e a sua área de intervenção bastante reduzida dada a extrema necessidade dos seus financiadores.

Como principais doares, encontra-se várias empresas, dos quais, esta organização, pode reter alguns proveitos, como a Atrium, a TAP a ABSA, a Lopesi, a Contraponto, Lusitania, ACP, a Epson e a Lisbon Project. São entidades com funções muito distintas, mas muito úteis, tal como agências de viagens, que podem fornecer apoios nas viagens aos voluntários que partem em missão, empresas de comunicação e imprensa, apoios na conceção gráfica de matérias de comunicação, apoios de licenças internas de condução, apoio de seguros dos voluntários, pequenos aspetos que podem e fazem a diferença para uma organização sem fins lucrativos, onde definitivamente, toda a ajuda é considerada bem-vinda.⁴¹

Respetivamente às redes onde se encontra inserida esta organização não-governamental, existe a Plataforma Portuguesa das ONGD, A Rede Xavier e a plataforma Voluntariado Missionário. A plataforma Portuguesa das Organizações não-governamentais representa um grupo de 67 organizações registadas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, emergindo, como resultado da combinação das idiossincrasias das suas associadas e da necessidade das mesmas de se posicionarem enquanto interlocutores privilegiados, tanto do governo português, como de Instituições de carácter supragovernamental, no que refere à construção de políticas de cooperação e de desenvolvimento. Esta plataforma pretende contribuir para a qualificação da intervenção da sociedade civil nos domínios da cooperação para o desenvolvimento, da ajuda humanitária e de emergência, da educação para o desenvolvimento, e formação, potenciando, assim, as capacidades da organização enquanto uma associação empenhada na afirmação da solidariedade entre os povos e contribuindo para a criação

⁴¹ Leigos para o Desenvolvimento – *Parceiros para o Desenvolvimento*. [Consult. em: 22.06.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/parceiros-para-o-desenvolvimento/parceiros-deimplementacao.html>

de um mundo mais justo e equitativo. A Rede Xavier é formada por organizações vinculadas à Companhia de Jesus, que trabalham em prol da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. São entidades detentoras de uma mesma identidade e modo de entender a solidariedade e a promoção da justiça no mundo, sendo atualmente constituída por imensas organizações, tais como, em Espanha, a Alboan e a Entreculturas, na Alemanha, a Jesuitenmission, em Itália, a Magis e em Portugal pela Fundação Gonçalo da Silveira e os Leigos para o Desenvolvimento. Por último a Plataforma Voluntariado Missionário, é uma rede coordenada pela Fundação Fé e Cooperação, tendo em comum a identidade Católica e Cristã, a ligação às Igrejas Lusófonas, a formação de voluntários para os projetos, e o acolhimento dos mesmos, após o seu regresso. Note-se que todas estas redes também funcionam como uma base de dados, que conectam as organizações entre si, podendo partilhar informações necessárias, podendo igualmente servir como um modo de ganhar um pouco de visibilidade, que muitas vezes é um fator preocupante para estas organizações, uma vez que o número de voluntários, as doações e algumas angariações de fundos, determinam frequentemente o sucesso de muitas missões.⁴²

De facto, toda esta organização está sujeita a alguns requisitos que terá obrigatoriamente que cumprir, existindo uma hierarquia que terá de respeitar. De uma forma muito geral, sendo esta, uma associação portuguesa, no âmbito da União Europeia, tem que cumprir com as regras da mesma. Sendo que o objetivo das políticas da EU, relativamente à cooperação e desenvolvimento, são principalmente a redução e a prazo, a erradicação da pobreza, executando políticas suscetíveis de afetar os países em desenvolvimento, tendo em conta os objetivos da cooperação para o desenvolvimento. O Parlamento Europeu e o Conselho podem adotar as medidas necessárias à execução da política de cooperação para o desenvolvimento, especificamente relacionados com programas plurianuais de cooperação referentes a países em desenvolvimento ou programas com uma abordagem temática. Segundo o parâmetro 3 do art. 209º, o Banco Europeu do investimento contribuirá nas condições previstas nos respetivos Estatutos. Para incentivar a complementaridade e a eficácia das suas ações, a UE e os Estados-Membros coordenarão as respetivas políticas em matéria de cooperação para o desenvolvimento e consertar-se-ão sobre os seus programas de ajuda, inclusivamente

⁴² Leigos para o Desenvolvimento – *Redes*. [Consult. em: 22.06.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/redes/rede-xavier.html>

nas organizações internacionais e no decorrer de conferências internacionais. Relativamente à cooperação económica, financeira e técnica com os países terceiros, a União Europeia desenvolve ações de cooperação, inclusive de assistência, em especial no domínio financeiro, com países terceiros que não sejam países em desenvolvimento, no âmbito das respetivas competências, cooperarão com os ditos países e as organizações internacionais pertinentes. Na ajuda humanitária, as ações têm por objetivo, pontualmente, prestar assistência, socorro e proteção às populações dos países terceiros, vítimas de catástrofes naturais ou de origem humana, de modo a fazer face às necessidades humanitárias resultantes dessas diferentes situações. Estas ações são desenvolvidas em conformidade com os princípios do direito internacional e com os princípios de imparcialidade, neutralidade, e não discriminatória. Esta ajuda pode decorrer através de acordos entre a UE, os países terceiros e as organizações internacionais, a fim de enquadrar os contributos comuns dos jovens europeus para as ações de ajuda humanitária, criando assim um Corpo Europeu de Voluntários. A Comissão Europeia pode tomar todas as iniciativas necessárias para promover a coordenação, com o intuito de reforçar a eficácia e a complementaridade dos mecanismos nacionais e europeus. Existe ainda um pedido de coordenação e coerência com as organizações internacionais, especialmente aqueles que fazem parte do sistema das Nações Unidas. Em relação às medidas restritas que estes impõem sobre a referida associação, importa indicar que a União Europeia determina a interrupção ou a redução, total ou parcial, das relações económicas e financeiras com um ou mais países terceiros, adotando as medidas necessárias. Em concordância com os acordos internacionais, a UE pode realizar a celebração de acordos com um ou mais países, ou organizações internacionais, criando uma associação caracterizada por direitos e obrigações recíprocos, ações comuns e procedimentos especiais, tendo estes que ser autorizados pelo Conselho, que novamente poderá autorizar a abertura das negociações, definindo as diretrizes de negociação, e a celebração do acordo. Esta celebração terá que passar por um processo rígido burocrático, onde o Conselho, quer por recomendação do Banco Central Europeu, quer por recomendação da Comissão, terá como finalidade alcançar um consenso compatível com o objetivo de estabilidade dos preços, podendo celebrar acordos formais relativos a taxas de câmbio do euro em relação às moedas de Estados terceiros. Na falta de um sistema de câmbio, pode formular orientações gerais para uma

política de taxas de câmbio em relação a essas moedas. Contudo, estas orientações gerais não podem comprometer a manutenção da estabilidade dos preços.⁴³

Através do estudo dos Estatutos da organização não-governamental Leigos para o Desenvolvimento, é possível conferir alguns dados cruciais para a conexão de uma associação católica com uma organização de cooperação. É uma associação de fiéis, privada, com personalidade jurídica canónica e civil, extensível a outras dioceses, com prévio conhecimento do respetivo bispo diocesano, sendo regida pelos valores e princípios, anteriormente referidos, bem como pelos seus Estatutos, pelas normas canónicas vigentes e pela legislação portuguesa. São considerados direitos dos associados, participar nas reuniões da Assembleia Geral, eleger e ser eleito para os órgãos sociais, podendo requerer a convocação da Assembleia Geral, examinar livros, relatórios e contas, desde que efetuem o pagamento das cotas devidamente estipuladas.

Por outro lado, terão o dever de contribuir para a realização dos fins da organização, pagar pontualmente as suas cotas, comparecer e participar nas reuniões da Assembleia Geral, observar os valores e princípios que constituem a identidade da associação, os seus estatutos, regulamentos e códigos de conduta, e as deliberações dos órgãos sociais, podendo haver casos de isenção de cotas, ou de suspensão e perda da qualidade de associado. Ao nível de órgãos sociais existe a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal. É competência da Assembleia aprovar as linhas fundamentais de atuação, da mesma forma que elege e destitui os membros da mesa da Assembleia, Direção e Conselho fiscal, podendo mesmo deliberar sobre a demissão dos membros respetivos. É também da competência deste órgão apreciar e votar anualmente sobre o relatório de atividades e contas de gerência, o programa de ação e orçamento em questão, avaliando o funcionamento geral da organização respeitando sempre os seus valores e princípios, podendo deliberar sobre a alteração dos mesmos. Porém, todas as decisões referentes aos estatutos, extinção, fusão ou cisão da associação estão sujeitos à aprovação do patriarca de Lisboa. Relativamente à sua constituição, é essencial referir que obrigatoriamente esta será composta por um Presidente, Secretário, Tesoureiro e um vogal, ainda assim será detentora de um Diretor Executivo e o Responsável Nacional da Formação, e por fim, um assistente espiritual, nomeado pelo patriarca de Lisboa sob a

⁴³ Do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia. In Jornal Oficial da União Europeia. [Consult. em 05.07.2015] Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.C_.2012.326.01.0001.01.POR#C_2012326PT.01004701 .

proposta do Provincial da Companhia de Jesus, que será também o Assistente Espiritual dos Leigos para o Desenvolvimento. Note-se que, todos os membros da Direção serão sujeitos à homologação do Patriarca de Lisboa. Em termos de competências necessárias à Direção, é determinante que consiga zelar pelo cumprimento da lei, identidade, estatutos, regulamentos, códigos de conduta e deliberações dos órgãos sociais, administrando os bens da associação, elaborando anualmente relatórios de contas e atividades, orçamentos e programas de ação, para os anos seguintes. É importante definir os princípios de funcionamento e gestão de recursos humanos, representando a organização em atos externos. É da sua competência também, decidir sobre a abertura ou encerramento das missões e sobre o envio dos voluntários, assegurando sempre a formação e seleção de novos voluntários, ao mesmo tempo que apoia e acompanha os voluntários missionários em missão. Delibera sobre a admissão e suspensão dos associados, propondo à Assembleia o valor anual da quota a pagar, e quando deve proceder à isenção da mesma. Será este o responsável por promover e reconhecer a criação de núcleos regionais sempre que necessário, com o apoio do assistente espiritual local, ou aprovado pelo Provincial da Companhia de Jesus, sobre proposta do Assistente Espiritual. Paralelamente, o Conselho Fiscal está encarregado de elaborar anualmente o seu relatório da sua atividade fiscalizadora, dando o seu parecer sobre todos os assuntos que os restantes órgãos entendam submeter a sua apreciação. No entanto, todas as alterações que devam ser efetuadas, no que diz respeito à identidade e aos estatutos dos Leigos para o Desenvolvimento terão sempre que ser submetidas à aprovação do patriarca de Lisboa.

Atente-se que, através dos Estatutos da referida organização, é possível determinar as duas variantes que lhe são atribuídas, tais como, a vertente que determina que esta é independente do governo, mas que, de uma certa forma, terá que respeitar certos parâmetros na lei portuguesa, que confere ao governo um determinado poder sobre a mesma. Por outro lado, é sempre necessária a aprovação da entidade responsável pelos poderes eclesiais em Portugal, que aprova ou rejeita os fundamentos da mesma. Apesar de se caracterizar como uma entidade privada, de leigos que procuram incentivar a cooperação para o desenvolvimento, esta terá que respeitar certos valores católicos, especificamente, jesuítas que demonstram nos seus ideais. Assim, assistimos na sua formação a duas realidades distintas, mas complementares, que evidenciam

aspectos socialmente leigos, mas também religiosamente católicos, da Companhia de Jesus.

2. A sua ação em espaços lusófonos

2.1 S. Tomé e Príncipe

Historicamente é importante referir como e onde se iniciou o desenvolvimento da ação dos Leigos para o Desenvolvimento em S. Tomé e Príncipe, percebendo toda a dinâmica desenvolvida por estes, na medida em que procuram solucionar os graves problemas humanitários que vão encontrando.

Em 1988, na Roça da Vista Alegre, situa-se a residência da comunidade. Com efeito, tal como a própria ação jesuíta incide sobre a proximidade da população, a ONGD igualmente acredita na essencialidade de se manter próximo das comunidades, para o êxito das missões. Deste modo, consideram, que só assim é possível conhecer e compreender, estabelecer laços de respeito e apreço mútuo, partilhar e construir relações positivas de trabalho e amizade, como refere o ditado popular de S. Tomé e Príncipe “só quem vive com alguém, lhe dá valor”. De acordo, com o estudo prévio das necessidades locais e a formação dos seus voluntários, vão se definindo as principais áreas de atuação, como a educação, a ação social e a saúde. Após um ano, a urgência de recursos humanos para as atividades de educação e de formação, e a implementação do Instituto Diocesano de Formação João Paulo II (IDF), acarretam à constituição de uma comunidade no bairro da Madre Deus, e de igual forma, os pedidos de colaboração com a população de Água Izé, conduzem à disponibilização de uma residência para os Leigos para o Desenvolvimento. Deste modo, os voluntários constituem o elo de ligação entre as populações locais e as diversas entidades que os apoiam. Com o encerramento da comunidade sediada na Vista Alegre, passam a existir duas novas comunidades, a da Madre Deus e a de Água Izé. Atualmente, após a conclusão da missão em Água Izé, a ONGD continua com duas missões, nomeadamente, a Missão de Porto Alegre e a Missão Cidade de São Tomé, no Bairro da Boa Morte.⁴⁴ Na verdade, a Missão de Vista Alegre é atualmente um dos projetos concluídos da referida organização, onde nasceu a primeira comunidade de voluntários, enquadrados na missão médica portuguesa do Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Inicialmente pouco estava definido, no entanto, uma das prioridades, consistia na tomada de conhecimento, por parte das

⁴⁴ Leigos para o Desenvolvimento – S. Tomé e Príncipe [Consult. em: 05.07.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/missoes/sao-tome-e-principe/historia.html>

comunidades da sua presença, e desta forma, era fundamental a interação com as crianças, jovens e idosos, que mais tarde se tornaria um aspeto essencial dentro desta organização. Comparativamente, a Missão de Água Izé, é mais um dos projetos concluídos dos Leigos para o Desenvolvimento, onde se dedicaram verdadeiramente ao trabalho de desenvolvimento comunitário e onde o ponto de partida foi a capacitação dos agricultores residentes através do desenvolvimento de associações e cooperativas agrícolas. Apoiaram a constituição de associações de agricultores promovendo projetos importantes, como lojas comunitárias, secadores de cacau, creches infantis, canalização de água e construção de latrinas. Permitiram o acesso à educação e aos cuidados de saúde, cursos de alfabetização funcional complementados com a aprendizagem de um ofício, como costura, carpintaria, artesanato, tapetes em fibra de coco, e ainda a escolarização e o aumento de competências profissionais. Na área da saúde, facilitaram a prestação de cuidados primários de saúde nas “dependências” mais afastadas, disponibilizando inclusivamente fármacos e terapêuticas para as situações menos graves, no entanto, o sucesso depende da formação de agentes de saúde comunitária e da assistência na criação e equipamento de Postos de Saúde. Após seis anos de ação diária, estes voluntários, conseguiram aumentar o grau de organização das comunidades agrícolas que vieram a transformar-se numa mais-valia, no momento em que o Ministério da Agricultura e as Nações Unidas optaram por implementar um projeto piloto de luta contra a pobreza. Em 1995, estabeleceram um protocolo com o referido projeto e passaram a fazer parte integrante de uma equipa multidisciplinar de técnicos e voluntários estrangeiros e são-tomenses, dando continuidade à sua intervenção, agora de uma forma mais integrada, como na construção de vias de acesso, na canalização da água, na recuperação e construção de habitações, no desenvolvimento agrícola e no micro crédito. Porém, era notório que este programa teria vindo a beneficiar mais o sexo masculino e como forma de contrariar esse efeito foi promovido pela ONGD uma formação em desenvolvimento pessoal de 15 mulheres que veio a traduzir-se na constituição, por elas próprias, de associações de mulheres e na formação e organização de pequenas atividades económicas locais. Ainda nesta comunidade, mais especificamente, em 1993, nasce uma cozinha social dirigida aos idosos mais carenciados da sede da roça, cujo funcionamento, se encontra ativo até à atualidade. Através do apoio de várias entidades e agentes locais, foi possível construir-se um edifício no qual permitiu confeccionar e prestar o serviço diário de refeições a uma média de 30 idosos. Um dos serviços extras, conferindo à cozinha social é ajuda nos cuidados

de saúde, proporcionando atividades de ocupação dos tempos livres, apoiando a recuperação das habitações dos respetivos idosos. Após o convite de uma das irmãs pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras, os Leigos para o Desenvolvimento foram apoiar o Centro de Apoio Escolar e Bibliotecas da Paróquia de Neves, fornecendo apoios, apenas relacionados com a planificação mensal e da formação de animadores, reforçando a sua presença também na escola pública, o que originou um projeto integrado e abrangente com cerca de 60 trabalhadores. Relativamente à representação desta associação, como uma unidade integrante da religião católica, é possível verificar-se, através da ação pastoral expressa na animação de Eucaristias, na catequese, no acompanhamento de grupos de jovens e finalmente na organização de retiros.⁴⁵

Através dos relatórios de atividades disponíveis por esta organização analisam-se os vários projetos, que atualmente se encontram em vigor, e ainda, a forma específica como atuam nos diferentes locais. Atualmente, os seus projetos em S. Tomé e Príncipe, são, a missão da cidade de S. Tomé, a sua intervenção no bairro da Boa Morte e a missão de Porto Alegre. No entanto, importa referir que as comunidades que se sucederam no bairro da Madre Deus, desde Outubro de 1989 até à atualidade, têm-se dedicado a projetos de educação formal, como é o caso do IDF, e a projetos de educação informal, como os Centros de Apoio Escolar e Biblioteca (CAEB) e os campos de férias. O IDF nasce graças ao apoio desta associação, vocacionado para o ensino noturno a trabalhadores estudantes, porém, a qualidade do ensino ministrado conduziu a que, progressivamente, ele fosse cada vez mais procurado pelos alunos do ensino oficial diurno, de tal modo, que a partir de 1991, estes já eram a maioria dos inscritos. Como não existia um enquadramento jurídico que permitisse integrar o IDF no sistema de ensino são-tomense foi criada em 1993 uma escola que segue o sistema educativo português, do 5º ao 12º anos, em regime diurno, administrada e dirigida pelos Leigos para o Desenvolvimento, sob orientação do bispo de S. Tomé. Para além da administração e direção pedagógica, estes missionários colaboraram no ensino, lecionando algumas das disciplinas onde havia falta de professores são-tomenses. Através do apoio do Ministério de Educação de Portugal foi possível a construção e equipamento de uma biblioteca com mais de cinco mil livros e de laboratórios de

⁴⁵ Leigos para o Desenvolvimento – *S. Tomé e Príncipe*. [Consult. em: 08.07.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/missoes/sao-tome-e-principe/historia.html>

química, biologia, matemática e informática, permitindo responder às necessidades de um número crescente de alunos, bem como expandir os níveis de ensino e as atividades extracurriculares. Desde 1991 até 2009 os Leigos para o Desenvolvimento e o IDF organizaram o Fórum do Desenvolvimento, pretendendo suscitar e dinamizar um debate generalizado entre os quadros são-tomenses. Paralelamente iniciaram ainda um projeto de grande abrangência com a criação de Centros de Apoio Escolar e Bibliotecas (CAEB), distribuídos por toda a ilha, de Norte a Sul, do litoral ao interior. Estes, eram destinados às crianças das comunidades onde estavam inseridos, procurando contribuir para o seu desenvolvimento socioeducativo. Os CAEB funcionam com jovens animadores locais, que, em conjunto com os referidos voluntários, planificavam, dinamizavam, avaliavam e organizavam recursos. Promoveram ainda campos de férias os quais, nestes períodos, levavam, a diversas zonas do país atividades lúdicas e pedagógicas destinadas às crianças. Atualmente, os projetos destes missionários em S. Tomé e Príncipe desenvolvem-se no bairro da Boa Morte, incidindo na coesão social, associado aos grupos comunitários, na escola primária da Mesquita, na formação pessoal e profissional das comunidades e ainda, na sua atividade pastoral para a população. Em Porto Alegre, incidem sobre o grupo comunitário, no seu reforço associativo, na formação profissional, na creche de Porto Alegre, na escola primária, no ecoturismo e educação ambiental e ainda na sua ação pastoral.

Na verdade, esta organização não-governamental, dispõe de vários relatórios que indicam os seus objetivos e as suas áreas de maior influência, e ainda especificam anualmente os seus apoios às causas que pretendem ajudar segundo as suas possibilidades. Deste modo, importa referir que no ano de 2010 foi um ano de grandes desafios para a ONGD. De um ponto de vista organizacional, ocorreu uma total renovação dos responsáveis pela governação, sendo naturalmente um período de transição, na vida da associação, bem como de tomada de decisões estratégicas fundamentais para o futuro da mesma. Uma das principais conquistas deste ano foi a elaboração do plano estratégico 2011-2015 que proporcionou uma reflexão antecipada sobre a história, identidade e o impacto dos Leigos para o Desenvolvimento, capitalizados na definição dos pilares de crescimento e de transformação da Organização. Este processo foi desenvolvido como uma importante ferramenta de dinamização da vida associativa, já que permitiu a participação ativa de voluntários, anciões e associados. Encontram-se presente neste plano, as linhas orientadoras para um

projeto mais alargado, de maneira a que exista um rumo que garanta alguma estabilidade no desenvolvimento e crescimento desta associação.⁴⁶ Reforça a identidade assente na Espiritualidade Inaciana e no Voluntariado, apontando orientações estratégicas de fundo e definindo metas a curto, médio e longo prazo. As missões e a visão desta ONGD foram revistas e são agora apresentadas de forma renovada e consistente. Por outro lado, estes mesmos valores reforçados, a nível metodológico, assumem maior clareza e importância.⁴⁷

No entanto, as adversidades externas são profundas, e sendo esta uma organização que depende de ajudas e apoios dos seus financiadores, a sua situação está estreitamente ligada à conjuntura económica e financeira nacional e internacional. Logo, com a situação de crise económica vivida nestes últimos anos, naturalmente que afetou as organizações sem fins lucrativos, que passaram a encarar o exercício de gestão e de sustentabilidade financeira de uma forma bastante mais exigente. O ano anterior tinha terminado com resultados negativos, com custos acima de proveitos em cerca de 61%, o que indicava que o peso das despesas excederam o previsto, obrigando a uma revisão orçamental, a uma contenção de despesas e a um esforço extra e estratégico de angariação de fundos, Esta abordagem rigorosa permitiu à associação terminar o ano de 2010 com uma boa recuperação ao nível dos resultados financeiros, que apesar de ainda serem ligeiramente negativos, passaram a ter um diferencial de apenas 3%. Estas avaliações são fundamentais para se perceber os pontos fortes e fracos da sua intervenção, e também para sinalizar oportunidades e analisar os riscos. Em seguida, concluiu-se que existiam projetos que deveriam ser passados definitivamente aos parceiros locais, reconhecendo questões-chave sobre a viabilidade de cada missão, definindo prioridades sobre princípios metodológicos do desenvolvimento local, reduzindo o número de voluntários às necessidades específicas de cada projeto. Na sequência desta reflexão, no caso específico de S. Tomé, existiram reduções ao número de voluntários, passando a ser três voluntários em vez dos quatro que estavam presentes em 2009. Ainda nesta perspetiva, foi entregue, a responsabilidade da gestão e funcionamento da cozinha social, à Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe (SCMSTP), que passou a garantir a continuidade de resposta aos idosos de Água Izé

⁴⁶ Leigos para o Desenvolvimento - *Plano de Atividades 2010*. [Consult. em: 08.07.2015] disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2010.pdf, pgs. 3-8

⁴⁷ Leigos para o Desenvolvimento - *Plano Estratégico 2011-2015*. [Consult. em: 08.07.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/media/pdf/institucional/planoEstrategico2010-2015.pdf>

desde Setembro de 2010. No caso do IDF, como foi referido anteriormente, os Leigos para o Desenvolvimento já só atuavam nos campos de lecionação. Após várias conversas com o bispo de S. Tomé, decidiu-se concluir a participação destes no Instituto, apenas por motivos de grande desenvolvimento, uma vez que já se conseguia encontrar e recrutar diretamente, professores para todas as disciplinas e para todos os níveis. Após a conclusão da sua missão no IDF, estes voluntários não deixaram contudo de manter atividade na área da educação formal, porém reforçaram a sua aposta no Ensino Público. Ao tomar conhecimento que este país continua a apresentar preocupantes indicadores ao nível do Desenvolvimento Humano e que existe um aparente desinvestimento ao nível da ajuda ao Desenvolvimento por parte da comunidade internacional, conclui-se que faria sentido dar continuidade à presença desta ONGD, numa lógica de promoção de projetos de desenvolvimento comunitário, entendendo-se ser necessário dar início a um processo profundo de diagnóstico de necessidades para redefinição da missão a médio e a longo prazo. Assim sendo, identificam-se três potenciais territórios, tais como o distrito de Lembá, de Caué e bairros periféricos da Cidade Capital. Face aos compromissos já assumidos em Neves e à colaboração em curso no projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá (PDIL) e na Escola Secundária de Neves (ESN), assumiu-se uma focalização provisória em Neves. No seguimento das atividades em curso desde 2009, a dinamização do CAE, sendo uma das aplicações do PDIL, passou a ser realizada em parceria com a ESN, dando prioridade ao apoio escolar aos alunos da 2ª e 9ª classes. Privilegiavam uma abordagem integrada e de desenvolvimento local, decidindo apostar na capacitação da equipa técnica e do coordenador do PDIL, reforçando a sua autonomia e a sua sustentabilidade. Simultaneamente apostou-se em Santa Catarina um projeto de formação e empreendedorismo para as mulheres. Os campos de férias continuaram a ser promovidos, e a Escola Secundária de Neves continuou a ser um projeto desenvolvido com a participação dos Leigos para o Desenvolvimento, especificamente na área educacional de Língua Portuguesa e ainda, no investimento e na criação de espaços de apoio ao estudo, e na capacitação dos quadros da escola ao nível da organização de atividades extracurriculares.⁴⁸

⁴⁸ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2010*. [Consult. em: 08.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2010.pdf, pgs. 3-8

No ano de 2011, o Relatório de Atividades aponta para um ano de maior estabilidade com um maior crescimento face ao ano anterior, atendendo à situação particularmente difícil do ano de 2010. Deste modo, verificou-se a abertura de uma nova missão, especificamente, em Porto Alegre, em S. Tomé e Príncipe, e ainda o reposicionamento da missão com residência na Madre Deus, dando início a uma intervenção na zona urbana de S. Tomé, no bairro da Boa Morte. Esta opção estratégica permitiu aumentar o número de projetos e o número de voluntários no terreno, conseguindo que os Leigos para o Desenvolvimento beneficiassem o maior número de pessoas e estabelecesse novas parcerias de implementação. Relativamente à gestão financeira, foi um ano particularmente feliz, tendo em conta o contexto de crise financeira vivida em Portugal e na Europa. No entanto, os resultados foram consideravelmente positivos, tanto pela redução de custos como pelo aumento considerável de proveitos, uma vez que o rigor na execução orçamental juntamente com a mobilização permanente de apoios e o reforço de angariação de fundos foram fortes contributos para esse desempenho. Do ponto de vista de tesouraria e da gestão global das necessidades por centro de custo, o ano de 2011 foi bastante exigente o que levou a dificuldades acrescidas à execução orçamental. Apesar de todo este balanço financeiro ser essencial para a compreensão do estudo das suas áreas interventivas, é importante referir que este foi um ano em que os Leigos para o Desenvolvimento ganharam alguma notoriedade, através da celebração dos 25 anos da ONGD e do seu forte empenho nas referidas missões consolidaram um contributo importante na credibilidade e na afirmação desta organização.⁴⁹ Porém, apesar de todas as adversidades encontradas, no que diz respeito à sua intervenção direta, esta associação voltou a contar novamente com três missões em S. Tomé, passando a ter a missão de Santa Catarina com três voluntários, e com mais duas missões, especificamente, a de S. Tomé com três voluntários e a de Porto Alegre com quatro voluntários. A abertura de uma segunda missão em S. Tomé, inicialmente não prevista, resultou da impossibilidade de arranque de uma nova missão em Moçambique.

Na verdade, na sequência da reflexão de 2010, que evidenciou a necessidade de proceder ao reposicionamento estratégico desta organização em S. Tomé, desenvolveu-se neste ano um trabalho profundo de diagnóstico, focado em três territórios, Santa

⁴⁹ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2011*. [Consult. em: 09.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2011.pdf, pgs. 4-11

Catarina, Porto Alegre e Bairros da Cidade Capital. Numa primeira fase do diagnóstico, optou-se por implementar uma nova missão em Porto Alegre, tendo-se fixado aí, a residência, desde Outubro. Num segundo momento, face a uma deteção de um conjunto de oportunidades de intervenção nos Bairros, considerando uma necessidade de manter apoio logístico aos voluntários na Cidade Capital, optou-se pela manutenção de uma comunidade em São Tomé (casa da Madre Deus), passando a ter uma intervenção num contexto urbano, dando início a um trabalho no Bairro da Boa Morte.

Finalizaram assim as intervenções no Distrito de Lembá, nomeadamente, a colaboração com o PDIL, a Escola de Costura de Santa Catarina e a participação na Escola de Neves, que já haviam sido programadas para a possibilidade de um ciclo de intervenção curto. Em suma, a missão de São Tomé esteve com responsabilidades no Diagnóstico de Necessidades e de Oportunidades em S. Tomé e Príncipe, no PDIL, na Escola de Costura de Santa Catarina, na sua intervenção na ESN, e na territorialização da equipa dos Leigos para o Desenvolvimento no Bairro da Boa Morte. No seguimento do prognóstico de necessidades na Cidade Capital, decidiu-se intervir no bairro da Boa Morte, e neste sentido avançou-se para um trabalho profundo em torno de três eixos de trabalho. Inicialmente, a dinamização comunitária e a coesão social, avançando para a formação humana e profissional, finalizando com o apoio à escola primária da Mesquita.⁵⁰

Relativamente à missão de Porto Alegre surgiu a criação de condições para a fixação de uma residência dos voluntários em Vila Malanza. Deste modo, com o apoio da Diocese, foi recuperada a Casa Padre Tomé, que anteriormente já teria sido utilizada para outros missionários. Através da grande influência que estes manteriam nas comunidades, destaca-se uma relação de particular familiaridade com a comunidade local, resultado da ausência de quaisquer outros atores externos nestas comunidades e, evidentemente, duma presença permanente no território de intervenção. Importa ainda realçar a já conseguida mobilização dos diferentes parceiros e comunidades, bem como o seu interesse e participação nas atividades, destacando-se a Associação de Moradores do Porto Alegre, a Escola Básica e a Creche de Porto Alegre. Até ao final deste ano foi ainda possível iniciar a negociação de uma parceria estratégica com o grupo Pestana (grupo hoteleiro com um empreendimento turístico no Ilhéu das Rolas) e contar com a

⁵⁰ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2011*. [Consult. em: 09.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2011.pdf, pgs. 4-11

aprovação de apoios do IPAD, das Embaixadas Francesa, Australiana e ainda, com o apadrinhamento da missão pela CVX (Comunidades da Vida Cristã). Esta intervenção foi fortemente marcada pela dimensão de um programa integrado de desenvolvimento comunitário, onde os seus pontos de incidência seriam a coesão social e a dinamização das comunidades, a educação básica e pré-escolar, e por fim, a empregabilidade e o empreendedorismo.

Em seguida, no ano de 2012 ocorre o enraizamento das duas novas missões e lançamentos de projetos em São Tomé. Depois do arranque das missões de Porto Alegre e de S. Tomé em 2011 terem ganho consistência, os projetos funcionavam como uma espécie de base para toda a dinâmica local, como é o caso do Grupo Comunitário de Porto Alegre e do Grupo Comunitário da Boa Morte, além de terem avançado as intervenções nas escolas, na creche e formação profissional. Com o decorrer do tempo, estes voluntários cada vez mais, estabeleciam relações de proximidade e confiança com as populações, o que conduziu a uma capital fundamental para toda a intervenção. Com a criação deste grupo comunitário com entidades e representantes das três comunidades-alvo, Ponta Baleia, Vila Malanza e Porto Alegre (Praia e Sede), ocorre a realização de um *baseline* por via de aplicação de questionários a mais de 95% dos fogos, as obras de requalificação na Creche de Porto Alegre, a formação a professores da escola básica e auxiliares da creche, a criação de um centro de recursos educativos na escola básica, a estruturação de atividades de enriquecimento curricular e ocupação de tempos livres para as crianças, a formação profissional em transformação de produtos e a criação de dois pequenos negócios (unidades de transformação de produtos alimentares). Este ano foi também determinante na procura e consolidação de apoios e parcerias com outras entidades, tais como o Grupo Pestana e o Empreendimento da Praia Inhame. No entanto, também é crucial o papel do poder local, nesta intervenção através do envolvimento comprometido da Câmara Distrital de Caué nas atividades desenvolvidas. De um ponto de vista do ecoturismo, foi aprovada uma candidatura ao Mecanismo de Apoio á Elaboração de Projetos de Cooperação para o Desenvolvimento, o que permitiu a ida ao terreno de um colaborador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, para fazer um prognóstico nessa área. Numa perspetiva pastoral, encontra-se uma situação delicada uma vez que esta localidade se encontra sem Pároco e mantém um

número reduzido de membros da comunidade católica.⁵¹ Assim, os voluntários dedicam-se também a formação de catequistas, o grupo de jovens, à catequese de preparação para a primeira comunhão, o apoio ao responsável pela dinamização da Celebração da Palavra, apoio ao Coro e o grupo de casais. Os seus objetivos continuavam a ser os mesmos, embora, neste ano se pudesse encontrar um novo investimento para projetos de educação ambiental. Na missão de São Tomé, existe uma promoção da coesão social e da dinamização comunitária, da formação pessoal e profissional de jovens e adultos, bem como a preocupação na capacitação da Escola Primária da Mesquita e na dinamização de espaços de educação não formal. A Associação de Moradores do Bairro da Boa Morte, foi o parceiro principal na intervenção da organização e responsável por colocar um grupo comunitário em funcionamento num bairro, que por si só já tinha muita atividade, mas que funciona apenas em situações pontuais. A estruturação dos projetos demorou mais tempo do que se estava à espera, transitando para o ano seguinte com um aprofundamento do diagnóstico no Molundo, e o arranque do Programa de Apoio Escolar. Na área da formação pessoal e profissional este diagnóstico já teria que ser sujeito às realidades da comunidade em si, e a todas as iniciativas que já estavam a ser promulgadas por outras entidades, no entanto, é possível concluir-se que estas iniciativas tiveram uma resposta positiva da população relativamente às iniciativas propostas pelos voluntários. No âmbito pastoral, importa mencionar que no Bairro da Boa Morte apoiou-se a revitalização do grupo juvenil católico (VAMI), Vela Acesa para o Mundo Inteiro, que dinamiza atividades de cariz caritativo no bairro, a formação de catequistas na paróquia da Madre Deus e a lecionação da catequese, a formação de uma equipa de jovens de Nossa Senhora e o arranque da primeira Equipa de Casais.⁵²

No ano de 2013, os Leigos para o Desenvolvimento assumem-se já como o principal motor de toda a dinâmica local, além de ter continuado a sua forte intervenção na área educacional. Após o arranque das duas missões em 2011, foram lançadas importantes raízes e feitas negociações essenciais com a finalidade da construção da nova creche de Vila Malanza, de centro de recursos educativos na escola básica, ainda assim, o lançamento de uma nova rádio comunitária e a implementação de um centro

⁵¹ Leigos para o Desenvolvimento – Relatório de Atividades 2012. [Consult. em: 10.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2012_vf.pdf, pgs. 7-16

⁵² Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2012*. [Consult. em: 11.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2012_vf.pdf, pgs. 7-16

cultural comunitário. Em termos de apoios é de destacar a parceria com a consultora *The Boston Consulting Group* que permitiu um estudo sobre potenciais áreas de negócio social para aumentar a autonomia financeira, e ainda, a definição do modelo de acolhimento de voluntários, sobre tendência de diminuição do número anual de formandos, candidatos a voluntários, e finalmente, o funcionamento mais articulado da direção com os restantes órgãos. Financeiramente, durante este período, ocorreu uma enorme redução nos custos, onde foi feito um grande esforço de ajustamento, tanto a nível financeiro como a nível operacional. Foi um ano bastante exigente uma vez que ficou marcado pela mudança de órgãos sociais e pela redução do número de projetos e de voluntários no terreno, fruto da avaliação intercalar do plano Estratégico e dos resultados insuficientes ao nível de mobilização de receitas (consultar anexos).⁵³ Na verdade em 2013 cumpriu-se o objetivo de consolidar o projeto de Porto Alegre, contando com mais de 1000 beneficiários, o que corresponde a 80% da população, destacando-se a vitalidade e dinamismo do grupo comunitário local, com elevadas taxas de participação e com grande número de iniciativas desencadeadas. Do ponto de vista do ecoturismo, o processo tem sido mais lento do que era previsto, no entanto, no final do ano já tinham conseguido concluir o trabalho de diagnóstico com a Direção Geral das Florestas. A Educação Ambiental foi colocada para segundo plano, conseguindo apenas atividades pontuais e algum trabalho de sensibilização através do grupo comunitário. No entanto, existiu um grande investimento na parte da formação profissional (hotelaria, culinária, francês, TIC, empreendedorismo), com 80 pessoas a beneficiar da formação e já com alguns formadores locais capacitados. No que diz respeito à parte mais religiosa, estes voluntários realizavam a catequese em Porto Alegre e Malanza, sessões semanais de catequese, a realização da celebração da palavra, o coro e ainda o boletim pastoral. Em São Tomé, nomeadamente, no bairro da Boa Morte, durante este período, existiu alguma dificuldade em manter as pessoas motivadas para os projetos que tinham sido desencadeados em 2012, designadamente, na coesão social. Foi um ano de desestruturação, ainda assim, foi possível beneficiar mais de 800 pessoas e realizar dois eventos comunitários de índole cultural. Foi feita a capacitação em contexto, ao nível da capacitação de dirigentes e líderes locais, que funcionam como agentes de desenvolvimento. Relativamente à parte educacional deu-se continuidade ao trabalho com a escola primária e as atividades que nela se realizavam juntamente com a

⁵³ Leigos para o Desenvolvimento – Relatório de Gestão de Contas 2013. [Consult. em: 11.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Gestao_Contas_2013_vf.pdf

Associação de Moradores do Bairro da Boa Morte. Na formação profissional investiu-se na formação em Inglês e numa formação em empreendedorismo resultante de uma das parcerias. Na atividade pastoral, foram responsáveis pelas iniciativas de Apoio ao Grupo de Jovens (VAMI) – Vela Acesa para o Mundo Inteiro, na participação no grupo de Oração das Mães de Paula Frassinetti da paróquia da Madre Deus e ainda na participação no grupo de dinamização de encenações bíblicas, da paróquia da Conceição.⁵⁴

No ano de 2014, a ONGD faz uma avaliação intercalar dos projetos de Porto Alegre e do Bairro da Boa Morte com o intuito de validar ou reorientar o roteiro de desenvolvimento definido nos três anos de intervenção. Ocorre um relançamento da intervenção territorial no Bairro da Boa Morte, depois de um período de interrupção. No entanto, existiu uma promoção de uma dinâmica de maior integração comunitária dos voluntários de S. Tomé e Príncipe, independentemente de pertencerem à missão de Porto Alegre ou de S. Tomé. Relativamente à atividade financeira deste ano, apurou-se um resultado líquido negativo, onde as receitas ficaram muito aquém do que se esperava. Contrariamente a esta situação, conseguiu consolidar-se e sistematizar-se a estratégia de angariação de fundos. Na sua área interventiva de Porto Alegre, no sul da ilha de S. Tomé, dá-se continuidade ao programa de desenvolvimento comunitário “Rumo(s) ao Sul” onde se encontra numa fase chave de mobilização de apoios para o lançamento de novos equipamentos e de estruturação da intervenção ao nível do ecoturismo. Esta missão será alvo de uma avaliação intercalar e de uma colaboração externa ao nível de formação de professores, nomeadamente, a missão de S. Tome, com o relançamento do programa de desenvolvimento comunitário no Bairro da Boa Morte, especificamente, ao nível da promoção de dinâmicas de coesão comunitária, que será também sujeito a uma avaliação intercalar.⁵⁵

As metas da missão de Porto Alegre continuam a enquadrar-se no projeto de desenvolvimento comunitário, que tem como população-alvo as comunidades de Vila Malanza, Ponta Baleia e o Porto Alegre. Trata-se de um contexto rural de Roça que continua a transportar consigo os desafios (logísticos, económicos e sociais) inerentes ao isolamento a que esta região está votada. Um dos principais desafios continua a ser o

⁵⁴ Leigos para o Desenvolvimento – Relatório de Atividades 2013. [Consult em: 12.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2013_vf.pdf, pgs. 6-9

⁵⁵ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2014*. [Consut. em: 12.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2014.pdf, pgs. 6-10

ecoturismo, que após um diagnóstico de 2013, se concluiu, que deveriam de mobilizar novos apoios e essas diligências deveriam prosseguir durante o ano de 2014, de modo a assegurar apoios para implementação de ações mais consistentes na área da valorização e preservação do património material e imaterial da Roça, quer o ligado à História e culturas locais, com ao riquíssimo ambiente natural. O resultado do forte envolvimento comunitário e dos avanços conquistados até à data foi a construção do Centro de Recursos Educativos na escola básica de Porto Alegre, sendo lançada uma campanha de angariação de fundos em parceria, novamente, com o grupo Pestana. Ainda assim, é durante este ano que se pretende a implementação de uma nova creche em Vila Malanza através do apoio do Município de Caué. Finalmente, um dos grandes desafios é também o lançamento de um Centro Cultural e Comunitário, também com a participação do município, que dará os primeiros passos com a finalidade da negociação do local, à elaboração do projeto de obra e à busca de financiamentos. No entanto, para o processo de construção de uma residência da diocese como moradia para a comunidade dos Leigos para o Desenvolvimento, continua a ser um projeto pouco viável, sendo necessário negociar a cedência de um novo terreno. Como se esperava este ano foi um ano de consolidação de projetos, onde se conseguiu alcançar cerca de 1200 beneficiários, o que corresponde a 100% da população. No que diz respeito ao ecoturismo, desenhou-se um projeto dando ênfase na dimensão cultural, histórica e etnográfica, com parcerias do Centro de Estudos Internacionais (ISCTE) e *Bagabaga Studios* (cooperativa de produção, formação e investigação em Media digitais, Cooperação e Desenvolvimento). Na formação profissional, existiu uma grande aposta no turismo e na formação de guias turísticos, no francês para o turismo e no artesanato. No empreendedorismo, ocorreu a capacitação das duas unidades de produção, como a farinha de mandioca e a secagem da banana, e ainda apoiou-se a estruturação da produção de bolinhos de coco e procurou ampliar-se o projeto de mercearias com bar. Na educação, Porto Alegre, teve grandes desenvolvimentos, uma vez que foi conseguida a implementação do jardim-de-infância de Vila Malanza juntamente com a consolidação dos restantes projetos em ação. Beneficiou ainda de uma parceria com o projeto “Mais Valia” da Fundação Calouste Gulbenkian. Contudo, na área pastoral, não existiram alterações no que diz respeito ao ano anterior.⁵⁶

⁵⁶ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2014*. [Consut. em: 12.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2014.pdf, pgs. 6-10

Na missão de São Tomé, os projetos estavam focados num dos bairros periféricos da cidade. Desde 2012 tentam desenvolver um programa de desenvolvimento local através de atividades de dinamização comunitária e recreativa, formação profissional e empreendedorismo, e apoios à escola primária. Depois de alguns percalços, era desafio deste ano, dar coerência ao conjunto de iniciativas locais, e consolidar, de facto, numa abordagem integrada e apropriada pela comunidade. Já foram testados modelos de fórum comunitário, porém é uma prática ainda pouco reconhecida o que remete para a importância de perceber o melhor formato para reunir os atores locais e estimular a colaboração entre eles. Seria uma aposta deste ano, o reforço conjunto com a Associação de Moradores, através da revitalização do Centro Social e Comunitário por via da oferta formativa e recreativa, procurando incentivar-se a criação de sinergias entre grupos culturais e desportivos do bairro. Na escola primária da Mesquita, surge como prioridade, o reforço das iniciativas de complemento educativo, a elaboração de um projeto para a construção de um centro de recursos educativos, reforçando as parcerias entre a escola, a Comissão de Pais e outras entidades do bairro. Existiu uma grande reaproximação aos grupos através de um apoio à dinamização de eventos. Foi um ano em que se consolidaram todos os projetos, que tinham começado nos anos anteriores, sem grandes mudanças no que diz respeito à implementação de novas iniciativas.

Em suma, no que diz respeito a S. Tomé e Príncipe, comparando os Relatórios de Atividades com o plano Estratégico 2011-2015, que teria sido elaborado no final do ano de 2010, poderá concluir-se que muitos dos objetivos foram cumpridos. No entanto, a sua ação nem sempre foi linear, devido às estruturas financeiras adjacentes e aos contextos nacionais e internacionais que muito condicionam o trabalho desta ONGD. Importa ainda referir que, neste país, ainda se encontram grandes indicadores de pobreza que despertam pouca atenção por parte das organizações internacionais, o que justificará a presença destes elementos por muitos anos, contudo, esta ação só permanece, enquanto existir um potencial de transformação e de capacitação, através dos vários projetos de desenvolvimento comunitário. Note-se que, durante todo o período interventivo destes missionários, existiram muitos projetos concluídos, entre os quais, muitos deles, conseguiram, porque já existia um desenvolvimento “sustentável”. Dito de outro modo, de uma certa forma, estes voluntários, iniciaram os projetos de uma forma tão aliciante que conseguiram arrecadar fundos, pessoas, e estruturas suficientes

para que estes, se mantivessem sem a sua presença, não obstante da responsabilidade que estes mantiveram para o seu sucesso. Evidentemente, que esta ONGD, ao planificar a sua ação, durante um período tão alargado, muitas vezes os valores que pressupunha atingir nem sempre eram os que se idealizava, e o tempo dos projetos nem sempre eram o que se pretendia. No entanto, na perspetiva de uma organização sem fins lucrativos que procura promover um desenvolvimento contínuo numa área tão problemática pode-se dizer, que, terá feito um trabalho bastante significativo, uma vez que os apoios nem sempre são suficientes, mas os problemas encontrados serão sempre demasiados.

2.2 Angola

Comparativamente a S. Tomé e Príncipe, a História dos Leigos para o Desenvolvimento em Angola, começou bastante mais tarde, especificamente em 1992, encontrando-se nas províncias do Uíge e de Benguela. No entanto, toda a conjuntura social característica de Angola, levou a que todo o trabalho destes missionários, fosse condicionado, de tal modo que, os projetos desenvolvidos estivessem sujeitos a interrupções.

Na verdade, a primeira missão destes voluntários em Angola, foi no Uíje, em resposta a um apelo do bispo da Diocese, D. Francisco da Mata Mourisca, tendo sido forçados a abandonar no ano de 1993, devido ao agravamento da guerra civil angolana. Mais tarde, em 1996, o convite de D. Óscar Braga, bispo de Benguela, encarregou-se de trazer os Leigos para o Desenvolvimento a este município do Sul de Angola, porém, após o conflito armado ter terminado em 2003 regressaram também ao Uíje. Os projetos desenvolvidos nestas duas províncias basearam-se na proximidade com as estruturas diocesanas, que permitiram a sua integração nas cidades e nos bairros periféricos, o que, facilitou a compreensão mais consolidada e aprofundada das complexas realidades locais. Através da colaboração com estas dioceses, em estreita relação com algumas entidades e populações locais e ainda, com algumas organizações internacionais sediadas em Angola, os Leigos para o Desenvolvimento foram desenvolvendo projetos nas áreas da dinamização e organização comunitária, educação e formação, empreendedorismo e empregabilidade, capacitação de agentes locais, e finalmente, na promoção do voluntariado e na área pastoral. Relativamente à missão de Uíje e aos seus projetos em curso, é necessário referir que esta província foi gravemente afetada pela guerra e assiste apenas em 2002 ao regresso da população, deslocada para as áreas de reassentamento e para a periferia da sede municipal do Negage. Desde Outubro de 2003 que os voluntários apoiam o Seminário Maior de S. Paulo, através do envio de professores, e um ano depois já iniciaram a colaboração com o Instituto Médio Normal de Educação (IMNE), participando na semana pedagógica de formação de professores e lecionando desde Janeiro de 2005 algumas disciplinas. Estão ainda integrados na Escola de Catequistas da Diocese como professores, participando na lecionação de disciplinas como a Língua Portuguesa, bem como na formação cívica e social, nomeadamente em áreas relacionadas com os cuidados básicos de saúde, abastecimento e tratamento de água para consumo, agricultura e saneamento básico. Em seguida, existem ainda

projetos que envolvem a parceria com a Promaica, como o projeto intitulado “Mulher a Crescer”, que tem a finalidade de formar líderes comunitários capazes de assumir um papel atuante e estruturante nas suas famílias, nas suas comunidades e numa sociedade desagregada pela guerra. Após a estabilização social, a Cáritas Diocesana do Uíje redefiniu a sua intervenção social, privilegiando ações de desenvolvimento, tais como, a sua estreita relação com as organizações internacionais que garantem a viabilidade de grande parte dos projetos. Um dos graves problemas sociais que encontram, são derivados às crenças na feitiçaria, no caso específico das crianças que são acusadas, que por essa razão são expulsas das comunidades, obrigando á construção de uma casa apadrinhada pela Cáritas Portuguesa e pela UNHCR, na qual, os Leigos para o Desenvolvimento promovem atividades de ocupação de tempos livres, explicações, e procuram fomentar a integração destas crianças com a população. Em suma, após o clima bélico, graves epidemias (Marburg, cólera, HIV/SIDA) e a instabilidade económica e social adjacente, foram formadas as condições precárias, através das quais, a ação destes voluntários teria obrigatoriamente de ser apoiado por diversos parceiros. Desenvolveram-se projetos com a Direção Providencial de Saúde, a UNICEF, onde os principais focos foram as áreas da Saúde, da Educação e da promoção do desenvolvimento humano, social e religioso. No caso específico de Benguela, é importante referir que nas últimas décadas existiu uma grande atração populacional devido à sua situação geográfica como uma cidade litoral, onde os milhares de refugiados de guerra procuravam melhores condições de vida. Resultante deste fenómeno de deslocação interna, foram os graves problemas sociais que surgiram após 27 anos de guerra, tais como, a devastação de infra estruturas básicas de saneamento e energia, o crescimento de bairros limítrofes aos centros urbanos, a saturação das estruturas de ensino e de saúde, incapazes de satisfazer as necessidades de grande pressão populacional. Na área educacional, os estabelecimentos de ensino foram reduzidos a estruturas físicas degradadas e insuficientes para acolher todos os alunos, o que conduziu a uma grande desmotivação por parte dos professores o que levou ao apoio desta ONGD no Seminário Propedêutico na lecionação de algumas disciplinas. Implantaram sete centros de apoio escolar e bibliotecas (CAEB), procurando colmatar as dificuldades e responder aos anseios da população local. Atualmente seis desses centros foram entregues a parcerias locais. No ano de 2003, com a colaboração dos Leigos para o Desenvolvimento, com a paróquia da Sé, criou-se um centro polivalente com as variantes de biblioteca, infoteca, ludoteca e um Centro de Línguas e Cultura

Africanas. Em 2005 o CAEB de Benguela deu origem ao Centro João Paulo II. Na área da saúde destaca-se o papel da Igreja Católica, uma vez que dispõe de uma larga distribuição de unidades de saúde, situadas em zonas periurbanas, onde se mantiveram ativas no período de guerra. No entanto, os Leigos para o Desenvolvimento procuram apoiar a rede sanitária, investindo na formação de técnicos de saúde e auxiliares, com a finalidade de aumentar as capacidades técnicas e promover as mudanças de hábitos e comportamentos no atendimento e cuidado aos doentes, sendo que esta formação foi reconhecida pelo Ministério da Saúde Angolana. Apoiam ainda o Hospital Central de Benguela e vão assistindo esporadicamente, o Hospital do Cubal. Na sua intervenção direta desenvolvem atividades que promovem o desenvolvimento humano, higiene e saúde, costura, e ainda, projetos de microcrédito e alfabetização. Finalmente, este trabalho da ONGD incide sistematicamente nas áreas da educação, da prática religiosa e da saúde, sempre com o objetivo de fomentar e sustentar o desenvolvimento social das comunidades locais, procurando elaborar projetos com grandes amplitudes que implementem soluções aos mais variados problemas encontrados. Note-se que, esta organização na área interventiva angolana não obteve missões concluídas, comparativamente aos outros locais, como é o caso de S. Tomé. Este fator, possivelmente, poderá ser explicado pela conjuntura histórica, social, económica e política característica deste país. De facto, Angola esteve sempre associada a um dos países com índices mais baixos de desenvolvimento humano⁵⁷, comparado a S. Tomé, que em 2013 estava considerado como um dos países com o índice de desenvolvimento humano médio. Apesar de Angola ser um país com um potencial enorme para se fomentar um desenvolvimento sustentável, este país atravessa grandes dificuldades no que diz respeito ao combate à pobreza, à fome e à alfabetização.⁵⁸ Atente-se que a abordagem referida posteriormente, encontra-se dividida por ano e por missão de modo a realizar-se uma análise comparativa entre as duas missões realizadas em Angola.

No relatório anual de 2010, referente à missão de Benguela, os Leigos para o Desenvolvimento assentam no Bairro da Graça, e após a sua conclusão progressiva dos

⁵⁷ Angola continua com um índice de desenvolvimento muito baixo. In *O Apostolado*. Jornal da Atualidade da CEAST – Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé, 2014. [Consult. em: 15.07.2015] Disponível em: <http://apostoladoangola.org/angola-continua-com-indice-de-desenvolvimento-humano-baixo/>

⁵⁸ Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. In *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. (trad. Camões Instituto da Cooperação e da Língua, Ministério dos Negócios Estrangeiros). [Consult. em: 15.07.2015] Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf

projetos no seio da cidade e no Bairro da Damba Maria, estes voluntários foram-se fixando exclusivamente no Bairro da Graça. Os projetos de Alfabetização, Formação de Jovens e Adultos e o Centro Juvenil da Graça redefiniram-se, adotando uma prática integrada numa perspetiva de desenvolvimento comunitário. Neste sentido abre o Centro Comunitário da Graça, que incluí alguns parceiros com os quais estes Leigos já teriam trabalhado, juntamente com outros atores, de modo a identificar as reais e prioritárias necessidades da comunidade e criar novas soluções para os problemas encontrados. Ocorreram iniciativas de promoção à empregabilidade e empreendedorismo, porém, destacou-se o incentivo na educação para a saúde, através de cursos de formação permanentes para os técnicos de saúde. Juntamente com a *Fundación CEAR*, onde realizam projetos de alfabetização no bairro da Damba Maria, segundo o método de Dom Bosco onde o atual papel destes voluntários se verifica apenas ao nível da supervisão e da capacitação da coordenação do projeto, permitindo realçar este tipo de cursos no bairro.

Na missão de Uíje, em 2010, destaca-se a conclusão do Centro Cultural de Santa Cruz (CCSC), relativamente à sua construção e equipamento de infraestruturas, indicando um elevado grau de autonomia, o que permitiu apostar ao nível da sustentabilidade operacional e financeira, com a colaboração do Coordenador Geral Local, e com o financiamento do IPAD. No entanto, novos desafios se colocam a este Centro, especificamente, a disseminação das suas boas práticas a outras bibliotecas e salas de informática da cidade do Uíje e do Negage. Logo, deu-se início a uma parceria do CCSC e algumas escolas com o intuito de otimizar espaços de apoio educativo e criar entre eles, uma dinâmica de rede, promovendo a itinerância do CCSC. Após a conclusão deste projeto encontraram novos objetivos no Bairro do Papelão, juntamente com a ONGD Rosto Solidário e os Passionistas, permitindo desenhar um novo projeto de promoção da mulher e de geração de rendimento, com os outros membros do Grupo “Ajuda Mútua”.⁵⁹

No ano seguinte, especificamente na Missão de Benguela, existiram aspetos positivos e negativos. Relativamente à parte negativa, ocorreu a saída de um Coordenador Geral do Colégio Juvenil da Graça (CJG), o que resultou no adiamento da passagem do CJG, às entidades locais. Estes aspetos comprometem o trabalho desta

⁵⁹ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2010*. [Consult. em: 16.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2010.pdf, pgs. 9-16

organização, conduzindo a reavaliações do modelo de gestão do CJG. Contrariamente, pelo lado positivo, observa-se a passagem definitiva do projeto de formação e alfabetização de jovens e adultos, à paróquia Nossa Senhora da Graça, e observa-se a implementação efetiva do Grupo Comunitário da Graça. Lançaram-se ainda as bases para três novos projetos, tais como:

- Projeto de *empowerment* das mulheres
- Projeto de promoção da empregabilidade Juvenil e Formação Profissional
- Projeto de criação de um espaço infantil

Ainda numa perspetiva de desenvolvimento, pretendem durante este ano, retomar a missão do trabalho na área da saúde, através do envio de uma voluntária na área da enfermagem, prosseguindo com o trabalho anteriormente realizado no Centro Materno-Infantil da Graça, negociando novas parcerias com a Direção Provincial de Saúde e com a Escola Técnica de Saúde Pública.

Na missão de Uíje em 2011 identifica-se um reforço da presença dos Leigos para o Desenvolvimento no Bairro do Papelão, como já foi referido anteriormente, este foi fruto de uma parceria com o Rosto Solidário e com os Missionários Passionistas. No entanto, como se trata de um projeto que estava dependente da construção de infraestruturas, houve um atraso no cronograma relativamente às obras, bem como, devido a problemas na própria intervenção desta organização, nomeadamente, a dificuldade no trabalho com as mulheres, especificamente, na perceção dos seus reais interesses e da sua mobilidade para objetivos de natureza económica. Ainda assim, no que diz respeito ao diagnóstico que se pretendia fazer neste bairro que fundamentaria o futuro da intervenção dos Leigos para o Desenvolvimento no Uíje, não tiveram possibilidade de ser alcançados devido a uma das voluntárias ter regressado antecipadamente. Contudo, no mês de Setembro ocorre a passagem definitiva ao parceiro local do Centro Cultural de Santa Cruz. Prossegue-se o trabalho em parceria com o CCSC no âmbito das atividades de itinerância e na implementação de uma nova valência de apoio escolar.⁶⁰

⁶⁰ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2011*. [Consult. em: 16.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2011.pdf, pgs. 11-18

O ano de 2012 na missão de Benguela foi um ano de aprofundamento da intervenção no Bairro da Graça, procurando dar-se consistência aos projetos já em curso e alicerçar novos projetos, principalmente, na área do empreendedorismo. Destaca-se o crescimento do grupo comunitário, onde o Espaço Criança e o Centro Juvenil da Graça deram início às suas atividades. No empreendedorismo, apostou-se nas mulheres e nos jovens, porém, a dificuldade na realização deste projeto justificaria a necessidade da colaboração técnica com a Universidade Católica Portuguesa, especificamente, a área de Economia Social. Na área da saúde trabalhou-se com o Centro Materno Infantil da Graça (CMI), apostando nas formações de professores nas escolas de saúde da cidade, e nos seminários de formação aos técnicos de saúde. Contudo, com a chegada de novos voluntários redirecionaram a sua ação para o Centro de Saúde da Graça, e as iniciativas de Educação para a Saúde foram, promovidas no âmbito do Grupo Comunitário. Relativamente à sua intervenção na área pastoral destaca-se:

- Criação e animação do Grupo de Jovens da Pastoral Universitária da Diocese (10 universitários dos 18 aos 25 anos)
- Formação humana e cristã do Grupo de Jovens da Graça (8 líderes de diversos grupos de jovens do bairro)
- Animação do grupo coral da Casa do Gaiato (15 adolescentes dos 13 aos 16 anos)
- Formação humana a dois grupos de adolescentes do abrigo infantil (primeiro grupo dos 12 aos 14 anos, e o segundo grupo dos 15 aos 17 anos, na sua totalidade eram 19 adolescentes)⁶¹

No relatório de Atividades de 2013, especificamente, na Missão de Benguela, o pilar da intervenção no bairro do Papelão é o Grupo Comunitário, estando sobretudo dedicado a questões ligadas à saúde, saneamento e lixo, e autonomização do próprio grupo. O Espaço Criança já é completamente autónomo e funcionou ao longo do ano em instalações provisórias. Relativamente ao Centro Juvenil da Graça, contrariamente ao que se esperava, optou-se por adiar o projeto para 2014, uma vez que a equipa técnica de coordenação ainda não se encontrava preparada para assumir integralmente a sua gestão. Contudo, a nível de equipamentos criaram uma nova sala de informática e implantaram novas soluções energéticas que permitiram a passagem em 2014 para o

⁶¹ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2012*. [Consult. em: 16.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2012_vf.pdf, pgs. 16-27

parceiro local, nomeadamente, a paróquia da Nossa Senhora. da Graça. Ao nível do Gabinete de Apoio à Inserção na Vida Ativa (GAIVA) apostou-se na parceria com empresas e no reforço da parceria institucional com o Centro Local de Empreendedorismo e Serviço de Emprego (CLESE), para o encaminhamento de jovens para estágios. Investiu-se ainda na capacitação de um grupo de mulheres procurando desenvolver competências de gestão de negócios, no entanto, teve de existir uma reestruturação do projeto devido às mulheres em causa se encontrarem pouco motivadas para o mesmo. Finalmente, na área espiritual não se encontram alterações significativas relativas ao ano anterior.⁶²

Na missão de Uíje, o principal desafio deste ano foi o enraizamento no Bairro do Papelão. No Espaço Infantil acompanharam diariamente 29 crianças com a parceria do Ministério da Assembleia e Reinserção Social (MINARS). Nas escolas foi um tempo de negociação de parcerias, estruturação e arranque de projetos, iniciando a colaboração com a Escola do Divino Pastor e com a Escola Paco Benze. Ao nível das atividades económicas foi realizada uma avaliação com os referidos parceiros, tendo-se concluído que os objetivos não tinham sido cumpridos, deste modo, os parceiros optaram por não dar continuidade aos projetos. Ainda assim, durante este ano, concluiu-se um diagnóstico sobre as problemáticas associadas aos jovens, dando início à intervenção, com a criação de um grupo de jovens, nomeadamente, a Associação de Jovens Unidos para o Desenvolvimento (AJUD), ficando este grupo responsável pela elaboração do plano de atividades de 2014. Na área pastoral, apenas atuam, realizando a catequese na Paróquia de St. Cruz, a criança e jovens. Resumidamente, os Leigos para o Desenvolvimento, em 2013, através do apoio do Banco Espírito Santo Angolano, desenvolveram os seguintes projetos:

- Espaço Infantil e Formação de Vigilantes,
- Rede de Escolas Primárias no Bairro do Papelão,
- Projeto de Jovens do Papelão
- Projeto de Desenvolvimento Económico no Papelão

⁶² Leigos para o Desenvolvimento – Relatório de Atividades 2013. [Consult em: 17.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2013_vf.pdf, pgs. 9-11

No ano de 2014, na Missão de Benguela, as prioridades nas suas áreas interventivas mantiveram-se as mesmas, dedicando-se a questões ligadas à saúde, saneamento, lixo, e autonomização do Grupo Comunitário. O Espaço Criança continua com as instalações provisórias cedidas pela Paróquia, devido à falta de apoios para a construção de um novo edifício. Como foi previsto no ano anterior, dá-se a entrega, na totalidade, do projeto Centro Juvenil da Graça, à Paróquia da Nossa Senhora da Graça. Ao nível do GAIVA, deu-se continuidade da parceria com empresas e o reforço da parceria institucional com o CLESE, no entanto, o responsável pelo mesmo, deixou de exercer funções, estando ainda à espera de um novo substituto. Negociou-se também uma parceria com o Instituto Superior Politécnico Jean Piaget para que os alunos recém-licenciados de Psicologia pudessem estagiar no GAIVA. Relativamente ao projeto das mulheres, realizou-se a sua reestruturação, apesar de, a PROMAICA ter participado no processo de planeamento. O parceiro de implementação passou a ser o projeto de Alfabetização e Formação de Jovens e Adultos no Bairro da Graça. Optou-se por definir um projeto de desenvolvimento multidimensional com vários módulos, onde se abordam questões como a economia doméstica e o empreendedorismo, pretendendo acompanhar individualmente, cada mulher, de modo a que cada uma defina o seu projeto de vida. Deste modo, conclui-se o projeto de planeamento e realiza-se a formação aos monitores para virem a ser formadores das mulheres em questão. No âmbito da parceria com a Área Transversal da Economia Social (ATES) do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa e a partir da experiência dos dois últimos anos no GAIVA e no projeto de *empowerment* das mulheres, elaborou-se um guia de empregabilidade e empreendedorismo. Ao nível de financiamentos, apesar dos esforços dos voluntários, foi uma tarefa particularmente difícil.⁶³ Neste contexto surge uma experiência piloto de Angariação de Fundos, em Dezembro de 2014 com a duração mínima de um ano. Relativamente à área pastoral existe uma integração na equipa de dinamização da Pastoral Universitária Diocesana, onde ocorre uma idealização de um plano de formação para jovens universitários sobre voluntariado, missão e ainda, uma dinamização de eventos anuais, promovendo também, grupos de oração e partilha para lideranças juvenis da Paróquia da Sé, realizando um apoio lúdico-educativo na Casa do Gaiato. Resumidamente, durante o ano de 2014, os Leigos para o Desenvolvimento gerem os seguintes projetos:

⁶³ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2014*. [Consut. em: 17.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2014.pdf, pgs. 10-13

- Grupo Comunitário no Bairro da Graça
- Espaço Criança
- Centro Juvenil da Graça (CJG)
- Gabinete de Apoio à Inserção na Vida Ativa (GAIVA)
- Projeto *Empowerment* das Mulheres

A Missão de Uíje no ano de 2014, foi particularmente exigente e complicada devido ao regresso antecipado de duas voluntárias, obrigando a suspender a referida missão em Julho de 2014. No entanto até à data anteriormente mencionada, deu-se continuidade ao trabalho realizado no Espaço Infantil do Bairro do Papelão, tendo conseguido transferir-se todas as responsabilidades para a Paróquia de Santa Cruz. Em relação à parceria com a MINARS ainda foi possível acompanhar alguns vigilantes do Centro Infantil Kiese, porém, em Abril, por falta de recursos humanos não foi possível dar continuidade a esse trabalho. Também, nas escolas básicas, não foi possível prosseguir com a formação de professores devido à demora do processo de formalização, por parte da Direção Provincial de Educação. No que diz respeito à promoção juvenil continuou-se com o funcionamento da AJUD, que procurou dinamizar atividades culturais e ainda se dedicou à prospeção e negociação de parcerias locais na área do emprego e formação profissional. Na área espiritual, continuaram com a realização da catequese na Paróquia de Santa Cruz a jovens e crianças, como também na dinamização de um Grupo de Jovens no Bairro do Papelão. Em suma, até Julho de 2014, desenvolveram-se os seguintes projetos:

- Educação Pré-Escolar
- Rede de Escolas Primárias no Bairro do Papelão
- Promoção Juvenil no Bairro do Papelão⁶⁴

Em conclusão, todo o trabalho realizado pelos Leigos para o Desenvolvimento está estreitamente ligado aos recursos que estes angariam e também à conjuntura social, económica e política de Angola. Como já foi referido anteriormente, a sua intervenção em Angola sofreu alguns percalços, de modo a que este trabalho nem sempre pôde ser contínuo. No entanto, observamos uma dedicação extraordinária por parte desta ONGD que particularmente se interessou em criar pequenas infraestruturas que permitissem

⁶⁴ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2014*. [Consut. em: 18.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2014.pdf, pgs. 10-13

melhores condições de vida para a toda a população, promovendo assim, um aumento no desenvolvimento humano. Curiosamente, esta organização preocupa-se com alguns problemas que na civilização ocidental podem parecer ligeiramente pequenos, contudo, é devido à ação dos Leigos para o Desenvolvimento que se criaram estabelecimentos que promovem o ensino, melhores cuidados de saúde, acesso ao emprego e a formação profissional, entre muitos outros. Na verdade, esta organização sem fins lucrativos, não pretende construir projetos e terminá-los, pelo contrário, o seu objetivo é o desenvolvimento de vários projetos viáveis, mas pretendem que estes ganhem autonomia, que é uma palavra que surge com bastante frequência ao longo dos seus relatórios de atividade e de planeamento anual. Na perspetiva desta organização, o fundamental é que as parcerias locais ganhem controlo dos seus projetos, de modo a que percebam a essencialidade dos mesmos. Procuram estabelecer laços com a população mas também procuram dar sentido à própria palavra “comunidade”, na medida em que reforçam atividades em grupo, promovem formações para que estes trabalhos sejam realizados com sucesso e continuamente. Porém, nem sempre os seus objetivos podem ser cumpridos, existem fatores externos e internos que interferem consideravelmente nos seus projetos. De facto, externamente encontram-se os graves problemas que Angola atravessou devido à guerra civil, que originou um arrasamento das estruturas angolanas e deixou a população em condições precárias. Na parte social, encontramos as crenças religiosas que podem muitas vezes contribuir para a exclusão social de muitos membros da sociedade; e finalmente, na vertente económica e política angolana, encontra-se muitas vezes com um elevado grau de instabilidade que interfere diretamente nos projetos dos Leigos para o desenvolvimento. No que diz respeito aos problemas internos pode-se referir o problema dos voluntários, que ocasionalmente, podem ter um regresso antecipado, o que resultará na inviabilidade das missões, como foi o caso do Uíje, ou até mesmo quando as parcerias que estes vão estabelecendo não correspondem às expectativas da organização. Atente-se que, Angola é o único país africano em que os Leigos para o Desenvolvimento não concluíram nenhuma missão, claramente, devido a todos os problemas do país. Em suma, existem inúmeros fatores que podem contribuir para insucesso dos projetos realizados, e é por essa mesma razão, que esta ONGD, quando forma os seus principais intervenientes (voluntários), explica que é necessário ser detentor de certas características, para que o trabalho destes não seja interrompido, como a persistência, a vontade de ajudar os outros, a generosidade, a

coragem, e principalmente, a percepção das realidades sociais políticas e económicas africanas.

2.3 Moçambique

Contrariamente às cidades de S. Tomé e Príncipe e Angola, a História dos Leigos para o Desenvolvimento em Moçambique começa, não em Moçambique, mas no seu vizinho Malawi, ainda durante o período de guerra civil que originou a divisão do país durante 15 anos. Impedidas pela violência deste conflito, as populações rurais, nomeadamente as da província do Niassa e de Tete, fugiram em massa para o Malawi, país com quem partilharam história, língua e tradições, e onde muitas pessoas têm famílias. O Malawi, situado entre o Lago Niassa, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, mantinha pouca capacidade de acolher tão largo número de pessoas. Estes refugiados foram-se acumulando em campos onde se encontrava alguma ajuda internacional mas nunca a suficiente para responder a todas as necessidades populacionais. Na área educacional eram os próprios pais que tinham frequentado a escola que davam aulas aos filhos e às crianças mais próximas, comprovando a inexistência de um sistema de educação formal. Deste modo, os jesuítas lançaram o ESAM (Ensino Secundário Aberto Moçambicano), um método flexível de ensino e avaliação que, através de protocolos com as autoridades permitiram aos participantes alcançar a equivalência de ensino Moçambicano. Com efeito, os Leigos para o Desenvolvimento, seguindo os jesuítas, chegaram a Moçambique em 1991, ao Campo de Refugiados de Mankhokwe, e através da intenção de paz confirmada pelas eleições multipartidárias de 1994, as famílias regressaram a casa. Novamente os jesuítas convidam esta ONGD para a reconstrução do país. Em 1993, chegaram a Lichinga, capital do Niassa, onde o Bispo os acolheu e integrou.

Passado um ano, já mantinham a sua presença em Angónia, na província do Tete, tendo-se instalado nas Missões de Lifidzi e Fonte Boa. Em seguida, após três anos, a pedido do Bispo, abriram a Missão de Cuamba, a única missão ativa atualmente neste país. A Missão de Lichinga foi um dos projetos concluídos, especificamente em 2010, esta cidade está situada a Norte de Moçambique, e é a capital provincial do Niassa, zona mais extensa do território Moçambicano. Na área da educação, a primeira tarefa desta ONGD foi a criação de uma escola diocesana pré-universitária, para o 11º e 12º ano, poucos anos depois, esta escola deixou de ser necessária, pelo que o apoio dos Leigos para o Desenvolvimento foi canalizado para a Escola Secundária Paulo Samuel Kankhomba, lecionando até ao ano de 2002, em disciplinas como Português, História, Geografia e Matemática. Simultaneamente, continuavam a apoiar projetos à distância no

Malawi, como o ESAM, proporcionando o acesso ao ensino secundário onde não existiam escolas, e o projeto de alfabetização de adultos segundo o método de aprendizagem “*Reflét*”. Paralelamente fundaram outras estruturas de apoio à educação, como bibliotecas, um centro de formação em informática, que proporcionou aos alunos um maior desenvolvimento das suas capacidades e conhecimentos. Na área da saúde intervinham sobre a formação em cuidados básicos, fisioterapia, e no exercício da Medicina, apoiada na presença de médicos e fisioterapeutas, através do Hospital Distrital de Lichinga. Mais recentemente, atuaram num projeto de Combate ao HIV/SIDA, e ainda campanhas de sensibilização à doença contagiosa mais conhecida como Lepra. Na missão de Lifidzi e Fonte Boa, encontram-se duas cidades no planalto de Angónia, situando-se a uma distância de 40km.⁶⁵ Note-se que não faço a descrição separada destas duas missões, devido à proximidade das localidades e também pela ação interventiva dos Leigos para o Desenvolvimento ser essencialmente equitativa. Foram duas missões na qual os jesuítas tiveram todo o interesse em participar e convidar esta organização para uma ação mais direcionada. Foram promovidos, na localidade de Lifidzi, ações de intervenção na área da educação, saúde e agricultura. Especificamente na Fonte Boa, existiu a Escola Agrícola, a qual os jesuítas iniciaram em 1940 sendo interrompida pela guerra civil, transformando-se num quartel-general das forças de combate. Evidentemente que os jesuítas tiveram todo interesse em recuperar e reconstruir as instalações que estavam gravemente danificadas dos conflitos bélicos e neste sentido, convidaram a ONGD para intervir no ano de 1994. Assim, agiram na área educacional, onde lecionaram algumas disciplinas e promoveram projetos de alfabetização funcional. Ainda no âmbito da recuperação criaram projetos de carpintaria com uma vertente profissional, que se foi especializando em várias áreas da mesma arte. Implementaram ainda bibliotecas e ludotecas promovendo uma série de atividades de dinamização cultural e de concursos. Atuaram ainda nas áreas da pecuária e da agricultura procurando que a missão fosse autossustentável, permitindo reforçar a alimentação nos internatos, a execução e implementação de projetos de microcrédito de mecanização agrícola (introduzindo sistemas de rega próprios para as alturas de seca), formaram agricultores, e ainda promoveram as culturas de rendimento em substituição parcial das tradicionais. Em 2006 devido à morte de uma voluntária na missão da Fonte

⁶⁵ Leigos para o Desenvolvimento – Moçambique. [Consult. em: 19.07.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/missoes/mocambique/2012-11-27-18-16-31.html>

Boa, os Leigos para o Desenvolvimento dão por concluído a sua presença na referida localidade.

Dos projetos em curso, destacam-se as Escolinhas Comunitárias do Niassa, devido a sua potencialidade para promover o sucesso escolar das crianças, a partir do ensino secundário, sensibilizando as famílias para a importância da educação, garantindo respostas de geração de rendimentos para as mulheres que podem dedicar-se mais plenamente a uma atividade económica. De facto, para que este objetivo particular seja cumprido, serão necessários os seguintes fatores:

- Capacitação dos recursos humanos nas localidades
- Práticas pedagógicas de qualidade
- Recursos endógenos como base do trabalho realizado
- Intervenção integrada na área da saúde, nutrição, higiene e género
- Parcerias a longo prazo
- Sustentabilidade financeira
- Viabilidade, no mínimo, de 5 anos de missão
- Parceria com o Estado
- *Empowerment* das comunidades

Relativamente ao projeto anteriormente referido, os Leigos para o Desenvolvimento integram-no na Missão de Cuamba, a exclusiva missão ativa atualmente na área de Moçambique. No ano de 2010, registou-se a conclusão da colaboração na Escola Secundária Padre *Menegon* (ESPM), tendo sido terminado o processo de capacitação dos recursos humanos responsáveis pela área administrativa. Após a redução no número de voluntários, juntamente com a decisão do bispo de Lichinga, ocorre a saída dos Leigos para o Desenvolvimento no projeto ESPM, uma vez que este projeto, segundo a opinião do bispo, já reunia as condições necessárias para o seu funcionamento sem o apoio da referida organização. No entanto, antes dos voluntários darem por terminado este projeto tiveram que realizar um relatório de avaliação e entregar ao bispo Dom Elio. Respetivamente ao Centro Semente foi um ano decisivo como estrutura unificada e integrada das várias vertentes. Iniciaram projetos de apoio escolar, como bibliotecas, a infoteca e um clube de jogos, entregando a sua administração à Paróquia. Na verdade, todo o trabalho realizado teve sempre a finalidade de negociar cada vez mais a passagem do Centro para a Paróquia. Deste modo, o protocolo assinado em 2009 encontra-se em implementação, perspetivando até

finais de 2011, a autonomia do Centro Semente, que manteve o apoio financeiro do IPAD até Setembro de 2011. Relativamente ao projeto das Escolinhas Comunitárias do Niassa (ECN), foram observados grandes desafios, como a finalização do financiamento da fundação *Van Leer*, que apoiava o projeto desde 1998, o que levou ao questionamento da sustentabilidade do projeto, que conseqüentemente originou a falta de incentivo financeiro dos monitores das escolinhas. Desde o ano de 2000 que esta organização procurou trabalhar na sustentabilidade financeira com as comunidades, procurando investir na criação de pequenos negócios comunitários capazes de produzir rendimentos, para garantir o funcionamento operacional de cada escolinha. Contudo, o ano de 2010 foi um ano bastante difícil em termos económicos, pondo à prova vários projetos comunitários existentes e o resultado final foi a constatação de que os micro-negócios não tinham a capacidade para garantir os proveitos necessários. Ainda assim, as perspetivas, em Agosto de 2010, eram particularmente positivas, na medida em que o projeto funcionava em 15 comunidades espalhadas por Sanga, e Nipepe, ou seja, em comunidades muito próximas da cidade de Cuamba.⁶⁶ Destas quinze comunidades, quatro eram projetos piloto ao nível pedagógico, Mbemba, Nansenhenje, Muheia e Cruzamento, existindo um forte investimento ao nível do acompanhamento pedagógico dos monitores e das temáticas e dinâmicas utilizadas nas aulas.

No ano de 2011, na cidade de Cuamba, ocorre a conclusão do projeto Centro Semente, onde se realiza a transferência definitiva deste projeto para o parceiro local, e o início de dois novos projetos, um com a parceria da Paróquia de S. Miguel e o outro com a Universidade Católica de Moçambique. No projeto das Escolinhas do Niassa observou-se uma evolução significativa, na medida em que se inicia um envolvimento do Estado, no trabalho, com as Comissões de Gestão Comunitárias. Ainda neste período, partindo da avaliação feita no ano anterior, o projeto centrou a sua atuação no distrito de Cuamba e apenas em nove escolas. Foram mantidas dentro deste projeto, apenas ao nível da formação e supervisão, duas escolas na zona de Nipepe e outras duas em Sanga, contudo, a coordenação das mesmas já era garantida pelas paróquias. Esta focalização geográfica conduziu à possibilidade de trabalhar com mais precisão na relação com as comunidades e com os próprios recursos humanos do projeto. Porém optou-se por não tomar decisões sobre aberturas de novas escolas sem estar definido o modelo de sustentabilidade do projeto. Relativamente ao trabalho desta sustentabilidade

⁶⁶ Leigos para o Desenvolvimento – Relatório de Atividades 2010.. [Consult. em: 19.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2010.pdf, pgs. 16-20

comunitária, realizou-se um diagnóstico de necessidades em quatro aldeias do distrito de Cuamba. Este diagnóstico procurou identificar potenciais micros-negócios geradores de receita para a escola, com o intuito de fomentar e potenciar as hortas e machambas comunitárias, tendo-se procurado uma parceria com a Direção Distrital da Agricultura que iniciou o seu contributo para este projeto. Ainda assim, foram avaliadas e reformuladas algumas das regras básicas do projeto ao nível de receitas, decidindo que a partir de 2012 a inscrição passaria a ser obrigatória.

Por outro lado, houve um grande investimento na apresentação do projeto às entidades estatais e a outras entidades da sociedade civil com a intervenção na área da primeira infância. Como resultado destas apresentações, abriram novas parcerias para o ano de 2012 e o próprio Estado, demonstrou interesse em criar uma parceria pedagógica, para difundir pelo Niassa, no novo programa nacional do Ensino Pré-escolar aprovado em Julho de 2011. Em termos pedagógicos, e para fomentar novas práticas, investiu-se mais num acompanhamento de proximidade dos monitores. Logo, a coordenadora pedagógica do projeto, passou a visitar semanalmente as quatro escolas piloto e apoiar a planificação semanal. Ainda assim, procurou investir-se também no trabalho direto e na formação intensiva de seis supervisores. Relativamente ao primeiro projeto realizado, iniciou-se através de uma parceria com a paróquia de S. Miguel, para onde foram enviadas duas novas voluntárias responsáveis pela coordenação do projeto “*muthyana*”. Este projeto é totalmente dedicado à promoção e formação da mulher, onde foi realizado um trabalho de levantamento de necessidades formativas das mulheres das várias comunidades da cidade de Cuamba. O segundo projeto iniciado, foi no âmbito da promoção do empreendedorismo universitário através de uma negociação com a Faculdade de Agricultura de Cuamba da Universidade Católica de Moçambique.⁶⁷

No ano seguinte, ocorre a consolidação dos dois novos projetos, referidos anteriormente, que resultam em alterações fortes de parceria ao nível do projeto das Escolinhas Comunitárias do Niassa. No caso das escolinhas comunitárias, o ano de 2012, foi um ano de promoção contínua do envolvimento do Estado, tendo daí resultado a realização do primeiro fórum provincial do Niassa para a primeira infância, envolvendo mais de trinta atores intervenientes nesta área, com a possibilidade de se estabelecer uma parceria com a Direção Provincial do Niassa ao nível da alfabetização

⁶⁷ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2011*. [Consult. em: 19.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2011.pdf, pgs. 18-22

de adultos, com o intuito de poder passar a ter os seus monitores inseridos nos quadros estatais como alfabetizadores. Por outro lado, procura-se investir continuamente na formação dos seus recursos humanos (supervisores e monitores), potenciando o trabalho feito com as comissões de gestão através de maior acompanhamento e de momentos de formação em sustentabilidade. Importa ainda referir uma nova parceria que será estruturada em 2013 com a Fundação Fé e Cooperação (FEC), específica em assuntos pedagógicos e de gestão escolar. No projeto “Muthyana” equivalente a “ser mulher” avançam com a sua estruturação com a finalidade do empoderamento transversal das mulheres beneficiárias. Iniciam este projeto com módulos de formação em corte e costura, culinária e criação agropecuária, ajudando a perceber qual seria o projeto profissional mais adequado a cada participante.⁶⁸ O trabalho com a Universidade Católica arrancou com o apoio à lecionação na área de Negócios Agrícolas e Projeto Empresarial. Através desta lecionação foi possível definirem-se atividades a realizar durante o ano, nomeadamente, um curso externo de empreendedorismo e uma conferência de empreendedores. Foi ainda possível estruturar a intervenção a médio prazo que consta de um memorando de entendimento. Na área pastoral, a sua intervenção é dedicada à realização da catequese para crianças e jovens universitários, e ainda na dinamização da eucaristia na Cadeia Municipal.

Durante o ano de 2013 foram atingidos os objetivos e metas estabelecidas para os três projetos em curso na cidade de Cuamba, beneficiando mais de 1500 pessoas. Relativamente às Escolinhas Comunitárias do Niassa, os Leigos para o Desenvolvimento, apostaram na consolidação da área da formação pedagógica dos supervisores, de forma a garantir a viabilidade deste projeto a longo prazo. Para reforçar esta capacitação estabeleceu-se uma parceria com o programa “Mais Valia” da Fundação Calouste Gulbenkian que se iria concretizar em 2014. De igual modo, procurou investir-se na formação e acompanhamento no contexto das várias comissões gerentes das escolinhas. O ano de 2013 foi o único ano, desde o início deste projeto, que conseguiram gerar um rendimento mensal que garantiu o pagamento de um incentivo aos seus monitores. Foi ainda, durante este período, que se ajudou a solidificar a base da parceria com a Direção Distrital da Educação no âmbito da alfabetização de adultos. Quanto ao projeto da promoção da mulher, neste ano, conseguiu-se a abertura do segundo curso de desenvolvimento pessoal para vinte beneficiárias, e como resultado

⁶⁸ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2012*. [Consult. em: 19.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2012_vf.pdf, pgs. 27-31

abriram duas atividades de geração de rendimento ao longo do ano, o que conduziu ao estabelecimento de novas parcerias. No projeto de empreendedorismo assinou-se o protocolo de colaboração com a Universidade Católica de Moçambique, realizando-se ainda o primeiro curso externo de empreendedorismo na área de Projeto Empresarial e Negócios Agrícolas. Finalmente, na área espiritual, para além do trabalho contínuo do ano anterior, passam a elaborar cursos de preparação para o matrimónio na paróquia de S. Miguel, cursos de formação “Fé e empreendedorismo na educação”, e ainda, visitas de diagnóstico às comunidades para levantamento de dificuldades, dúvidas e boas práticas.⁶⁹

No ano de 2014, a evolução continua a ser significativa relativamente ao ano anterior, alcançando o número de 3500 pessoas que beneficiaram do trabalho realizado por esta ONGD. No âmbito do projeto das Escolinhas Comunitárias do Niassa continuou o bom trabalho realizado nos anos anteriores. No entanto, neste ano destaca-se a idealização do projeto “*Ophitana*” em parceria com a Fundação Fé e Cooperação. Este projeto visa reforçar as competências pedagógicas existentes na rede diocesana pré-escolar onde estão integrados as Escolinhas Comunitárias do Niassa. Para potenciar a validação dos programas de formação a implementar, foi construída também a parceria com a Escola Superior de Educação Paula Frassinetti que será responsável por toda a acessória técnica do projeto. Perspetiva-se o início deste projeto “*Ophitana*” durante o primeiro semestre de 2015. No projeto “*Muthyana*” implementa-se também a parceria com a Direção Distrital da Saúde, Ação Social e Mulher. Estes dois grupos anteriores tiveram uma formação de 65 horas com certificação do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional que ajudou-as a iniciar a confeção de novos produtos. Por outro lado, a estruturação do modelo de governabilidade do espaço *Muthyana* levou à realização de vários *workshops* de discussão sobre o funcionamento do espaço e sobre o papel que as beneficiárias querem ter no futuro do projeto. No que diz respeito ao projeto de empreendedorismo, a Universidade Católica continuou o seu caminho de consolidação do projeto. Assim, no âmbito do Projeto Empresarial fortaleceram-se os instrumentos de controlo e acompanhamento dos vários projetos agrícolas empresariais e as taxas de retorno de todos os negócios superaram os 100%. Realizou-se ainda um novo curso de Gestão e Criação de Pequenos Negócios para os produtores de algodão da empresa JES-SAN. Relativamente ao aspeto religioso, os Leigos para o

⁶⁹ Leigos para o Desenvolvimento – Relatório de Atividades 2013. [Consult em: 20.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2013_vf.pdf, pgs. 11-13

Desenvolvimento continuam a estar integrados numa equipa missionária que reúne semanalmente e envolve dez membros, entre leigos, animadores, padres e irmãs. Foram, ainda, responsáveis pelas atividades pastorais do ano anterior, e também ao apoio ao Coro da missa dos jovens e dinamização de atividades anuais para os mesmos, tal como apoiavam o Centro Nutricional da paróquia de S. Miguel.⁷⁰

Em conclusão, o trabalho dos Leigos para o Desenvolvimento em Moçambique teve resultados bastante positivos, na medida em que promoveu um desenvolvimento contínuo na área da Educação e dos pequenos negócios, com o intuito de melhorar as condições de vida de toda a comunidade envolvente. De facto, um dos aspetos que diferencia esta ação moçambicana, da ação interventiva realizada em S. Tomé e em Angola foi o forte apoio do Estado, podendo considerar que este manteve um papel fundamental na consolidação e validação de todo o projeto realizado nas escolinhas do Niassa. Ainda assim, as várias parcerias com outras organizações, institutos e fundações, tornaram possível a ação destes voluntários, de um modo mais eficaz e sem muitas dificuldades comparativamente aos outros países. Na verdade, através da análise do número de pessoas beneficiárias nesta missão pode confirmar-se a evolução significativa dos diversos projetos, o que demonstra a grande preocupação da organização em promover o desenvolvimento humano e em intervir diretamente nas comunidades envolventes, incentivando as mesmas a acreditar nas suas capacidades, investindo em formações e avaliações das mesmas para se certificarem da continuidade dos projetos, tendo em conta, que esta organização realiza vários diagnósticos para testar a viabilidade, durabilidade e autonomização dos mesmos. Em suma, estas missões são realizadas com a finalidade de se criar pequenas estruturas que possam fazer a diferença nas diversas áreas, contudo, o objetivo só será cumprido se estas pequenas estruturas forem capazes de se tornarem autónomas, capazes de resolver os seus problemas, e dar continuidade aos projetos desenvolvidos pelos Leigos para o Desenvolvimento.

⁷⁰ Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2014*. [Consut. em: 22.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2014.pdf, pgs. 13-15

3. As adversidades e desafios dos voluntários missionários

Posteriormente à análise individualizada e detalhada de cada espaço lusófono, onde estes missionários atuam, está o esforço de reflexão sobre a realidade da vida dos voluntários que partem em missão. A importância destes atores na organização é fundamental, porque sem estes participantes, todo o trabalho estaria condicionado, de tal modo, que a saída de um voluntário poderia determinar o sucesso ou o fracasso de um projeto ou missão, como se pôde verificar anteriormente. Na sequência da prioridade do estudo específico destes elementos, pretende-se revelar todos os conceitos, qualidades, e competências que, obrigatoriamente, são essenciais para a seleção dos mesmos. Ainda assim, será alvo deste estudo a análise de todos os desafios encontrados nas referidas missões.

Numa perspetiva geral, o voluntariado em Portugal tem uma dimensão de cerca de um milhão e meio de indivíduos, maioritariamente do sexo feminino, apresentando motivações como “fazer o bem” e “realização pessoal”. No entanto, é necessário reconhecer a especificidade do voluntário missionário, para compreender as distinções do voluntariado comum. Estes voluntários missionários distinguem-se pela duração, mobilidade e dimensão da sua missão, que se reflete no espaço que ocupa na vida dos voluntários, mesmo que seja por um período de tempo delimitado. Só pode ser referido como voluntário missionário, aquele que pertencer a organizações ligadas à Igreja Católica, onde a sua essência é o dever da ajuda solitária, pondo em prática os deveres da ajuda católica. De facto, os Leigos para o Desenvolvimento, como uma associação católica enquadram-se neste panorama, idealizando algumas particularidades que os distingue de todas as outras organizações. Deste modo, importa saber quais serão os atributos necessários, para atingirem as expectativas da organização. Na verdade, existem inúmeras qualidades e competências exigidas pela ONGD, no entanto, não se pode considerar que esta seleção seja feita de uma forma muito rigorosa devido às confrontações com realidades distintas, que estas pessoas enfrentam no seu dia-a-dia em missão, e ainda, nas áreas onde atuam. Na realidade, estes voluntários têm que ser obrigatoriamente cristãos, licenciados ou com formação técnico-profissional, por regra com idades compreendidas entre os 21 e os 40 anos, disponíveis pelo período mínimo de um ano. Previamente à partida em missão, estes voluntários passam por um período exigente de formação, no qual, ao longo de um ano, têm a possibilidade de aprofundar

vários temas ligados à dimensão pessoal, espiritual e do trabalho a realizar. Neste sentido, o percurso proposto pelos Leigos para o Desenvolvimento é para os seus voluntários uma “escola de vivência intercultural, de respeito e valorização das diferentes culturas e de participação cívica.”⁷¹ Para a comunidade dos Leigos para o Desenvolvimento, estes voluntários têm que dispor dos seguintes valores:

- Identidade Cristã
- Espírito de Serviço e Desenvolvimento
- Gratuidade e Simplicidade
- Partilha e Vida Comunitária

Estes quatro valores são a base de toda a organização, e os seus objetivos só podem ser cumpridos se os seus representantes ativos atuarem segundo os mesmos. Deste modo, como uma associação católica entende-se que terá de manter a identidade cristã, correspondendo a uma grande parte de todo este trabalho missionário. Seguindo para o Espírito de Serviço e Desenvolvimento, onde estes voluntários assumem como missão prioritária, o combate à pobreza, à exclusão social e às desigualdades, colocando-se ao serviço do desenvolvimento que procura a autonomização, capacitação e *empowerment* das pessoas, grupos e organizações locais, por acreditar na capacidade das mesmas. Como já foi bastante referido, tanto na Companhia de Jesus, como nos Leigos para o Desenvolvimento, a ação destes missionários incide no fator de estar próximo das comunidades e das pessoas onde intervêm, disponibilizando os recursos num espírito de gratuidade, simplicidade e pobreza cristã. Ainda assim, podemos referir que a partir do seu estilo de vida em missão, os Leigos assumem como um elemento essencial, a partilha e a vida comunitária, promovendo um modelo de desenvolvimento em que a solidariedade se fundamenta no princípio da corresponsabilização e na coesão social.⁷²

Através da análise aprofundada do Plano Estratégico 2011/2015, bem como dos planos de atividade anuais, surgem nove princípios de natureza estratégica e metodológica que caracterizam uma intervenção destes missionários suportada no conceito de desenvolvimento local e participativo, tais como:

- Abordagem de Base territorial

⁷¹ AMARO, Maria Inês; Batista, Catarina – *Vidas de Missão: 25 anos de voluntariado dos Leigos para o Desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2012, pg 20-26

⁷² Leigos para o Desenvolvimento – Plano Estratégico 2011-2015. [Consult. em: 01.08.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/media/pdf/institucional/planoEstrategico2010-2015.pdf>

- Perspetiva Integrada
- Trabalho em parceria
- Participação
- Mobilização de Capacidades e Recursos Endógenos
- Sustentabilidade
- Abordagem a longo prazo
- Cultura de Avaliação
- Metodologia de Investigação-Ação.

Todos estes princípios estiveram bastante presentes no estudo da ação interventiva, em espaços lusófonos, na medida em que, realizavam avaliações dos seus próprios projetos, para que pudessem conferir a produtividade e a sustentabilidade do seu trabalho. A maior parte dos seus projetos, teve a participação de outras entidades locais, ou internacionais, ou até mesmo, outras organizações não-governamentais. Através das frequentes avaliações, encontravam-se também presentes diagnósticos para perceber qual a realidade da localidade em questão, conduzindo à viabilidade desta mesma ação dos projetos realizados, ou a realizar. Na verdade, constata-se que todos estes princípios foram direcionados para a sua ação interventiva, no entanto, como se confirmará posteriormente, poderemos encontrar alguns percalços no caminho destes voluntários, que definitivamente influenciaram todo o seu trabalho.

Como se verificou anteriormente no estudo detalhado da ação dos voluntários, nos últimos cinco anos, existiram imensos fatores que contribuíram para o sucesso, ou fracasso das referidas missões. No entanto, sob o meu ponto de vista, podemos diferenciar os insucessos, através da identificação destas adversidades. Por outras palavras, é importante refletir sobre a origem destes problemas para se perceber de que modo é que estes, atuam na vida dos voluntários, e nos projetos a desenvolver. Podem distinguir-se três fases decorrentes no processo dos voluntários missionários, nomeadamente, a formação, a vida em missão, e o acolhimento posterior ao regresso de missão.

Durante a formação, é objetivo desta organização preparar os voluntários para as realidades culturais e sociais completamente distintas do que se encontra no ocidente, contudo, apesar do rigor característico destas formações nada consegue preparar uma pessoa na totalidade para as diferenças que encontram no dia-a-dia dos países africanos.

Neste contexto, tenta compreender-se como a formação dos Leigos para o Desenvolvimento, estava planejada. Na verdade, a formação, é um percurso durante o qual os formandos têm a possibilidade de aprofundar o conhecimento de Deus, da Igreja e da Espiritualidade Inaciana, da história e filosofia da atuação desta organização, bem como o conhecimento de si próprios e dos restantes candidatos. Contudo, esta formação permite ainda, que cada candidato tome a sua decisão de partir ou não em Missão. Atualmente, estas formações têm vindo a modificar-se, numa perspetiva evolucionária procurando adaptar-se à realidade do mundo em constante transformação, adequando-se às necessidades de intervenção e desempenho na missão, sendo ainda assim, um processo estruturado, dinâmico, atento aos acontecimentos e alvo de constante avaliação. Independentemente dos Leigos poderem diversificar o perfil dos agentes de desenvolvimento que enviarão para os projetos e missões que têm em curso, os principais atores continuarão a ser voluntários. Deste modo, o planeamento sobre o número de missões deverá ser acompanhado pela projeção do número de voluntários para cada ano. Através dos cálculos desta organização, assume-se como missão “ideal” a que é composta por quatro voluntários, no entanto, esforçam-se pela divulgação e mobilização de novos candidatos para que os projetos desenvolvidos possam ter mais acompanhamento dos agentes desta organização, de modo a procurar um reconhecimento externo e de valorizar ainda mais a formação disponibilizada aos voluntários, procuram-se certificar alguns módulos de formação, junto das entidades competentes.⁷³

No período de missão, estes voluntários vivem com simplicidade e em espírito de partilha, privilegiando a relação, o conhecimento local e a simplicidade de meios de vida e de atuação, onde as formações, por muito exigentes que sejam, são incapazes de tornar perceptível toda a mistura de sentimentos quando os voluntários se deparam com as precárias condições de vida que encontram nos diversos países. Através de inquéritos e entrevistas realizadas por Maria Inês e Catarina Batista, no seu projeto orientado no sentido de definir um balanço da experiência do tempo de missão destes voluntários, conclui-se que este tempo, reflete para muitos, um grande investimento na dimensão espiritual, não só pela identidade cristã da associação católica, mas também, porque o viver em missão implica um conjunto de rituais religiosos que parecem conduzir a um

⁷³ Leigos para o Desenvolvimento – *Plano de Atividades 2011-2015*. [Consult. em: 02.08.2015]
Disponível em: <http://www.leigos.org/media/pdf/institucional/planoEstrategico2010-2015.pdf>

crescimento na vida cristã. Para que isto aconteça é indispensável a fidelidade à oração individual e comunitária e à vida sacramental e muito conveniente o uso regular de outros meios habituais de ajuda e formação espiritual. Esta referência espiritual é muito presente nas entrevistas realizadas a estes missionários, uma vez que muitos deles, revelam que é na fé em Deus que vão buscar forças para conseguir ultrapassar os vários dilemas colocados por estas missões. “É neste contexto, fortemente inspirado por uma espiritualidade inaciana, que permanece para além do tempo de missão e expressa, (...) que os voluntários preconizam a sua ação.”⁷⁴ Deste modo, torna-se essencial refletir sobre as características próprias destes voluntários, e conclui-se que terão de ser dotados de uma grande capacidade de resolução de conflitos, tendo em conta, que muitos destes países atravessam períodos de instabilidade política, vias de comunicação reduzidas e poucos recursos. Ainda assim, os voluntários têm que ter, capacidade de partilha, capacidade de autoanálise e autoavaliação, capacidade de gerir diferentes conceções de tempo e de ritmo, e ainda, resiliência e persistência. Através destas características, os voluntários missionários conseguirão atingir os objetivos propostos por esta ONGD, tentando carregar consigo aspetos determinantes que refletem a imagem dos Leigos para o Desenvolvimento. Contudo, ainda no período de missão, importa conferir que estes voluntários têm de ter um acompanhamento por parte da associação, algo que no início era bastante complicado e uma vez que os recursos ainda eram mais limitados e se encontravam numa fase de construção de projetos. Os voluntários combinavam aspetos técnicos, relativos aos projetos, e aspetos emocionais e espirituais, associados à vida pessoal e comunitária. Por essa razão, existe a necessidade de terem um gestor de projetos, de forma a acompanhar estes voluntários em alguns períodos de missão, e ainda um assistente espiritual dos Leigos para o Desenvolvimento, que mantêm a responsabilidade de acompanhar à distância, ao nível espiritual, enquanto se encontram no terreno. Estes assistentes, são sempre jesuítas, que colaboram com esta organização, assistindo os voluntários a orientarem-se nos retiros das missões e ainda ajudam no seu discernimento face à hipótese de renovação.⁷⁵ Como já foi referido anteriormente, nem sempre os objetivos eram atingidos, tendo em conta os vários fatores. Estes fatores coincidem com os problemas encontrados durante a análise da ação interventiva nos países africanos, bem como os relacionados com a diferença de personalidades, com a

⁷⁴ AMARO, Maria Inês; Batista, Catarina – *Vidas (...)*, pg. 67

⁷⁵ Leigos para o Desenvolvimento – *Plano de Atividades 2011-2015*. [Consult. em: 02.08.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/media/pdf/institucional/planoEstrategico2010-2015.pdf>

resposta das comunidades aos seus projetos nem sempre ser positiva, algumas parcerias não dispõem do mesmo tipo de compromisso a que estes voluntários se haviam proposto, a frustração em recolher fundos ser sempre insuficiente (consultar anexos), e ainda, as dificuldades do dia-a-dia que vão aparecendo na sua integração, dentro das comunidades envolvidas.

No período de acolhimento e regresso dos voluntários, que também faz parte integrante do papel dos Leigos para o Desenvolvimento perante os voluntários, responsabilizando-se pela reintegração destes em Portugal, também pode conduzir a alguns problemas. Esta reintegração é feita através de um dispositivo de acolhimento que procura identificar conteúdos, atividades, periodicidades, de maneira a facilitar a chegada dos voluntários no seu país. Ainda assim, os Leigos para o Desenvolvimento apoiam no discernimento sobre a sua nova missão e potenciam a sua experiência pessoal e profissional, nomeadamente ao nível da educação para o desenvolvimento. Apesar de parecer que este será um período bastante fácil para os voluntários, é muitas vezes, o mais difícil. Segundo as entrevistas realizadas por Maria Inês e Catarina Batista, conclui-se que este é um período bastante marcante para os voluntários, no sentido em que finalizam um ano inteiro de trabalho, e de vivência comunitária, acabando por criar vínculos nos países onde atuam. Durante o período de missão, habitam-se aos costumes, às pessoas, à realização pessoal e à gratificação deste tipo de trabalho, dificultando a sua reintegração nas culturas ocidentais. Deste modo, alguns voluntários acabam por partir em novas missões, sentindo que de uma forma significativa, conseguem contribuir com melhorias consideráveis para as condições de vida das comunidades africanas.

Em suma, todo este panorama vivido pelos voluntários dos Leigos para o Desenvolvimento, nem sempre foi facilitado, durante estas três fases que têm obrigatoriamente de passar, existiram diversos fatores que condicionaram a sua potenciação. As perspetivas inicialmente criadas quanto ao que vai ser, o seu período em missão, podem muitas vezes sofrer alterações devido às conjunturas sociais, políticas e económicas, destes países, no entanto, os esforços que fazem pela manutenção dos projetos e missões é gratificante para todos eles, na medida em que conseguem observar alterações positivas e de certa forma, adaptam-se a estas realidades e às pessoas com quem se relacionam. Nem sempre as relações com personalidades distintas são bem resolvidas, mas faz parte de todo o trabalho que estes realizam. Deste

modo, pode-se referir que estes voluntários, com toda a preparação cuidada nas formações, deparam-se com realidades muito diferentes das que estão habituados, no entanto, através da fé e da sua espiritualidade, conseguem superar as dificuldades e manter a persistência nos projetos a desenvolver.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, pretendeu-se acompanhar o percurso da ONGD Os Leigos para o Desenvolvimento, desde a sua criação, identificando e realçando, de uma forma oportuna, todas as semelhanças com a Companhia de Jesus principalmente ao nível da sua espiritualidade, bem como ao nível dos seus métodos e práticas de intervenção.

Desta forma, conseguiu-se analisar todos os conceitos espirituais que estão presentes na Companhia de Jesus e posteriormente nos Leigos para o Desenvolvimento, relacionando estas duas entidades distintas. Note-se que, muitas das missões iniciadas por esta organização foram feitas a pedido dos jesuítas, o que indica que a sua ação pode ser comparada e conseqüentemente terá objetivos em comum. Durante a ação missionária da ONG foi possível verificar a intervenção direta dos jesuítas, especificamente, na formação dos voluntários, no apoio dado durante o período de missão e no acolhimento destes missionários. De facto, como foi bastante referido anteriormente, para estes voluntários missionários a importância da ligação com Deus era fundamental para conseguir ultrapassar todas as dificuldades, logo, a prioridade espiritual encontra-se bem vincada na espiritualidade destes Leigos. Nas referidas áreas de intervenção também existe uma grande preocupação na aproximação das comunidades e por consequência dos graves problemas sociais associados à mesma. As missões e os projetos realizados foram, no âmbito da educação, saúde, empregabilidade, empreendedorismo e na área pastoral, o que vai de encontro com as áreas de intervenção dos jesuítas desde o início da sua instituição. Neste sentido, foi possível concluir que sem o apoio e acompanhamento desta companhia, esta organização não-governamental para o desenvolvimento não poderia atuar sobre as diversas áreas, uma vez que na formação desta organização foi determinado que as ações de maior relevância teriam de passar pela autorização de uma figura representante da Igreja em Portugal. Deste modo, os Leigos para o Desenvolvimento procuram investir numa formação bastante rigorosa, de modo a que na ação dos voluntários, transpareçam os ideais desta organização e a espiritualidade inaciana presente na Companhia de Jesus. Na própria seleção destes voluntários, exigem alguns requisitos característicos de uma associação católica, como o facto de imporem a obrigatoriedade de ser cristão, próprio do rigor da Companhia de Jesus, com a necessária formação académica prévia, para

posteriormente, poderem realizar determinados papéis de intervenção que podem influenciar positiva ou negativamente a vida de milhares de pessoas. Se o objetivo desta organização é promover o desenvolvimento contínuo, nos países africanos, onde atuam, é compreensível a exigência na seleção dos candidatos, mantendo sempre presente a necessidade de responsabilidade que os mesmos terão de ter. Esta parceria entre a Companhia de Jesus, com os Leigos para o Desenvolvimento foi realizada desde o início da ONGD, onde se encontraram objetivos comuns através dos quais, o apoio dos jesuítas foi fundamental. Ao nível dos princípios e valores da organização é possível comparar a relevância de características determinantes dentro da própria Companhia, concluindo que a vida em missão dos voluntários é bastante similar à dos jesuítas. No entanto, esta comparação atribuída é sempre cuidada, devido às especificidades de cada instituição. Por outras palavras, toda formação jesuíta, desde a sua origem até à atualidade, é muito mais profunda e rigorosa do que as formações dos voluntários Leigos, contudo, percebe-se que esta diferenciação está diretamente relacionada com o próprio conceito da instituição. Eventualmente, a Companhia de Jesus, sendo uma instituição religiosa pertencente à Igreja Católica, é dotada de um grande investimento na parte religiosa, procurando aceder à espiritualidade individual de cada um, contrariamente, a ONGD, os Leigos para o Desenvolvimento, como o próprio nome indica, são pessoas cristãs comuns, com formação académica prévia, que encontram valores na espiritualidade inaciana com a qual se identificam, e ainda, procuram a gratificação de ajudar outras pessoas menos favorecidas. Curiosamente, as ideologias e as metodologias de ação, são os fatores que mais suscitam a comparação, nestas duas entidades. De facto, foram concluídos diversos projetos, e algumas missões ainda se encontram em vigor, no entanto, nem sempre as planificações ocorreram como o esperado, e foram necessárias, avaliações e diagnósticos constantes para garantir a sustentabilidade e a autonomia destes projetos e missões. Na verdade, os jesuítas procuram manter sempre a sua ação constante, o que diferencia nos Leigos para o Desenvolvimento, que analisam os problemas e tentam criar projetos que se tornem autónomos para posteriormente a sua ação seja terminada e devidamente entregue a parcerias locais com capacidades de dar continuidade ao seu trabalho.

A dimensão laboral desta entidade foi bastante positiva ao longo dos anos, refletindo a importância deste tipo de organizações, tendo em conta o fator crucial de ser uma instituição sem fins lucrativos. Esta componente remete imediatamente para

problemas de ordem económica, onde realizam diversos projetos de recolha de fundos (anexos disponíveis no final), no entanto, para além de problemas económicos foi possível determinar fatores internos e externos que influenciam grande parte destes trabalhos. A ação voluntária em países africanos, pode ser referida como uma ação com bastantes obstáculos, no sentido em que as próprias infraestruturas destes países se encontram bastante limitadas, podendo afirmar que muitas das vezes, os Leigos para o Desenvolvimento foram responsáveis pela criação, e manutenção de algumas destas estruturas. Porém, as condicionantes foram demasiadas, como a falta de financiamentos, em alguns casos, a falta de organização nas parcerias locais, a falta de interesse pela parte de alguns governos africanos em investir nestes projetos de desenvolvimento, e ainda, a falta de apoio das organizações internacionais. As condicionantes internas, verificavam-se ao nível das crises económicas, que se refletiam acentuadamente na ação destes Leigos, bem como, o problema dos voluntários que regressavam antecipadamente e a ação individual de cada agente de desenvolvimento da referida organização, podendo, qualquer um deles influenciar todo o trabalho conjunto, realizado nos diversos países.

Apesar dos Leigos para o Desenvolvimento disponibilizarem todos os materiais necessários para o estudo desta organização, deparei-me com a preocupação de não existirem estudos publicados no âmbito desta ONGD, e saliento a importância de dar continuidade a este trabalho, já que, apesar de parecerem pequenas organizações, foram e sê-lo-ão, certamente determinantes para a melhoria das condições de vida de várias comunidades africanas. Deste modo, avalio a importância do estudo presente, numa perspetiva de integração de assuntos relacionados com a História, as Relações Internacionais, e a Cooperação para o Desenvolvimento, associando a componente religiosa, característica dos Leigos para o Desenvolvimento.

Em conclusão, os objetivos deste trabalho foram concluídos, expondo as várias temáticas que se integravam neste tema, exemplificando, discutindo e relacionando, com a finalidade de promover o conhecimento científico na área das Relações Internacionais e Cooperação para o Desenvolvimento.

Anexos

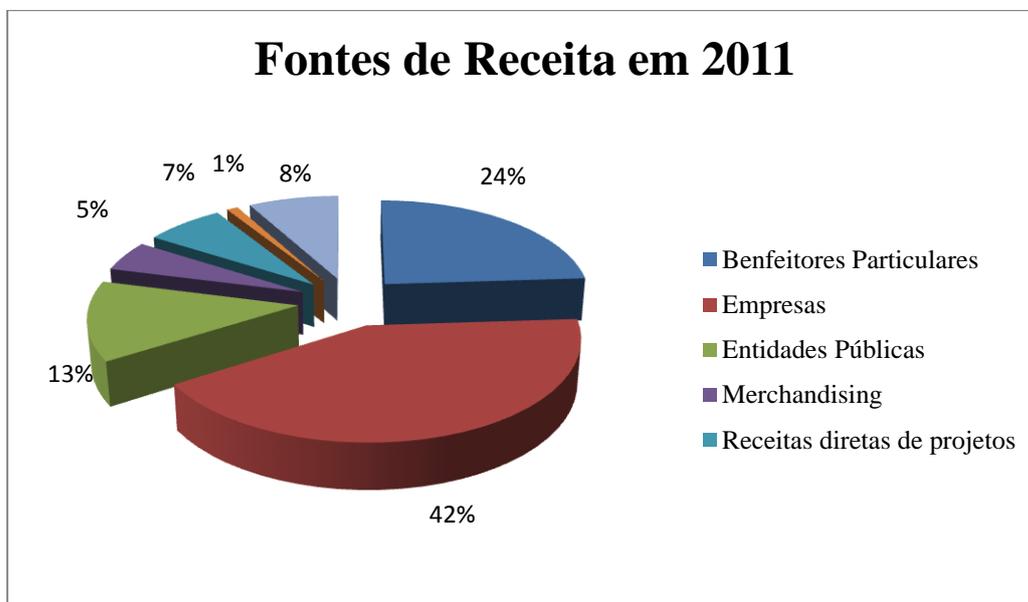


Gráfico 1 - Distribuição das percentagens de fontes de receitas em 2011

Fonte - http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2011.pdf

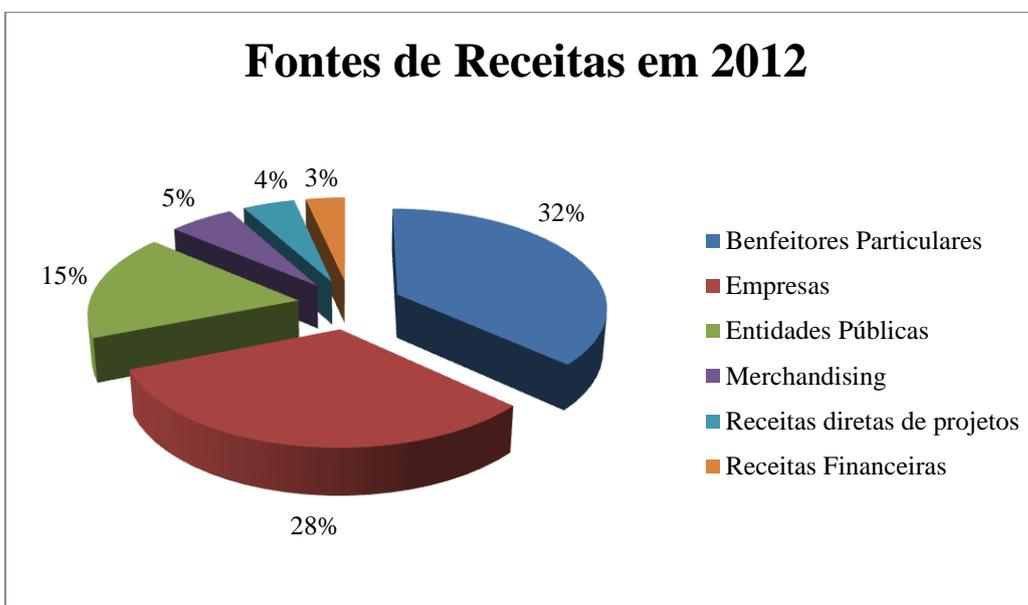


Gráfico 2 - Distribuição das percentagens de fontes de receitas em 2012

Fonte - http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2012_vf.pdf

Fontes de Receita em 2013

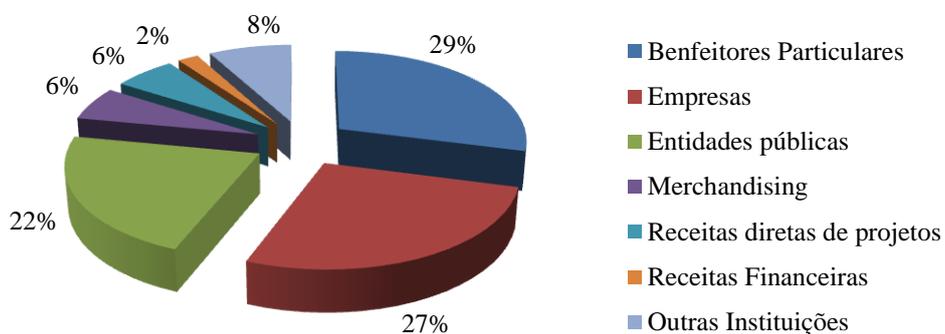


Gráfico 3 - Distribuição de percentagens de fontes de receitas em 2013

Fonte - http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2013_vf.pdf

Fontes de Receita em 2014

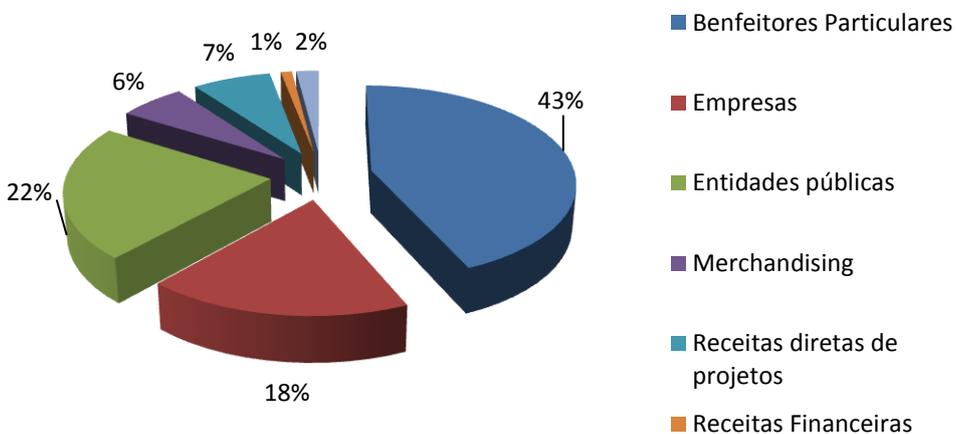


Gráfico 4 - Distribuição de percentagens de fontes de receitas em 2014

Fonte - http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2014.pdf

Bibliografia

- AAVV – Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In *Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas. Vol. XII, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- AAVV – Portugal e a Instauração do Liberalismo. In *Nova História de Portugal*, coord. Fernando Rosas. Vol. IX, dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- AMARO, Maria Inês; BATISTA, Catarina – *Vidas de Missão: 25 anos de voluntariado dos Leigos para o Desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2012
- ALVES, Jorge Fernandes – Liberdade de consciência, liberdade de cultos: o papel da lei da separação do Estado das Igrejas. In *CEM: Cultura, Espaço & Memória*. Porto: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, nº3, 2012
- AZEVEDO, Carlos Moreira – *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. Vol. 3
- AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002, Vol. II, III
- CASTRO, Zília Osório de – Antecedentes do Regalismo pombalino: O padre José Clemente. In *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Vol. I
- CATROGA, Fernando – O Republicanismo Português (Cultura, História e Política). In *Revista da Faculdade de Letras – História*. Porto, III série, vol. 11 , 2010
- COSTA, Afonso – *Discursos Parlamentares, 1911-1914*. Lisboa: Livraria Bertrand (compilação, prefácio, e notas de A. H. Oliveira Marques), 1976.
- DE OLIVEIRA, Ricardo Soares – Sobre as relações entre Portugal e Angola ao fim de trinta anos. In *Relações Internacionais – Instituto Português de Relações Internacionais*. Nº 8, Dezembro, 2005

- DOMINGUES, Beatriz Helena – As repercussões da expulsão dos Jesuítas nos movimentos independentistas nas Américas Espanhola e Portuguesa. In *Anais eletrónicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte: 2000
- GARCIA, José Manuel – *Dicionário Essencial de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2000
- HELD, David; MCGREW, Anthony G.; GOLDBLATT, David; PERRATON, Jonathan – *Global Transformations. Politics, economics and Culture*. Cambridge: Polity Press, 2000
- NETO, Vítor - Centenário da República: A primeira república e a religião. In *Revista Seara Nova*. 2010, nº:1713.
- PIMENTA, Carlos – *Globalização – produção, capital fictício e redistribuição*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2004
- PINTO, António Vaz – 250 anos da expulsão dos Jesuítas 1759-2009. In *Revista Brotéria – Associação Cultural e Científica*. Agosto/Setembro, 2009. Vol. 169
- RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno; SOUSA, Bernardo – III Parte – Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI). In *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, vol. 8
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1990, 2ª ed., vol. VI
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Oriental (1660-1820)*. (Coord. Maria de Jesus Lopes). Lisboa: Editorial Estampa, 2006, 1ªed, vol. V, tomo 2
- STIGLITZ, Joseph E. – *Globalização a Grande desilusão*. (trad. Maria Filomena Duarte; pref. António Simão Lopes). Lisboa: Terramar, 2002
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa. In *Relações Internacionais – Instituto Português das Relações Internacionais*. Vol I, Nº1, Março, 2004
- ZACCONE, Pierre – *História dos Jesuítas*. Lisboa: Empreza Liberal, 1901

Referencias Bibliográficas eletrónicas

Angola continua com um índice de desenvolvimento muito baixo. In O Apostolado. Jornal da Atualidade da CEAST – Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé, 2014. [Consult. em: 15.07.2015] Disponível em: <http://apostoladoangola.org/angola-continua-com-indice-de-desenvolvimento-humano-baixo/>

Charter of the United Nations and Statute of the international court of justice. Chapter I: purposes and principles. Ed. United Nations [consult. em: 15.03.2015] Disponível em: <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter1.shtml>.

Comprender as políticas da União Europeia: Desenvolvimento e cooperação. Comissão Europeia-Direção Geral da Comunicação (dir.). Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2014. [Consult. em:] Disponível em: http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/pt/development_cooperation_pt.pdf

Decreto Lei, 8 de Outubro, Expulsão dos Jesuítas e extinção de todas as ordens religiosas. Diário do Governo, nº4, de 10-X-1910 [Consult. em: 02.03.2015] Disponível em: <http://www.laicidade.org/wp-content/uploads/2006/09/lei-1911-pt.pdf>

Do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia. In Jornal Oficial da União Europeia. [Consult em: 05.07.2015] Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=uriserv:OJ.C_.2012.32.6.01.0001.01.POR#C_2012326PT.01004701

Inter Sanctam sedem et Rempublicam Lusitanam Sollemnes Conventiones. [Consult. 05.03.2015]. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html

Leigos para o Desenvolvimento – *História*. [Consult. em: 20.06.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/sobre-nos/historia.html>.

Leigos para o Desenvolvimento – *Missão*. [Consult. em 22.06.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/sobre-nos/missao.html>

Leigos para o Desenvolvimento – *Parceiros para o Desenvolvimento*. [Consult. em: 22.06.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/parceiros-para-o-desenvolvimento/parceiros-de-implementacao.html>

Leigos para o Desenvolvimento – *Redes*. [consult. em: 22.06.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/redes/rede-xavier.html>

Leigos para o Desenvolvimento – *S. Tomé e Príncipe-História*. [Consult. em: 01.07.20015] Disponível em: <http://www.leigos.org/missoes/sao-tome-e-principe/historia.html>

Leigos para o Desenvolvimento – Angola [Consult. em: 02.07.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/missoes/angola/historia.html>

Leigos para o Desenvolvimento – Moçambique [Consult. em: 03.07.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/missoes/mocambique/2012-11-27-18-16-31.html>

Leigos para o Desenvolvimento - *Plano Estratégico 2011-2015*. [Consult. em: 05.07.2015] Disponível em: <http://www.leigos.org/media/pdf/institucional/planoEstrategico2010-2015.pdf>

Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2010* [Consult. em: 08.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2010.pdf

Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório Gestão e Contas 2010* [Consult. em: 08.07.2015] http://www.leigos.org/images/pdf/relatorio_contas_2010.pdf

Leigos para o Desenvolvimento – *Relatório de Atividades 2011* [Consult. em: 09.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2011.pdf

Leigos para o Desenvolvimento – *Relatório de Gestão e Contas 2011* [Consult. em: 09.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Gestao_Contas_2011.pdf

Leigos para o Desenvolvimento – *Relatório de Atividades 2012* [Consult. em: 10.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Actividades_2012_vf.pdf

Leigos para o Desenvolvimento – *Relatório de Gestão e Contas 2012* [Consult. em: 11.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Gestao_Contas_2012_final.pdf

Leigos para o Desenvolvimento - *Relatório de Atividades 2013* [Consult. em: 12.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2013_vf.pdf

Leigos para o Desenvolvimento – *Relatório de Gestão e Contas 2013* [Consult. em: 12.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Gestao_Contas_2013_vf.pdf

Leigos para o Desenvolvimento, *Relatório de Atividades 2014* [Consult. em: 13.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Atividades_2014.pdf

Leigos para o Desenvolvimento – *Relatório de Gestão e Contas 2014* [Consult. em: 14.07.2015] Disponível em: http://www.leigos.org/images/pdf/Relatorio_Gestao_e_Contas_2014.pdf

Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 - Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. In *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. (trad. Camões Instituto da Cooperação e da Língua, Ministério dos Negócios Estrangeiros.). [Consult. em: 15.07.2015] Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf

Vocações – A vida Espiritual. [Consult. em: 25.05.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/A-VIDA-ESPIRITUAL-85.aspx>

Vocações – Os Estudos. [Consult. em: 25.05.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/OS-ESTUDOS-86.aspx>

Vocações – O Apostolado. [Consult. em: 25.05.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/O-APOSTOLADO-87.aspx>

Vocações – A comunidade. [Consult. em: 25.05.2015] Disponível em: <http://www.jesuitas.pt/A-COMUNIDADE-88.aspx>

Vocações – As Etapas. [Consult. em: 25.05.2015] Disponível em:
<http://www.jesuitas.pt/Etapas-89.aspx>

21 de Abril, do Ministério da Justiça, Lei da Separação do Estado das Igrejas. Diário do
Governo: no 92 [Consult. em: 03.03.2015] Disponível em:
<https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1911/04/09200.pdf>